



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Pedro Henrique de Sousa Tavares

**Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado:
mercantilização de novo tipo?**

Rio de Janeiro

2014

Pedro Henrique de Sousa Tavares

**Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado:
mercantilização de novo tipo?**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leher

Rio de Janeiro

2014

**Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado:
mercantilização de novo tipo?**

Pedro Henrique de Sousa Tavares

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Roberto Leher

Prof(a). Dra. Vania Motta

Prof(a). Dra. Raquel Goulart Barreto

AGRADECIMENTOS

Quero começar meus agradecimentos por algumas pessoas muito especiais.

Agradeço ao meu orientador, prof. Roberto Leher, intelectual brilhante, militante engajado e exemplo de pessoa humana. Minha admiração por ele é difícil ser traduzida em palavras.

Agradeço a amiga Maria Joana, pelo companheirismo e apoio em tantas horas. Seu nome não poderia faltar.

Agradeço aos professores que tive no Programa de Pós-graduação em Educação, especialmente a Mônica, Libânia e Sônia, como também agradeço à Solange, da Secretaria do Programa, que, quando soube de um acidente na montanha que sofri, me disse que eu só poderia morrer depois de defender a dissertação. Muitos risos, porque ela é sensacional!

Agradeço aos meus camaradas do curso de História, novo desafio que comecei durante o mestrado e onde fiz grandes amizades. Agradeço ao Amarildo (Vitor Rodrigues), pelo companheirismo e pela figura emblemática; ao Brian, por tantas vezes que me salvou; à Cora, que salvou mais ainda; ao Eduardo, companheiro de sinceridade; ao Felipe Garcia, querido Polvilho, pela lealdade e pela amizade; ao Gabriel Oliveira (Cigano), que nos orgulha de ser brasileiro; ao Gustavo Melis, Comuna, pelo verão e pelo jardim; ao Pedro Crespo, pelo avesso ao contrário; ao Rafael Paim, pela tarjice; ao Rodrigo Pulice, pelos maços e por muitos risos e momentos cabalísticos na Lapa.

Agradeço aos meus companheiros de Vamos à Luta e do PSOL, pelo companheirismo e entusiasmo diário na em defesa de educação pública, gratuita e de qualidade e pela luta socialista. Quero dizer que vocês, Babá, Barbara Sinedino, Mariana Nolte, Michel Tunes, Raquel Não vai ter Copa!, Vinício e demais são uma energia que me renova a lutar todos os dias.

Agradeço em especial aos amigos Ana Luiza, pela amizade que sempre se fortalece em situações limites; Lívia Prestes (Nina), uma voz sensata no meio de tanta loucura; Priscila Guedes e Rodrigo Aragão, pelo vínculo criado e fortalecido em momentos ímpares e indelévels. Aos quatro citados só posso dizer uma expressão: é algo terrível!

Agradeço aos meus companheiros do GESTRADO, grupo de pesquisa na UFPA ao qual ainda mantenho vínculo. Vocês, mesmo longe, continuam sendo referências de vida e de crescimento acadêmico. Agradeço à Arlete Camargo, pela serenidade; à Luciene Medeiros, pela alegria de ser jovem todo dia; à Michele Borges, pelo companheirismo; à professora Olgaíses Maués, orientadora emérita acadêmica e de vida; à Veronica Carneiro, pela amizade leal e fraterna.

Agradeço especialmente à Diana Mariona, Daniel e Mariza Felipe, pela lealdade, incentivo, companheirismo, risos e amizade de e para vida toda.

Agradeço aos meus amigos do COLEMARX, grupo de pesquisa com os meus companheiros na batalha das ideias na UFRJ. Agradeço especialmente à Cláudia Piccinini, Guilherme Santana, Juliana Argolo, Ligia Karan, Maira Mendes, Marco Lamarão, Rafaela Sardinha e Simone Silva.

Agradeço à banca. Começo pela professora Vânia Motta, cuja banca não se resume à defesa, posto que sempre colaborou de forma indireta nas reuniões de prática de pesquisa; agradeço à professora Raquel Goulart Barreto, pela disposição de avaliar o trabalho; e por último à professora Sarah Granemann, que colaborou bastante no exame de qualificação.

Agradeço ao Fernando e Tanit Rabiega, pela cumplicidade, pela amizade, pelos vários momentos de solidariedade e força, como também pelos vários fatos que a ética republicana não permite publicar.

Agradeço aos meus amigos da UFPA, que continuam, mesmo com a distância, a cultivar a amizade. Os “mais legais” continuam firmes e fortes: Carolina Brabo, Darley, Élide Galvão, Liliane Souza e Raissa Guedes. Vocês continuam insanos, tarjas e lindos!

Agradeço ao quinteto fantástico, aos que sempre deixa sua marca onde passa. O mundo agradece a existência de vocês: Leandro Galindo, pela alegria contagiante; Izabel Firmino, pela amizade eterna; Juninho Alves, meu eterno companheiro de sonhos e alegrias; à Mariana Borzino, minha eterna amiga e companheira, palavras não conseguem expressar o quanto eu te amo; e ao Romário (Rafael Medeiros), meu ídolo eterno.

Agradeço aos amigos que a vida já se encarregou de mostrar que são eternos: Angélica Albuquerque, pela sinceridade e semelhança; ao Ericson Aires, meu eterno companheiro de viagens; Felipe Melo, pelo companheirismo e amizade todos os dias; ao Gilson Pantoja, amigo pra eternidade; ao Julio Miragaia, pela amizade e lealdade; à Lorena Alves, meu alicerce em muitas noites de verão; à Natasha Machado, que sempre será a Natasha Machado velha de guerra; ao Pedro Isbell, pela amizade e pelo carinho com a informação; à Renata Costa, minha amiga e companheira desde que éramos calouros na graduação, ao Ronaldo Bittencourt, pelos predicados que não mudam (o carinho com a informação); ao Targo Fernando, pelas tardes de conversa fora; ao Zaraia Guará, pelo companheirismo, amizade e luta eternas.

Agradeço aos meus amigos de aventuras, montanhas, jumps e esportes radicais. Gustavo Íbis e Joao Paulo Giro, a humildade e humanidade de vocês são parte das minhas inspirações diárias, pra ver que se o bem existe, ele está perto de mim e tem vocês como exemplo.

Agradeço aqueles amigos que foram os pioneiros, aqueles que me recebiam no Rio bem antes da minha mudança para este lado do Brasil, que foram e são meus

alicerces por aqui. Bernardo Aires, Ciane, Cláudia Pessi (Dete), João Pedro (JP), Joyce e Natalia, realmente não tenho palavras, mas não poderia esquecer de vocês.

Agradeço aos meus colegas de turma no mestrado. O mestrado não seria o mesmo sem vocês. Agradeço à Amanda, Carmem, Daniele, Fernanda Santana, Gustavo Mota, Pedro Paulo, Wania Balassiana, que tornaram mais doces os dias de aula e mais alegres os momentos além da aula.

Agradeço ao Ique e Sylvia, por todos os momentos de alegria, aventuras e risos.

Por fim agradeço à minha mãe, Lourdes Romana, pelos ensinamentos de uma vida toda. Cheguei aqui e só devo agradecer-lá.

RESUMO:

A dissertação tem por objetivo analisar criticamente as transformações da mercantilização do ensino superior privado brasileiro a partir do controle de um número expressivo de instituições de ensino superior pelos fundos de investimentos (private equity), controlados pelo capital financeiro. A investigação examina o processo de monopolização do setor educacional, a partir da hipótese de que está em curso uma mercantilização de um novo tipo. Identifica os grandes grupos ou fundos que têm controlado parcela cada vez maior das matrículas do ensino superior e sustenta que o crescente controle do capital financeiro requer sistemática indução do Estado, por meio do fundo público que, neste caso, claramente é parte do circuito que possibilita a valorização do capital. A dissertação é desenvolvida a partir de um referencial teórico específico, o materialismo histórico-dialético, referência indispensável para entender as movimentações do capital, a mundialização do capital e a atual configuração do setor financeiro, como fração burguesa mais poderosa do capitalismo. Discute a formação histórico-social do Brasil considerando o conceito de capitalismo dependente elaborado por Florestan Fernandes e o processo de financeirização do ensino superior em curso tendo em vista autores como Roberto Leher. A pesquisa particulariza a análise da economia política brasileira a partir do governo Lula para entender a natureza das políticas sociais e a não ruptura com o modelo neoliberal. A investigação conclui que a financeirização da educação é uma dimensão particular de um processo mais amplo e que, no caso da educação, a quase totalidade das aquisições e fusões de instituições de ensino superior privadas pelos referidos Fundos se deu no governo de Lula da Silva, em especial a partir de 2008 e que, justamente neste governo e no de sua sucessora é que encontramos o apoio mais consistente e amplo, do Estado ao setor privado-mercantil, notadamente por recursos públicos repassados por meio do FIES e do ProUni.

Palavras-chaves: ensino superior; instituições privadas; mercantilização; fundos de investimentos; ProUni; FIES.

ABSTRACT

The dissertation aims to critically analyze the transformations of commoditization of the Brazilian private higher education from the control of a significant number of higher education institutions by investment funds (private equity) , controlled by finance capital . The research examines the process of monopolization of the education sector , from the hypothesis that there is an ongoing commodification of a new type . Identifies large groups or funds that have controlled growing share of enrollments in higher education and argues that the growing control of finance capital requires systematic induction of the State , by means of public funds in this case , is clearly part of the circuit that allows capital appreciation . The dissertation is developed from a specific theoretical framework , the historical- dialectical materialism , essential to understand the movements of capital benchmark , the globalization of capital and the current configuration of the financial sector , as more powerful bourgeois faction of capitalism . Discusses the social and historical formation of Brazil considering the concept of dependent capitalism prepared by Florestan Fernandes and the financialization of higher education in progress with a view authors like Roberto Leher process. Search particularized analysis of the Brazilian political economy from the Lula government to understand the nature of social policies and not break with the neoliberal model . The research concludes that the financialization of education is a particular dimension of a wider process which , in the case of education , almost all of the acquisitions and mergers of private higher education institutions by such funds occurred under Lula da Silva , particularly from 2008 onwards and that precisely this government and its successor is found that the most consistent and widespread support from the State to the private - sector market , notably by public funds passed through the FIES and ProUni .

Keywords: higher education; private institutions; commodification; investment funds ; ProUni ; FIES .

ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABESC – Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas
- ABIEE – Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas
- ABMES – Associação de Brasileira de Entidades Mantenedoras do Ensino Superior
- ANACEU – Associação Nacional dos Centros Universitários
- ANUC – Associação Nacional de Universidades Particulares
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BRIC's – Brasil, Rússia, Índia e China
- CADE – Conselho de Administração de Desenvolvimento Econômico
- CC5 – Conta para Não-residentes
- CEF – Caixa Econômica Federal
- CF – Constituição Federal
- COC – Sistema COC de Educação e Cultura
- CONFENEM – Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
- CREDUC – Crédito Educativo
- CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileira
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- EAD – Educação à Distância
- EUA – Estados Unidos da América
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
- FGEDUC – Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo
- FIAM – Fundação Centro Universitário
- FISP – Faculdades Integradas de São Paulo
- FMI – Fundo Monetário Internacional

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBMR – Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação

IES – Instituições de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IBTA – Instituto Brasileiro de Tecnologia Avançada

IPO – Oferta Inicial Pública

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado

MEC – Ministério da Educação

MP – Medida Provisória

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PBF – Programa Bolsa Família

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDRAE – Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado

PIB – Produto Interno Bruto

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

SEB – Sistema Educacional Brasileiro

SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior de São Paulo

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TIC's – Tecnologias da Informação e Comunicação

UGF – Universidade Gama Filho

UNA - Centro Universitário de Ciências Gerenciais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci

UNIBAN – Universidade Bandeirante

UNIBERO – Centro Universitário Ibero Americano

UNIBH – Centro Universitário de Belo Horizonte

UNIME – União Metropolitana de Educação e Cultura

UNIMONTE – Centro Universitário Monte Serrat

UNIP – Universidade Paulista

UNIJORGE – Centro Universitário Jorge Amado

UNINORTE – Centro Universitário do Norte

UNIRONDON - Centro Universitário Candido Rondon

UNISEB – Centro Universitário Interativo

UNIVERCIDADE – Centro Universitário da Cidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 A FINANCEIRIZAÇÃO E A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL.....	27
1.1 O CAPITAL FINANCEIRO E SUAS EXPRESSÕES FICTICIA E PORTADOR DE JUROS.....	28
1.2 SOBRE A “HEGEMONIA” DA FINANÇA.....	30
1.3 A VALORIZAÇÃO DO CAPITAL EM OUTRAS ÁREAS – O CASO DA EDUCAÇÃO.....	47
CAPÍTULO 2 ESTADO, NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: CONFORMANDO O ENSINO SUPERIOR NOS ANOS 1990.....	54
2.1 ALGUMAS QUESTÕES SOBRE CAPITALISMO DEPENDENTE, ESTADO E NEOLIBERALISMO.....	54
2.2 FORJANDO O CONTROLE MERCANTIL SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	61
CAPÍTULO 3 OS ANOS LULA E O NOVO QUADRO DO ENSINO SUPERIOR.....	71
3.1 O PT E A REORGANIZAÇÃO DO BLOCO DE PODER NO BRASIL.....	71
3.2 LULA E A ECONOMIA POLITICA DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO FUNDO PÚBLICO.....	81
3.2.1 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS.....	83
3.2.2 FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL.....	85
3.3 A FINANCEIRIZAÇÃO, O SETOR DE SERVIÇOS E O ENSINO SUPERIOR.....	89
CAPÍTULO 4 FUNDOS NA EDUCAÇÃO.....	95
4.1 OS GRUPOS EDUCACIONAIS FORJADOS NA MERCANTILIZAÇÃO DE NOVO TIPO.....	97
4.2 AS FUSÕES EO CADE.....	106
4.3 O BNDES, A CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAIS E A REORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO.....	109
CONCLUSÃO.....	114

REFERÊNCIAS.....	118
-------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Esta dissertação problematiza a nova configuração do movimento do capital no ensino superior provocada pela entrada dos fundos de investimentos na educação superior privada brasileira a partir de meados dos anos 2000. A investigação focaliza o processo de concentração/centralização de capitais no segmento privado do ensino superior.

Se até os anos 1970 o setor financeiro era extremamente regulado em todas as economias de mercado, a crise do capitalismo que acontece na referida década permite certa autonomia para este setor, num contexto em que os Estados estavam endividados, e a política de juros altos era a forma de tornar atrativos os títulos da dívida pública. Nos países da periferia, capitalistas dependentes, a situação torna-se mais problemática na medida em que a expectativa de moratória fez com que os Estados, através da pretensa autonomia dada aos Bancos Centrais, mantivessem os juros altos com vistas ao aumento da rentabilidade para a atração dos investimentos externos.

A eliminação das restrições financeiras, estabelecidas com o regime de Bretton Woods, e a conseqüente liberalização do setor financeiro foram parte de uma política econômica que fecundou um processo embrionário de predomínio do setor financeiro, engendrando um regime flexível de acumulação do capital (HARVEY, 1996) e mundializado (CHENAIS, 1996).

É este o contexto que permite a arquitetura de um capitalismo que hipertrofia os investimentos financeiros, assentado sobre uma estrutura de desregulamentação e de reconfiguração do papel dos Estados sob a vulgata da globalização, para operar a rentabilidade máxima do capital, impulsionando o triunfo do fetichismo financeiro sobre a própria produção de valor da mercadoria (CHESNAIS, 2000).

A crise estrutural do capitalismo, que tem referência nos anos 1970 e atravessou a década seguinte, ameaçou os bancos privados internacionais, acenando prejuízos em caso de não pagamento da dívida. Como consequência, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial atuaram como intelectuais coletivos do capital para programas de reajuste fiscal e também como cobradores dos títulos da dívida. Em

1989, ante a crise econômica que afetava as economias latino-americanas¹, foi lançado o Plano Brady, num reconhecimento de reconhecimento da dificuldade de pagamento da dívida pelos países endividados.

O Plano Brady, cujo nome remete ao então secretário do tesouro americano Nicholas Brady, pretendia reestruturar as dívidas dos países periféricos, por meio da troca por novos bônus, com o abatimento do encargo da dívida, pela minimização de seus montantes e juros.

O mercado de títulos públicos na terceira etapa do processo de globalização financeira, segundo Prates (1999), tornou-se o principal compartimento do mercado financeiro internacional, depois da transação de moedas. Se o problema da dívida era preocupante, uma das soluções foi tornar os títulos da dívida como títulos ao portador, em função dos problemas da liquidez e solvência dos bancos, possibilitando a comercialização dos títulos no mercado, substituindo progressivamente o mercado dos créditos bancários pelo mercado de capitais e pelo mercado de títulos. Este elemento é importante para o entendimento do mercado financeiro no decorrer dos anos 1990 e 2000, e do interesse do mesmo para investimentos, entre os quais a educação.

A aparente “perda de autonomia” dos Estados frente aos mercados, com o fortalecimento do setor financeiro, adquire outro relevo nos anos 1990, com a abertura comercial e as políticas monetárias restritivas nos países da periferia do capitalismo, particularmente o Brasil, a partir de frações da burguesia do país, parceiras subordinadas dos grandes grupos que operam no mercado financeiro.

A financeirização da economia acentua-se nos anos 1990 com a opção político-econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995-2002, com a abertura de novos espaços para inversão, de privatizações de empresas públicas, acreditando que o crescimento econômico seria possível a partir das ações da iniciativa privada, permitindo ao setor financeiro controle das empresas que eram públicas e que possuem alta rentabilidade, influndo na dinâmica produtiva brasileira com certa preponderância.

¹ Segundo Portella Filho (1994) a América Latina experimentou robusto crescimento econômico no período pós-guerra, com crescimento do PIB em aproximadamente 5% na década de 1950 e 5,5% no período 1960-1981. Os anos 1980 iniciam um período de crise econômica no qual os organismos internacionais e os países centrais apontavam como saída políticas de reajuste fiscal, com base na doutrina do Consenso de Washington.

Um breve retorno à crise estrutural do capital nos leva aos anos 1970, a crise do modelo fordista e keynesiano, e ao processo de substituição pelo modelo de acumulação flexível. Portanto, a deflagração de uma ofensiva do capital contra o trabalho, na perspectiva de retomada das taxas de lucro, produziu intensificação e precarização do trabalho, mediante, entre outros, o aumento da extração de mais-valia absoluta e relativa; o deslocamento de plantas do setor industrial para países como a China, Índia, México etc.; reduzindo a sua dimensão nos países europeus e nos Estados Unidos (EUA), situação que levou alguns autores como Offe (1989) e Gorz (1992) a afirmarem, equivocadamente, o fim da sociedade do trabalho. Como consequência da reestruturação da esfera produtiva², o setor de serviços assume a representação de uma grande fatia da economia, o que inclui a reorganização do trabalho, com elementos que indicam a precarização das relações de labor, e da produtividade, considerando que em muitos casos, sobretudo na periferia do capitalismo, parte relevante do crescimento econômico é impulsionado pelo setor de serviços.

É neste contexto de proeminência do setor de serviços, numa conjuntura de crise do capitalismo, de mundialização do capital e da financeirização da economia, que assistimos no curso dos anos 1990 o estabelecimento de acordos e tratados de livre-comércio entre as nações, com a finalidade de eliminação progressiva de quaisquer impeditivos para o comércio e os serviços em escala planetária.

É no marco da mundialização do capital, de aparente predomínio da finança e do setor de serviços como um espaço de acumulação do capital que abrimos a discussão sobre a interpenetração dessas duas variáveis com a educação. A exemplo de diversos outros setores que acumulam mais-valia e espaços de inversão por transferência de renda do trabalho, dentro do que conceitua-se como os serviços, a educação passa a ser alvo de disputas e de valorização do capital, discutida e debatida em fóruns econômicos de organismos internacionais, cristalizando um caráter de mercadorização a partir da Organização Mundial do Comércio (OMC).

É a partir do panorama da mundialização do capital, da financeirização da economia e da proeminência do setor de serviços, todos articulados à crise estrutural do

² Fiuza de Mello (2004) pondera que a história do capitalismo é uma “história de constante e permanente reestruturação produtiva”(p.6), destacando desde o período da expansão ultramarina do comércio no século XVI, realçando as crises econômicas cíclicas como expoentes do “movimento contraditório de acumulação e expansão continua das forças produtivas capitalistas em suas várias etapas de desenvolvimento e têm representado, sempre, momentos de reajuste da economia mundial dadas essas necessidades” (p. 8).

capitalismo, que apresentamos uma discussão acerca das características do ensino superior no Brasil, objeto de especulação financeira nas bolsas de valores e atrativo ao capital fictício, através do capital portador de juros no Brasil, no qual apresentamos a hipótese desenvolvida na pesquisa de estar havendo uma mercantilização de novo tipo.

Entendendo as características das transformações recentes do capitalismo nos últimos quarenta anos, particularmente a partir do período do desmoronamento do socialismo dito real (HOBSBAWN, 1995), até o predomínio do setor financeiro que começa nos anos 1980 e adquire proeminência nos anos 1990, dando às finanças e ao capital fictício grande autonomia relativa, é que podemos estabelecer nexos entre o movimento deste capital em busca de valorização no setor de serviços, entre os quais está a educação.

Também torna-se importante que as análises levem em consideração o elemento da mediação, eixo que estrutura o método materialista-histórico e dialético, como forma de perceber esta nova etapa do capitalismo, agora mundializado, relaciona-se com o caráter dependente do capitalismo brasileiro, como conceituou Florestan Fernandes (1975), trazendo elementos importantes para a percepção de uma agenda em defesa de direitos como a educação, pois coadunam uma economia de mercado capitalista que não possui autossuficiência, tendo no máximo autonomia limitada.

O entendimento desta problemática precisa ser feito considerando uma breve discussão acerca do que tem sido a questão do público x privado no ensino superior brasileiro. Se já havia uma relação desproporcional entre o número de matrículas no segmento público e uma expansão no segmento privado com incentivo pelo poder público desde a ditadura civil-militar, conforme salientam estudos de Martins (2009) e Carvalho (2010), este processo insere-se dentro da pragmática neoliberal dos anos 1990 com a redefinição do papel do Estado a partir no referido período, aprofundado por sucessivos governos neoliberais, no qual a mercantilização da educação torna-se uma problemática de grandes debates acadêmicos e enfrentamentos políticos.

Entretanto, outro elemento precisa ser pontuado para elucidar o possível êxito de implantação do neoliberalismo no Brasil, ainda que façamos um recuo histórico. As disputas que se deram na luta pela redemocratização, polarizadas de um lado pelo discurso entre Estado autoritário *versus* sociedade civil, democrática e engajada, trouxeram grandes repercussões nas disputas acerca do referencial de público a ser aplicado em um conjunto de políticas sociais. O debate da constituição desse

referencial, no interior do processo conhecido como a redemocratização, teve o protagonismo de uma sociedade civil vista como a antípoda do Estado ditatorial, retomando um conceito liberal de cidadania, cuja esfera limitou-se à dimensão civil e política, não contemplando a esfera social, perdendo, desta forma, os vínculos e nexos com os referenciais da classe trabalhadora.

Em uma análise que procura ser feita pensando na totalidade do social não podemos deixar de resgatar que essas disputas são contemporâneas da luta pela hegemonia do capital, representado, agora, sob a forma neoliberal. Leher (2005) demonstra que o neoliberalismo ganha força justamente porque a concepção de público passava por uma crise de legitimidade, por meio da qual existia um pensamento que apontava a sociedade civil como o espaço da democracia e da liberdade, em contraposição ao Estado ditatorial, militar e burocrático. Este é, sem dúvida, um elemento que se torna importante para a compreensão do neoliberalismo no Brasil, fundamentando-se na perspectiva da “positividade do privado e a negatividade do público”, no qual “os efeitos concretos desses deslocamentos e ressignificações entre o público e o privado recaíram violentamente contra a educação pública, que se encontra brutalmente degradada na maior parte do país” (LEHER, 2005, p. 2).

Autores como Sguissardi (2009), ao fazer um retrato do ensino superior a partir dos anos 1990, destacam a proeminência do setor privado-mercantil, que ganha força com a Reforma do Estado no Brasil a partir do que seriam os serviços exclusivos e não-exclusivos do Estado e que foi aprofundada a partir da diferenciação institucional e da diversificação de fontes de financiamento, que consagraram o setor privado na categoria administrativa. É importante destacar que os princípios que redefiniram as políticas neoliberais pra educação, em especial o ensino superior, eram orientações de organismos internacionais, presentes, sobretudo, em documentos do Banco Mundial (1994), o que favoreceu a heteronomia, e que contou com o incentivo do Estado brasileiro, a partir de programas como o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e o Prouni (Programa Universidade para Todos), eixos determinantes para a mercantilização e uma questão axial neste projeto.

Entretanto, o movimento do capital a partir de meados dos anos 2000 determinou mudanças ainda pouco estudadas acerca da natureza da mercantilização da educação superior brasileira. Este processo está ligado ao que defendemos como

mercantilização de novo tipo, com a tendência de controle, incorporação e aquisição de IES por conglomerados econômicos, ligados principalmente ao setor financeiro.

Chaves (2010) aponta que o processo de expansão da educação superior no Brasil, que sempre teve fortes traços mercantis, a partir de 2007 inaugurou uma nova tendência no segmento privado, constatando um processo de compra e venda de instituições, com fusões que têm formado oligopólios educacionais, ou seja, com uma tendência à formação de número menor de grandes empresas que atuam num nicho mercadológico, no caso o educacional, e que passam a ter um controle de parte cada vez maior do mercado da educação superior.

Leher (2010) também parte de uma perspectiva semelhante, afirmando que a expansão da educação superior privada se torna diferenciado a partir de 2005, mas é em 2008 que assume outros contornos, na medida em que ocorre controle de IES (instituições de ensino superior) por fundos de investimentos (*private equity*), momento em que ocorre a abertura do capital das IES e se reconfigura o processo de mercantilização da educação superior, determinando uma mercantilização de novo tipo (num processo que ainda não foi estudado com profundidade) agora sob o domínio do capital rentista, operado por frações da burguesia que procuram novos nichos no setor de serviços, com mudanças de inéditas velocidade e intensidade, na medida em que alteram a natureza da mercantilização em curso e aprofundam a proeminência do setor financeiro no controle do ensino superior.

As mudanças na natureza da mercantilização em curso demonstram uma transformação substantiva em relação ao período anterior. Até meados dos anos 2000, quando as IES, como instituições privado-mercantis, eram geridas por entidades mantedoras que se tratavam de organizações empresariais de natureza familiar. Trata-se de um movimento que visível um pouco mais tarde do que nos setores produtivos.

Outro elemento importante na pesquisa que desenvolvemos, que coloca um ponto de interrogação sobre o interesse do capital fictício pela educação superior privada no Brasil, refere-se à oferta de vagas em instituições no setor privado. Esta oferta sempre foi maior do que as vagas preenchidas, conforme atestam os Censos da Educação Superior do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), que mediante o contexto de expansão do ensino privado no Brasil ocasionou um quadro de saturação no segmento privado, analisado com profundidade

por Amaral (2006)³. A atuação salva-guardista do Estado brasileiro em relação aos problemas do setor privado, com o aumento do gasto público com o financiamento deste segmento, esteve expresso em políticas como o FIES e Prouni⁴, que que analisamos com atenção, e que podem explicar o interesse dos capitais a partir de meados dos anos 2000 pelo controle do ensino superior.

As aquisições e fusões de IES com os grandes conglomerados educacionais, controlados pelos fundos de investimentos, parecem estar engendrando um processo de novo patamar de mercantilização, com atuação monopólica deste segmento no ensino superior, com o predomínio do setor financeiro. Para um melhor entendimento da problemática, partimos da definição presente na literatura marxista sobre a financeirização, no qual as ações do capital percorrem três etapas sucessivas, envolvendo a acumulação, concentração e centralização (MARX, 2005).

Dessa maneira a atuação monopólica nas matrículas no ensino superior a partir dos fundos de investimentos aparenta ser produto da concentração de capitais, no qual existe uma estrutura de mercado dominada por um número reduzido de empresas, um processo que necessariamente precisa ser lido a partir da ótica da formação de oligopólios e do capital financeiro (fusão do capital bancário e capital industrial), a partir da leitura de Lênin (2003), que já trazia discussões acerca da crise do capitalismo na passagem do século XIX pro XX, na transição do capitalismo livre e concorrencial e a assunção do capitalismo financeiro⁵, com contribuições acerca do capitalismo monopolista e do imperialismo⁶.

O período que tem como referência as crises do capitalismo que datam do período posterior aos anos 1970, do qual a globalização e o neoliberalismo são expressão do processo conhecido como mundialização do capital, que envolve a centralização de gigantescos capitais financeiros, conformando o atual modelo de

³ Podemos inferir que as vagas ociosas no ensino superior privado são mais de natureza contábil do que efetivas, na medida em que as instituições/empresas superdimensionam as vagas iniciais, o que favorece no discurso do setor privado uma crise no seu interior, pressionando o Estado por subsídios.

⁴ Fundo de Financiamento Estudantil e Programa Universidade para Todos, respectivamente, os quais analisaremos com mais detalhes no segundo e terceiro capítulo.

⁵ O sentido do capitalismo financeiro refere-se à concepção de Lenin (2003) acerca da interpenetração entre o capital industrial e bancário, diferente da leitura de Chesnais (1996,2000) e Harvey (2011) acerca da financeirização da economia.

⁶ Lênin procura analisar a característica central da fase monopolista do capitalismo que foi a expansão em direção a novas áreas do globo, que fez a Inglaterra perder posição como única potencia capitalista, inaugurando o período imperialista, que se notabiliza pela rivalidade entre as potências, redefinindo a concorrência capitalista em favor dos monopólios, reorganizando a concentração e a centralização de capitais.

acumulação do capital, na sua forma financeira, e do qual a formação de oligopólios é uma expressão (CHESNAIS, 1996). No contexto da financeirização da economia encontramos o movimento do capital para o ensino superior com a tendência de crescente controle deste segmento de ensino pelos fundos de investimentos. A apresentação do problema inicial e um retorno à discussão teórica que fundamenta nosso referencial analítico são importantes para situarmos o debate de educação ao movimento e ao metabolismo do capital.

A partir da segunda metade da primeira década dos anos 2000 inicia-se um ciclo de fusões que têm indicado outro patamar da mercantilização do ensino superior, com uma tendência à formação de número menor de grandes empresas ou conglomerados que dominam um segmento do mercado, no caso o educacional, e que devem passar a ter maior controle de parte cada vez maior do mercado da educação superior. Aquilo que autores como Neves (2002) entendiam como o processo de empresariamento da educação superior sofre uma reconfiguração, produto de uma nova racionalidade monopólica, que na metade dos anos 2000 apresenta uma dinâmica privatista diferente, com a entrada dos fundos de investimentos, que altera a configuração do processo de mercantilização, no contexto da financeirização da economia e da internacionalização da educação, que se tornou terciária (BARRETO, LEHER, 2008), o que coloca outros desafios para as reflexões e pesquisas no campo do pensamento crítico acerca da temática da educação superior.

Este processo em curso de mercantilização de novo tipo tem como referência a abertura do capital das mantenedoras na Bolsa de Valores e também pelo controle das IES pelos fundos de investimentos, que tem imprimido uma dinâmica diferente da anterior, atribuindo centralidade aos lucros e resultados, perdendo elementos de mediação existentes na mercantilização anterior. Assim, ocorre uma capitalização que tem como pressuposto que os custos serão diminuídos através de mudanças curriculares organizadas para aumentar a margem de lucro e, conseqüentemente, possibilitando uma condição de maior competitividade e lucratividade, tal qual de concorrência pelo mercado educacional, no qual “pequenas faculdades não conseguem manter-se no mercado e acabam sendo vendidas” (CHAVES, 2010, p. 491), como expressão do processo de aquisições e fusões no segmento privado do ensino superior.

A expansão do ensino superior no segmento privado, resultado da agenda neoliberal para a educação, foi operada por frações da burguesia ligadas ao setor de

serviços educacionais, acentuando nosso caráter de capitalismo dependente. Esta noção é fundamental para a percepção de que esta agenda do Banco Mundial e também consagrada nas recomendações da OMC é imposta, mas conta com a colaboração das frações da burguesia e do governo¹. Neste sentido, as orientações do Banco Mundial e as contrarreformas⁷ educacionais foram fundamentais para a expansão da educação superior privada. Entretanto, neste contexto de tendência de formação de oligopólios as orientações da OMC adquirem proeminência.

Esta nova roupagem que vem conformando a educação superior, ensejando esta mercantilização de novo tipo, segundo Leher (2010), operada pelos fundos de investimentos, trouxe consigo, por exemplo, a reestruturação dos cursos, reformas administrativas, redução do quadro funcional, criação de ciclos básicos, extinção de outros cursos menos lucrativos, entre outros. Podemos acrescentar ainda a crescente precarização do trabalho docente e a formação orientada para cursos tecnológicos.

Desta forma duas questões foram importantes nesta pesquisa: como a reconfiguração da educação superior movimenta-se mediante injunções do capital, consoante ao processo de financeirização da economia? Existe uma mercantilização de novo tipo? De que maneira os fundos de investimento têm atuado na educação superior brasileira?

Nossos objetivos são analisar os grupos que controlam as maiores empresas educacionais brasileiras, examinando, em particular, os fundos de investimentos, mapeando as fusões e aquisições, identificando a participação do capital estrangeiro nestes fundos de investimentos; identificar e analisar o processo de concentração do capital no setor da educação superior brasileira, destacando as fusões e incorporações neste segmento; tal qual analisar as medidas operadas pelo Estado brasileiro que possibilitam e fomentam a expansão do capital rentista na educação, contextualizando a dinâmica recente da economia brasileira a partir do novo bloco de poder, reorganizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Partimos das discussões de Kosik (2002) da necessidade do *détour* para atingir a essência do fenômeno a ser analisado, através do método materialista histórico-dialético, na perspectiva de captação do movimento real, das relações do fenômeno da

⁷ Utilizamos o conceito de contrarreforma desenvolvido criticamente por Behring (2003), quando analisa a estratégia de integração do Brasil nos anos 1990 na nova ordem econômica internacional, e as reformas estruturais do Estado, especialmente o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, o que implicou destruição de avanços e direitos conquistados pela classe trabalhadora, com uma reforma que privilegia apenas os aspectos fiscais.

realidade para a reconstrução da totalidade como concretude pensada. O uso do *détour* traz consigo o método do materialismo histórico-dialético, para o entendimento da realidade a partir da noção de totalidade.

A perspectiva de totalidade neste caso também reivindica a perspectiva de Lukacs (2003), estruturando a unidade como mediação das partes de um fenômeno, expressando, desta forma, a concretude da vida real. Remetendo novamente a discussão para Kosik (2002), devemos reiterar que a totalidade não é produto apenas da soma das partes, e que determinados ângulos oferecem melhores oportunidades para a reconstrução do objeto em estudo, considerando a complexidade do problema.

Consoante à proposta de Kosik (2002) nos interessa a destruição do mundo da pseudoconcreticidade, o campo do discurso, das ideologias e representações da sociabilidade burguesa, hegemônica, na perspectiva de construção de conceitos que permitam uma mediação entre pensamento e realidade concreta. Desta forma procederemos a análise de múltiplas partes que são constitutivas do objeto proposto.

Para a construção de conhecimento sobre a realidade, fundamentada no uso do *détour*, devemos analisar o processo de financeirização da economia e mundialização do capital, da conversão do setor de serviços em um marco de acumulação do capital, da forma particular do capitalismo brasileiro e do que denominamos de mercantilização de novo tipo do ensino superior, tal qual fazer esta análise a partir do bloco de poder dominante.

Retomando a discussão presente em Marx, na Introdução de 1857, não podemos perder a noção da totalidade. Isto significa dizer que trabalharemos com a crítica à construção de esquemas analíticos que tem sido comuns, pelo menos aparentemente, sobre financeirização da economia que tem feito uma análise do sistema financeiro/econômico dissociado da sociedade, como uma esfera independente e autossuficiente. Se pretendermos a reconstrução e reprodução do real não podemos dissociar o econômico do social, a partir dos fundamentos do materialismo histórico dialético, buscando formulações que retomem a totalidade, mesmo considerando o que foi a crescente autonomia da esfera financeira.

Desta forma procederemos a uma análise pormenorizada fundamentada nos marcos epistemológicos do referencial do marxismo e, na análise da realidade brasileira, sobre Florestan Fernandes (1975), a partir de sua discussão sobre capitalismo dependente e a forma da revolução burguesa no Brasil.

Como desdobramento, analisaremos e discutiremos os estudos acerca da financeirização da economia, mundialização do capital e as políticas sociais, particularizando a educação, conforme apontado na seção anterior. Concomitantemente, a investigação buscou examinar a mercantilização da educação, partindo da hipótese de estar havendo uma mercantilização de novo tipo, ainda que de forma embrionária, com a entrada dos fundos de investimento e do capital fictício nas IES privadas.

As mudanças nas organizações de ensino sob controle dos fundos de investimento, incluindo especialmente os valores movimentados nas fusões e incorporações são considerados importantes para dar sentido às alterações que os fundos de investimentos trazem.

Os dados coletados foram de difícil acesso, sendo recolhidos em sites de consultoria especializadas, jornais e de documentos oficiais, especialmente aqueles relacionados à atuação do poder público, como foi o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento das instituições de ensino. Partes destes dados precisam ser creditados coletivamente ao esforço que desenvolvemos, no âmbito do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação, com a pesquisa⁸ que ainda estamos construindo sobre os fundos de investimentos.

Esta dissertação se justifica pelas mudanças recentes no ensino superior com a entrada dos fundos de investimento, no contexto da financeirização da economia, da mundialização do capital, que trouxeram ações do capital para o ensino superior, categorizado como um serviço como outro qualquer e, portanto, especulável e cujas barreiras devem ser eliminadas na perspectiva do livre-mercado e que tem passado ao domínio crescente do capital fictício. Também adquire relevo pela análise necessária sobre o papel do Estado na transferência de fundo público que tem permitido a reprodução ampliada do capital, seja através de políticas como Prouni e FIES, seja através do BNDES.

A possível alteração da natureza da mercantilização em curso do ensino superior no país, com algumas mudanças de velocidade considerável, cuja principal característica tem sido o processo de aquisições e fusões de instituições a partir de grandes conglomerados educacionais controlados por fundos de investimentos, ensejam novas reflexões e demandam novos estudos que sejam capazes de clarificar os

⁸ Pesquisa denominada “Controle da educação superior privada pelos fundos de investimentos: uma mercantilização de novo tipo”, coordenada pelo Prof. Dr. Roberto Leher.

movimentos sutis e subterrâneos que o capital tem operado nesta fase de acumulação com predomínio financeiro.

Um simples olhar na produção acadêmica recente, considerando os últimos dezoito anos, revela uma considerável literatura acerca das políticas educacionais, do processo de mercantilização do ensino superior, articulando a influência das recomendações dos organismos internacionais para a flexibilização deste nível de ensino no contexto da redefinição do papel do Estado, reformado a partir dos pressupostos da pragmática neoliberal, e os incentivos e a estrutura que o Estado brasileiro operou e tornou possível o atual panorama do ensino superior, com predomínio indiscutível do segmento privado.

Portanto, se havia uma literatura que dava conta dos contornos do empresariamento da educação superior, a conjuntura atual exige novos estudos e lança desafios acadêmicos para a produção de conhecimento que seja capaz de revelar o movimento que o capital, na forma financeira, tem feito e muitas vezes não é percebido sobre o segmento educacional, abrindo possivelmente um novo marco para os debates acadêmicos pelo papel que os fundos de investimento e o capital rentista terão a partir da proeminência que vem adquirindo.

É significativo aprofundar reflexões sobre o que tem atraído e motivado os fundos de investimento para operar no segmento de ensino superior, num país que já vivera um processo de mercantilização e abertura do mercado educacional considerável, cuja referência que adotamos é os anos 1990⁹, e que já vivia um conturbado processo de ociosidade de vagas¹⁰, com um novo arranjo que envolve falências, fechamentos, ensino à distancia, enxugamento curricular, entre outros.

A trajetória das empresas educacionais no mercado financeiro num país que o Estado apoia francamente o setor privado mediante uma série de financiamentos e mecanismos de renúncia fiscais podem ser reveladores de interesses nem sempre perceptíveis imediatamente, o que exige reflexões e ponderações que possam clarear e ajudar na compreensão da forma como tem se configurada a ação do capital no setor educacional, que pode ser confirmado ou refutado na hipótese que defendemos de que

⁹ A referência da reforma de 1968 é importante, mas para os contornos da mercantilização do ensino fizemos uma opção metodológica de utilizar a entrada brasileira no neoliberalismo e o período de financeirização da economia a partir dos anos 1990.

¹⁰ Retomamos a hipótese que defendemos de que a ociosidade de vagas é de natureza contábil, e não efetiva.

está em curso uma mercantilização de novo tipo, cuja resposta teremos ao final da dissertação e do material empírico que levantaremos.

A tentativa de construção ou reconstrução dos caminhos que a educação superior tem tomado no país, a partir da lógica da mercantilização e da hipótese de mercantilização de novo tipo, consubstancia a relevância social deste trabalho, cujo pressuposto é a construção do pensamento crítico para fundamentar a produção do conhecimento comprometida com outra práxis, fundamentada no diálogo entre campos teóricos como a economia política, a política educacional e a imaginação sociológica.

Ao mesmo tempo procuramos a partir do conhecimento científico contribuir para um patamar de debate que tenha como referência a defesa da escola, como sustentava Florestan Fernandes, articulado à construção de outra hegemonia na sociedade, dialogando com Perry Anderson (s/d), que nos ensina que se queremos a construção de outra sociedade é preciso (também) construir ideias que orientem e possibilitem a ação política que promova a ruptura com a ordem posta.

CAPITULO 1 - A financeirização e a acumulação do capital

O principal objetivo desta dissertação é analisar o atual movimento do capital no ensino superior, provocada pela entrada do capital financeiro, em suas dimensões capital fictício e portador de juros, na educação superior privada brasileira em meados dos anos 2000 por meio dos fundos de investimentos (*private equity*) e as suas particularidades, examinando o processo de concentração/centralização de capitais no segmento privado do ensino superior e a indução do Estado através do fundo público.

Neste capítulo buscamos fazer um balanço inicial das mudanças recentes no capitalismo, notadamente abrangendo o que tem sido entendido como o processo de hegemonia do capital financeiro, a partir de um referencial teórico que nos ajude a entender o movimento subterrâneo e nem sempre perceptível do capital. Neste sentido, dialogamos com a noção apresentada por Lênin (2003) acerca do capital financeiro, no qual o autor entende que estava em curso uma economia do imperialismo o crescimento e concentração do capital bancário junto ao capital industrial, provocando modificações importantes na economia dando início aos monopólios financeiros e domínio dos bancos.

Contamos também com as discussões de Marx (2005) acerca do capital fictício e portador de juros, destacando a perspectiva teórica da mundialização do capital e as “novas estratégias” de acumulação do capital no contexto de crise estrutural do capitalismo, da mesma forma que retoma as contribuições de Lênin acerca do capital financeiro, envolvendo a análise do capitalismo monopolista e do imperialismo. Interessa, especialmente, examinar os nexos da financeirização com o que tem sido denominado de “setor de serviços”. Trata-se de tentar entender, conforme Chesnais (2005), o mundo contemporâneo e a configuração assumida pelo capitalismo atualmente, cuja centralidade das relações econômicas e sociais tem sido o capital financeiro.

Chesnais (2005) pondera que as formas de organização capitalistas mais perceptíveis continuam sendo os grandes grupos industriais¹¹ que atuam na produção de

¹¹ O autor esclarece que o termo “grupo industrial” é utilizado para aquelas organizações que estão diretamente envolvidas com as atividades fabris e industriais quanto àquelas que estão vinculadas ao setor de serviços.

bens e serviços, na reprodução do capital e na exploração dos trabalhadores. Entretanto, paralelamente (e de modo interligado), de forma não tão perceptível, tem-se estruturado uma forma de valorização do capital através das instituições financeiras, com os bancos e também com outras instituições não bancárias, como é o caso dos fundos de investimentos, fundos de pensão, fundos mútuos, companhias de seguro, que têm constituído características particulares ao movimento do capital na sua forma financeira. Trata-se de ações do capital que se valorizam na esfera financeira, aparentemente autônomas em relação à esfera produtiva, conforme pontua o autor:

Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posses de ações e, enfim, nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias de crédito e de dívidas, especialmente entre bancos (CHESNAIS, 2005, p. 35).

É a partir deste entendimento sobre a atual configuração do capitalismo atualmente que procuramos no decorrer da dissertação discutir as particularidades da “questão social”, entre as quais está a educação, a saúde, a previdência, entre outros que compunham o que se chama de proteção social. A discussão da atual “questão social” não pode, desta forma, ser apartada do movimento contemporâneo do capital, das suas injunções e dissociada da sua crise estrutural, expressa particularmente a partir do ano de 2007. Portanto, o entendimento da questão social e da educação ganha densidade e contribuição substantiva relacionada às reflexões que podemos levantar e que procuramos contribuir sobre a configuração do capitalismo e da sua forma atual, denominada financeira.

1.1 Sobre o capital financeiro e suas expressões fictícia e portador de juros – algumas questões teóricas

Por uma opção metodológica e pelos limites deste trabalho não poderemos aprofundar ou particularizar algumas polêmicas ou debates sobre determinadas questões. Por isto, tomaremos como referência a crise do capitalismo a partir do ano de 1973, pelo entendimento de esta data se torna um divisor de águas na nova forma de

acumulação do capital que vai ser gestada a partir daí e as consequências do novo formato do capitalismo, a partir da sua dimensão financeira.

Julgamos pertinente ater a alguns aspectos teóricos das discussões de Marx acerca do capital portador de juros, presente no livro III d'O Capital. O capital portador de juros, enquanto forma capital, não pode de forma nenhuma estar separado do desenvolvimento do capital industrial, onde ocorre a produção de mais-valia e subsunção do trabalho (inicialmente formal, posteriormente real) ao capital.

O ciclo de rotação do capital, que inclui a produção e a circulação da mercadoria, na medida em que se complexifica e se desenvolve induz à segmentação das atividades, sendo gênese do capital comercial, uma forma capital específica.

Na reprodução ampliada do capital também encontramos a forma capital comércio de dinheiro, na medida em que o dinheiro, apesar de ser anterior ao capitalismo, adquire a função de dinamizar a circulação como meio de pagamento. Um grupo específico de capitalistas começa a operar sobre o dinheiro, que não produz valor por si mesmo, na medida em que está apartado da produção de mais-valia, que gerem o dinheiro como mercadoria a partir dos empréstimos, que atua no empréstimo de capital-dinheiro que deve ser investido na produção.

Entramos aqui numa discussão que certamente divide opiniões e questiona os apologetas do setor financeiro como esfera autônoma. Marx chega a conclusão que a forma como o capital portador de juros se valoriza é a partir da cobrança de juros sobre os empréstimos concedidos. Contudo, este pagamento é condicionado do capital industrial ou comercial, ambos ligados ao ciclo de rotação do capital, na medida em que a mais-valia ou sobretrabalho utilizados para o pagamento dos juros são parte dos lucros dos grupos industriais, sendo construídos na esfera do trabalho, por meio da exploração do trabalho assalariado.

Marx considera que o capital portador de juros representa a forma fetichizada e alienada do capital, na medida em que torna difusa e pouco clara as mediações existentes na produção do valor, fundamentalmente por apartar a valorização do dinheiro do processo concreto da produção e, com isso, do antagonismo do capital e do trabalho. Elucidar este aspecto significa estabelecer a ligação direta do juro com o lucro, que se origina na mais-valia e na exploração dos trabalhadores.

As taxas de juros são desta forma parte do lucro global, no qual os níveis mais altos de juros ocorrem exatamente nos períodos de crise, e os níveis mais baixos ficam na época de ciclos expansivos. A função crédito desempenha também o volume de recursos que capitalistas possuem e que se torna fundamental para a valorização do capital. É importante destacar a discussão de Iamamoto (2007), sobre o fetichismo do capital portador de juros, que tem sido apresentado, equivocadamente, a partir de um ângulo “ensimesmado” num prisma auto-criador de valor, alimentando a reprodução ampliada do capital.

1.2 Sobre a “hegemonia” da finança

Se tomarmos como referência a crise estrutural do capitalismo nos anos 1970, com a conhecida crise do Petróleo em 1973, podemos constatar mudanças que romperam com o crescimento do “período de ouro” do capitalismo¹², cujas principais manifestações foram o baixo investimento e baixo crescimento, estagflação, diminuição das taxas de lucro. Desta forma Duménil e Levy (2003) ao analisarem o neoliberalismo, como a forma que ganha proeminência no período pós-crise, entendem que o capitalismo ao atravessar crises estruturais as supera por meio de transformações profundas em seu interior. É mediante estas transformações no interior da estrutura capitalista que Fiuza de Mello (2004) define que a história do capitalismo como uma “história constante e permanente de reestruturação produtiva”.

Se a cada crise do capitalismo são estabelecidos objetivos de retomada das taxas de lucro, podemos chegar à dedução que o capitalismo, como sistema que reproduz a totalidade concreta da sociedade, também pode romper com a lógica de reprodução do que era instituído. Isto vai ao encontro da análise de Iamamoto (2012), ao destacar o potencial do capitalismo de criação de novas forças produtivas, que impõem novas estratégias de acumulação, da qual o neoliberalismo é expressão de um processo mais

¹² Trata-se da expressão cunhada por Hobsbawm (1995), ao periodizar a história mundial no século XX a partir do período da grande guerra, do período de ouro do capitalismo e da era do desmoronamento. O período de ouro refere-se ao ciclo de crescimento do capitalismo que começa a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e começa a apresentar sinais de esgotamento com a crise do capitalismo que tem início em 1973, que representa também a substituição do chamado consenso keynesiano em direção à formas flexíveis de acumulação do capital.

amplo, denominado de mundialização do capital, regime financeiro de acumulação e a tendência de financeirização da economia¹³.

É este o contexto que, em nosso entendimento, permitiu a reconfiguração do capitalismo no pós-crise e determinou, por outro lado, o crescimento do caráter especulativo do capital, na gana de autovalorização, especialmente a partir da conceituação de Marx (2005) sobre o capital portador de juros, que numa relação aparentemente separada da produção, fonte de acumulação inicial, que teria a capacidade, falaciosa, de cumprir o papel de mais-valia; como parte deste processo também se destaca a inclusão de outros espaços de valorização do capital, como é o setor de serviços; e aumento da extração de mais-valia e aviltamento de condições de trabalho, geralmente em formatos bastante draconianos.

O ano de 1979 é paradigmático por se tornar referência para uma nova fase do capitalismo, a que veio sob a roupagem neoliberal. Duménil & Lévy (2003) consideram que na passagem para os anos 1980 um acontecimento merece destaque: a decisão do Banco Central norte-americano, o *Federal Reserve* (Fed.), de elevar as taxas de juros ao nível que era demandado pela inflação¹⁴, que os autores classificam como o “Golpe de 1979”, na medida em que desconsiderou os impactos sociais nos países, particularmente aqueles da periferia do capitalismo, e que trouxe consigo o controle dos salários, desemprego em escala estrutural, erosão e desmonte dos sistemas de proteção social, deslocalização espacial da indústria, entre outros. Os autores entendem esta nova fase que o capitalismo inicia, com o neoliberalismo à frente, a partir do binômio da hegemonia financeira e do imperialismo do país líder da coalização, os Estados Unidos.

É difícil periodizar o capitalismo. Mas Duménil e Lévy (2003) ao falarem no neoliberalismo o entendem a partir da reafirmação de formas ou poder de classe, o que Harvey (2011) parece concordar. Diferente das análises cristalizadas sob neoliberalismo, que o entendem como apenas como a minimização do Estado no seu tamanho e funções, os autores entendem que esta é uma configuração que se impõe sob a proteção e amplo apoio do Estado, no qual a nova forma do poder das frações da

¹³ Trata-se de conceitos diferentes, que tentaremos apresentar no decorrer do texto, embora sem particularizar diferenças mais amplas entre eles, por entender que não necessariamente fazem parte do objetivo deste texto.

¹⁴ Chesnais (2003) cita o fato das taxas de juros reais do Tesouro americano passarem, em alguns meses, de 2-3% a 10-12% no início dos anos 1980, oferecendo a segurança de rendas relacionadas ao empréstimo, colaborando com a restauração do poder da finança, que havia sido reprimido a partir do New Deal e destruída na Europa nos pós-segunda guerra.

classe dominante é vertebrada a partir do renascimento do poder da finança, na mesma medida em que um de seus aspectos é a formação dos fluxos de renda concentrados nas classes superiores, cuja principal expressão tem sido o aumento das desigualdades e dos contrastes entre as classes fundamentais.

Se esta nova configuração do capitalismo, a partir do modelo neoliberal, fora erigido como a alternativa à crise estrutural do capitalismo, cuja finalidade era a retomada das taxas de lucro e do crescimento, Duménil e Lévy (2003), falando da experiência do neoliberalismo nos Estados Unidos e na Europa, são contundentes ao afirmar que:

Globalmente, o neoliberalismo é um modelo desfavorável à acumulação e ao crescimento. A explicação se explica nos seguintes dois mecanismos: (1) o aumento na taxa de juros, que incentiva as empresas a diminuir seu endividamento, e não a tomar empréstimos para financiar seus investimentos; (2) o reduzido recurso à emissão de ações (ao contrário, as empresas são induzidas a recomprar suas próprias ações para estimular a tendência à alta das cotações). (p. 342).

Apresentando um rápido balanço deste processo, que ainda será discutido nos próximos parágrafos, tratou-se de uma “tese” que aparentemente pode gerar dúvidas, mas o pressuposto fundamental é que a partir da metade dos anos 1980 houve o restabelecimento parcial e instável das taxas de lucro, que não veio, contudo, acompanhado da retomada do crescimento e da taxa de acumulação do capital, entendendo o neoliberalismo a partir da hegemonia financeira, no qual se organiza com a finalidade de remuneração de credores e acionistas, impedindo a acumulação do capital e, desta forma, explicando por que disto decorre o elevado desemprego¹⁵ e o agravamento do problema da questão social (DUMÉNIL, LEVY, 2003).

As discussões sobre financeirização atualmente, por sua dinâmica e por ser recente, ainda carecem de consensos mais estruturados. Mas pretendemos apontar algumas questões que consideramos importantes nesta conjuntura.

¹⁵ Duménil e Lévy (2001) já defendiam esta tese em outra obra, ao constatar que o novo curso ou etapa do capitalismo não beneficiou o trabalho, corroborando com a tese da ofensiva do capital contra o trabalho. Os autores analisam a relação desproporcional ao aumento, bastante lento, do poder de compra do salário e da explosão das rendas do capital.

A referência à eliminação das restrições financeiras no ano de 1971, estabelecidas com o regime de Bretton Woods desde 1944 e a consequente liberalização do setor financeiro são fundamentais para o entendimento da dominância financeira contemporânea, porque foram parte de uma política econômica que permitiu ser fecundo o processo embrionário de predomínio do setor financeiro, engendrando um novo regime de acumulação do capital¹⁶. Segundo Iamamoto (2012), em diálogo com a obra do economista francês François Chesnais, a ruptura, por parte dos Estados Unidos, de forma unilateral, das taxas de câmbio fixas, definidas internacionalmente, que tratavam da conversão do dólar-ouro, é o fundamento da formação de um regime de acumulação financeira.

Chesnais (2005), tentando periodizar este processo, entende que se trata do primeiro momento da mundialização financeira, que está ligado com a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira. Disto resulta a abertura externa e interna dos sistemas nacionais, que fornecem as bases para a constituição de um espaço financeiro mundial, que integram os sistemas financeiros nacionais de forma dependente à hegemonia financeira norte-americana, em função da posição que o dólar ocupa e da dimensão do mercado norte-americano de obrigações, o que, no limite, nos obriga a relacionar a configuração do capitalismo atualmente com a releitura do debate sobre imperialismo¹⁷.

Duménil e Lévy (2003) reconhecem que a finança ganhava, desta forma, meios que lhe permitia liberdade de ação: flutuação monetária definida pelo mercado, retomada da mobilidade do capital perdida desde as restrições de Bretton Woods e hegemonia norte-americana.

Também é possível perceber a evolução das finanças a partir de dois referenciais históricos, que podem ser considerados um oásis na época da chamada “repressão financeira”, no período do “consenso keynesiano”. Por isso, entender a mundialização financeira exige percebê-la como parte de um processo que não acontece abruptamente,

¹⁶ Diante das catástrofes dos anos 1920 e 1930, o mundo das finanças sofreu uma calmaria relativa no período do pós-guerra, na chamada “repressão financeira”.

¹⁷ O exame do lastro das ações do imperialismo comandado pela posição dos Estados Unidos a partir da configuração do capitalismo e da conformação da mundialização do capital precisa ser examinado com mediações. Suas consequências são percebidas de formas distintas, com impactos negativos mesmo entre os países do centro do capitalismo. Chesnais (2005) afirma que o Japão sofreu graves problemas com a liberalização e desintermediação do seu sistema. Não obstante, as consequências disto no que o autor chama de “novos países industrializados” também foram gravíssimas.

que não pode ser comparado à anedota do raio em céu azul. Já havia determinantes que possibilitaram a acumulação financeira. Se por um lado já havia desde os anos 1950 a centralização de capitais nos Estados Unidos, é na Europa que, em meados dos anos 1960, podemos ter um marco embrionário a partir do crescimento das companhias de seguro, que ainda hoje centralizam os ativos financeiros mais elevados. Entretanto, a criação do mercado de eurodólares permitiu a construção de um mercado interbancário de capitais líquidos registrados em dólares, no Reino Unido, a partir de 1958, que foi o primeiro marco de dominância financeira. O segundo ocorre no contexto nos anos 1970, no pós-crise do Petróleo, com a criação dos petrodólares, isto é, do investimento das somas de recursos que eram decorrentes da explosão do preço dos barris que foram canalizados para a abertura de linhas de crédito para o endividamento dos países do, então, Terceiro Mundo, que possibilitam nos anos 1980 a crise do endividamento¹⁸.

Se até os anos 1970 o setor financeiro era regulado pelo Estado em todas as economias de mercado, a crise do capitalismo que acontece no referido período foi concebida pelos operadores das finanças como uma oportunidade para ampliar a sua desregulamentação, num contexto em que os Estados estavam endividados, e a política de juros altos era a forma de tornar atrativos os títulos da dívida pública.

Nos países da periferia, capitalistas dependentes em muitos casos, a situação torna-se mais problemática na medida em que a expectativa de moratória fez com que os Estados, através da pretensa autonomia dada aos Bancos Centrais, mantivessem os juros altos com vistas ao aumento da rentabilidade para a atração dos investimentos externos.

A ruptura do acordo de Bretton Woods no ano de 1971 foi estimulada pela explosão da dívida e do déficit na balança de pagamentos, convulsionada pela emissão de dólares para o financiamento da Guerra do Vietnã, que acabou esvaziando as reservas norte-americanas, o que gerou insegurança, especialmente a partir do fantasma da inflação e dos impactos da crise do petróleo, no qual a opção do governo norte-americano foi a criação de instrumentos de liquidez para o financiamento da dívida, dando gênese à “economia do endividamento” (IAMAMOTO, 2012).

¹⁸ Beluzzo (2005) considera que desde os anos 1960 começa um “arranjo virtuoso” que permite a configuração da restauração do sistema financeiro, a partir da dissolução do consenso keynesiano, expressa na subida dos níveis de inflação a partir da criação do euromercado e das praças *offshore* e depois pela reciclagem dos petrodólares, tal qual a substituição das taxas de cambio fixas por taxas flutuantes.

Iamamoto (2012) considera que:

Em função do crescimento da dívida pública norte-americana, nos inícios da década de 80, os EUA atribuem ao bônus do tesouro americano o estatuto de ativo financeiro, atraindo fundos líquidos em busca de investimentos financeiros rentáveis e seguros. Isto representou o financiamento dos déficits orçamentários mediante aplicação, nos mercados financeiros, de bônus do tesouro e outros ativos da dívida (p.116).

As taxas de câmbio flutuantes permitiram que uma pequena quantidade de operadores assumisse maior importância e concentrasse mais poder na fixação das taxas de câmbio, impondo planos de austeridade, escalonamento da dívida e exigência de privatizações das empresas públicas, com o objetivo de conversão dos títulos da dívida em títulos de propriedade ao portador (IAMAMOTO, 2012). Parte deste processo depois foi reestruturado a partir do Plano Brady, cujas características trataremos mais adiante, denotando desde já o processo de mobilidade de capitais, que tem caracterizado esta nova configuração do capitalismo.

Contrariando a ideologia construída pelos intelectuais do capital, que autonomiza as finanças como se fossem um movimento com vida própria e numa perspectiva abstrata, não concreta, Chesnais (2005) afirma que a forma capital contemporânea, no caso o capital portador de juros, e a sua dimensão atual não é produto de um movimento também autônomo ou próprio. O papel que desempenha hoje o sistema financeiro foi possível somente através da atuação do Estado, especialmente os mais poderosos, no movimento de liberalização e desregulamentação do sistema financeiro, por meio de políticas que facilitaram e favoreceram a centralização dos fundos líquidos não reinvestidos na esfera da produção. Foi a partir daí que as instituições especializadas através da atuação nos mercados bursáteis adquirem importância e proeminência. O autor considera que a evolução da acumulação financeira está diretamente ligada às políticas que permitiram a liberalização dos movimentos do capital e a construção de uma engenharia que permitiu a interconexão internacional dos ativos financeiros, particularmente com o regime de taxas de câmbio flexíveis e porque foi especialmente preparada pelo chamado mercado de eurodólares, que teve experiência embrionária a partir do fim dos anos 1950.

Contrariamente a tese que propugna o papel cada vez menor do Estado, a desregulamentação financeira exige intervenções e ações do Estado no sentido de estabilizar os mercados e, se necessário, ter atuação salva-guardista em casos de crises

do sistema financeiro, o que parece confirmar a tese de Mandel (1982) sobre o Estado como administrador das crises com políticas anticíclicas.

O fetiche das finanças é também questionado diante de um olhar sobre a arquitetura jurídica e institucional que permitiu a desregulamentação da esfera financeira, operada concretamente pelos Estados nacionais, diante dos acordos de liberalização que são gestados a partir de tratados e acordos internacionais, especialmente o Consenso de Washington, o Tratado de Marrakesh e o Tratado de Maastricht, que criam e fazem do espaço mundial um “espaço do capital” (IAMAMOTO, 2012).

É este o contexto que permite a arquitetura de um capitalismo que hipertrofia os investimentos financeiros, assentada sobre uma estrutura de desregulamentação e de reconfiguração do papel dos Estados sob a vulgata da globalização, para operar a rentabilidade máxima do capital, impulsionando o triunfo do fetichismo financeiro sobre a própria produção de valor da mercadoria (CHESNAIS, 2000).

Ao falar de um regime de acumulação com dominância financeira e mundializada, Chesnais (2003) explica sua relação com a globalização, notadamente em seu aspecto econômico, com a mundialização do capital. Trata-se de uma invenção dos países centrais, tendo a frente os Estados Unidos e o Reino Unido, não sendo separado das derrotas que a classe trabalhadora sofre no processo de restauração do capitalismo na União Soviética, que se concretiza em fins dos anos 1980. Ao falar em mundialização do capital, o autor não o utiliza no sentido de englobar a totalidade do globo, mas o entende a partir da “função de garantir a apropriação, em condições tão regulares e seguras quanto possível, das rendas financeiras – juros e dividendos numa escala mundial” (p. 53), sempre na perspectiva da valorização do capital. Sua existência enquanto tal é sempre condicionada ao grau de liberalização e desregulamentação das finanças, mas também do investimento externo e das trocas comerciais. Como consequência desta nova arquitetura do poder mundial comandado pela finança e, especificamente, pelo capital portador de juros, encontramos a interpenetração entre a finança e a indústria, que nos remete a discussão de Lênin (2003) e promove mudanças na própria estrutura de poder das frações dominantes, que tem, a nosso ver, favorecido a formação de monopólios e a intensificação das desigualdades sociais.

Iamamoto (2012) considera que a primeira etapa da liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros, cujo período de referência é de 1982 a 1994, tem centralidade a partir da dívida, acreditando que o formato do capital e a hegemonia financeira atualmente foram erigidos sob o endividamento dos governos, através da indústria da dívida, que foi e é o maior meio de transferência de recursos em prol do rentismo, tal qual o principal mecanismo de criação de crédito.

Para Chesnais (2005) “a economia da dívida pública” fez o capital portador de juros apresentar um vertiginoso crescimento, tanto quantitativo quanto qualitativo. Ao apresentar termos que tomo emprestado como a “tirania dos mercados” ou a “ditadura dos credores”, o autor faz a crítica ao papel particularista do Estado, através das medidas de liberalização dos títulos da dívida.

Para Chesnais (2005), a partir de 1984-85 os países mais ricos do G7 adotam a mesma estratégia de financiamento de déficits, fazendo do “mercado de obrigações públicas – o que o FMI chamou de ‘espinha dorsal’ dos mercados de obrigações internacionais – o lugar onde se detém uma fração variável, mas sempre elevada de ativos financeiros” (p. 41). Segundo o autor, foi a dívida pública que permitiu a expansão e ressurreição dos mercados financeiros, tornando-se a coluna vertebral das instituições que “centralizam o capital portador de juros”.

A crise econômica ameaçou os bancos privados internacionais, acenando prejuízos em caso de não pagamento da dívida. Como consequência o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial atuaram intelectuais do capital para programas de reajuste fiscal e também como cobradores dos títulos da dívida. Em 1989, ante a crise econômica que afetava especialmente as economias latino-americanas¹⁹, foi lançado o Plano Brady, num reconhecimento da dificuldade de pagamento da dívida pelos países endividados. O Plano Brady, cujo nome remete ao então secretário do tesouro americano Nicholas Brady, pretendia reestruturar as dívidas dos países periféricos, por meio da troca por novos bônus, com o abatimento do encargo da dívida, pela minimização de seus montantes e juros, mas ao custo da liberalização dos títulos, agora ao portador, permitindo sua circulação livre na esfera das finanças.

¹⁹ Segundo Portella Filho (1994) a América Latina experimentou robusto crescimento econômico no período pós-guerra, com crescimento do PIB em aproximadamente 5% na década de 1950 e 5,5% no período 1960-1981. Os anos 1980 iniciam um período de crise econômica no qual os organismos internacionais e os países centrais apontavam como saída política de reajuste fiscal, com base na doutrina do Consenso de Washington.

Chesnais (2005) reconhece que nos países do “Terceiro Mundo” as imposições da dívida foram mais severas, mais draconianas e que nos países em desenvolvimento ou de industrialização recente a dívida cumpriu o papel de impor políticas de ajuste estrutural. Entretanto, nos países centrais a transferência de renda em termos absolutos foi a mais decisiva, mediante a política de financiamento dos déficits e outros compromissos da dívida, que deu origem ao processo de titulização²⁰.

Trata-se neste caso do que Chesnais (2005) considera como segundo momento ou etapa da mundialização financeira, que está ligado à descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais, que estrutura-se a partir da liberalização dos mercados de câmbio, na abertura do mercado dos títulos públicos da dívida aos operadores estrangeiros do sistema financeiro, com amplo destaque para o caso da titulização da dívida, liberalização dos mercados financeiros dos novos países industrializados e à abertura da Bolsa de Valores às empresas estrangeiras.

O mercado de títulos públicos na terceira etapa do processo de globalização financeira, segundo Prates (1999), tornou-se o principal compartimento do mercado financeiro internacional, depois da transação de moedas. Se o problema da dívida era preocupante, uma das soluções foi tornar os títulos da dívida como títulos ao portador, em função dos problemas da liquidez e solvência dos bancos, possibilitando a comercialização dos títulos no mercado, substituindo progressivamente o mercado dos créditos bancários pelo mercado de capitais e pelo mercado de títulos. Este elemento é importante para o entendimento do mercado financeiro no decorrer dos anos 1990 e 2000, e do interesse do mesmo para investimentos, entre os quais a educação.

A desintermediação financeira é o terceiro referencial desta possível historização da mundialização do capital e do regime de dominância financeira, na medida em que permite que as instituições financeiras não bancárias podem ter acesso aos mercados, ao pontuar também que considera o ressurgimento e aumento do poder como capital financeiro traz consigo o reaparecimento de mercados especializados, que possibilitam liquidez ao capital portador de juros (CHESNAIS, 2005). Este aspecto está diretamente ligado ao nosso objetivo, que é entender o movimento que o capital realiza, mesmo com mediações, para controlar o mercado de ensino superior no Brasil, através dos fundos de investimentos.

²⁰ Beluzzo (2005) considera que os bancos perdem posição de liderança, seja nos depósitos ou no total de crédito concedido, na mesma medida em que a finança direta e “securitizada” ganha importância.

Neste contexto de liberalização e desintermediação, os bancos perdem o monopólio da função crédito, cedendo lugar aos grandes fundos de investimentos, que passam a conceder empréstimos, investir nas empresas, através das cotas acionárias, procurando aumentar a lucratividade com os juros ou com o retorno do investimento. O crescimento da dívida pública também alimentou a mundialização, através das taxas de juros elevadas que permitiram o crescimento dos rendimentos, fazendo com que os fundos de investimentos procurassem investir nos títulos da dívida (IAMAMOTO, 2012).

O ano de 1994 é considerado referência nos debates da mundialização, pois foi a partir deste período que as bolsas de valores ganham importância cada vez maior, pois são nestes espaços que ocorre a compra de ações de grupos industriais pelas instituições financeiras (fundos de investimentos, fundos mútuos, fundos de pensão, companhias de seguro), apostando na lucratividade das empresas – trata-se de um momento axial, pois demarca a desintermediação e a perda do monopólio dos bancos no setor de crédito e investimentos.

Diante do quadro de crescimento da economia em alguns lugares do globo nos anos 1990, outra saída, encontrada para equacionar a crise estrutural do capital, foi o movimento de fusão das grandes empresas, que passam a comandar a acumulação com o apoio de estruturas subcontratadas ou terceirizadas, especialmente em regiões do globo onde havia mercado interno, matérias-primas e mão-de-obra com menos custos, principalmente o sudeste asiático.

Iamamoto (2012) considera que a estruturação da economia capitalista mundial, no contexto do pós-guerra fria e no início do século XXI, sofre alterações sob a hegemonia do imperialismo norte-americano. A autora considera que o processo de mundialização da economia tem como suporte os grandes grupos industriais transnacionais quando de sua associação com instituições financeiras, especialmente os fundos de pensão, fundos mútuos, fundos de investimentos e companhias de seguro, que se tornam investidores financeiros e proprietários acionários destas empresas. Trata-se de um processo que altera substantivamente a natureza da lógica do capital, que procura mecanismos e estratégias cada vez maiores de valorização, incidindo na organização do trabalho.

Chesnais (2005) pontua que se por um lado o crescimento dos mercados dos títulos trouxe a construção de mercados financeiros especializados, também veio acompanhado de uma progressão do poder dos investidores, mediadas por meio da desregulamentação financeira. Este processo permite que nos Estados Unidos, na década de 1980, e na França, na década seguinte, os grupos industriais tornam-se ativos financeiros compráveis e vendáveis na Bolsa de Valores.

Chesnais (2005) entende a acumulação financeira como o processo pelo qual determinadas instituições especializadas, bancárias ou não, tem a responsabilidade de centralização e de lucros industriais não reinvestidos na produção e valoriza-los através da aplicação em ativos financeiros.

Iamamoto (2012) considera que o capital expandiu seu lado financeiro ao integrar corporações e grupos industriais ao sistema financeiro, através dos bancos, mas também de companhias de seguros, fundos de pensão, fundos mútuos, fundos de investimentos, entre outros, produzindo uma miragem através dos investimentos financeiros, que teriam a capacidade de tornar invisível o lado do trabalho na relação capital x trabalho.

Segundo Iamamoto (2012), trata-se de um processo que por óbvio não pode ser analisado sem imersões nas discussões sobre a mundialização do capital e na economia mundial, tomando como referência a desregulamentação financeira, destacando a perda do monopólio dos bancos como financiadores do crédito mundial, cedendo lugar aos fundos de pensão, de investimentos, companhias de seguros, colocando a nú o avanço do capital financeiro sobre o fundo público. Assim, a mundialização financeira estaria conectando e dando sentido a processos como a reforma do Estado, a reestruturação produtiva, a questão social, a ideologia neoliberal e as concepções pós-modernas. Consideramos que se trata de ações que muitas vezes são entendidas de forma isolada, ligadas a reformas institucionais que minimizam a atuação do poder público (reforma do Estado), ou que estão ligadas à esfera produtiva (reestruturação), ao alívio da pobreza (questão social), ao discurso hegemônico que acredita no livre-mercado como modelo de regulação social, em detrimento de modelos centralmente planejados (como propõe a ideologia neoliberal) e aos seus aparelhos privados de hegemonias, que são verificados a partir da avalanche pós-moderna.

Contudo, é preciso fazer algumas anotações sobre a particularidade das tratativas do setor financeiro sobre os grupos industriais. Segundo Chesnais (2005), na década de 1980 os fundos tiram dos bancos a dianteira do processo de centralização dos capitais e passam a ter função de empréstimo. No lastro das mudanças que aconteciam no interior do capitalismo, as sociedades de seguro foram pioneiras na experiência de financeirização, quando ao fim dos anos 1990 as mesmas perdem a liderança para os fundos de investimentos e fundos de pensão²¹. Também nesta década os fundos de investimentos mútuos tiveram maior crescimento que os fundos de pensão no decorrer da referida década. A titulização, combinada com a alta das taxas de juros e a liberalização financeira dos fluxos de capitais coincidem com o momento em que os fundos de pensão buscam oportunidades de investimentos maiores.

Sauviat (2005), fundamentada na experiência dos fundos norte-americanos, destaca o papel que têm os fundos de pensão e os fundos mútuos, expoentes da parte mais importante e dinâmica dos investimentos institucionais, a partir do tamanho e da força que adquirem ao centralizar a poupança (coletiva e individual), transformando-a em capital-dinheiro concentrado, que se valoriza nos mercados, buscando liquidez.

Quando analisamos o crescimento da importância dos fundos, a partir de Sauviat (2005), novamente voltamos ao contexto dos anos 1980 quando “a elevação das taxas de juros, o surgimento de um regime de baixa inflação e o desenvolvimento da Bolsa inflam as contribuições acumuladas e aplicadas nos mercados financeiros, em títulos da dívida pública e depois, cada vez mais, em ações das empresas” (p. 112), combinada com a “desregulamentação do mercado de ativos e liberalização do mercado de capitais dos mercados de capitais decuplicaram, ao mesmo tempo, suas oportunidades de ação (p.112)”.

As mudanças nos sistemas de previdência nos anos 1980 também lançam as bases para a organização dos fundos mútuos. Com a transferência de responsabilidades dos empregadores aos trabalhadores pelas suas aposentadorias, surgem os fundos especializados neste segmento, os fundos mútuos. Este processo relaciona-se diretamente com o movimento de reestruturação produtiva e administrativa das

²¹ Beluzzo (2005) considera que desde os anos 1960 começa um “arranjo virtuoso” que permite a configuração da restauração do sistema financeiro, a partir da dissolução do consenso keynesiano, expressa na subida dos níveis de inflação a partir da criação do euromercado e das praças *offshore* e depois pela reciclagem dos petrodólares, tal qual a substituição das taxas de câmbio fixas por taxas flutuantes.

empresas, que fecham regimes de benefícios, para somar excedentes que conduzam à liquidez necessária para os processos de fusão-aquisição. Este contexto coincide com o declínio dos bancos privados para empréstimos e depósitos tradicionais, mediante o novo hábito das famílias de gestão coletiva da poupança que desembarca nos fundos mútuos como suporte privilegiado de aplicações. A particularidade dos fundos mútuos é que eles não possuem ativos próprios, apenas administram em nome dos seus clientes (SAUVIAT, 2005).

É importante perceber, pode parecer óbvio, mas nas obviedades encontram-se as maiores dúvidas, que a preocupação dos fundos de pensão e dos fundos mútuos são a rentabilidade e a liquidez dos seus investimentos. Sauviat (2005) reconhece que estes fundos se orientam pela “antecipação de ganhos e pela realização de ganhos do capital” (p. 118), preocupados mais com os lucros imediatos, o que revela um pouco da sua lógica pragmática e rentista, do que com a estruturação de um grupo industrial/empresarial com fluxo durável.

Segundo Sauviat (2005), trata-se de uma concepção que enxerga os títulos e investimentos como ativos negociáveis, mas não como um ativo imóvel, isto é, a forma capital preponderante continua sendo o capital fictício, em contraponto ao produtivo. Isto explica porque estes fundos podem se retirar de empresas com saúde financeira, mas que não possuem perspectivas de retornos imediatos na rentabilidade e na especulação.

A análise das finanças atualmente tem produzido varias categorias de análise e construtos teóricos. A interpenetração das finanças, neste contexto de primazia deste setor, com o produtivo/comercial tem um conjunto de implicações. Sauviat (2005) é uma autora que defende a tese de natureza do poder acionário, resultante dos investidores, especialmente com a constituição dos fundos, tornarem-se os principais acionistas das grandes empresas.

Este processo também tem significado a destronagem das famílias da posição de representante dos ativos das empresas e dos bancos como intermediários, feito através da titulização das dívidas, o que tem demonstrado mudanças substantivas na natureza do capitalismo atual. A passagem dos capitalistas individuais para os capitalistas coletivos parece indicar um momento diferente, no qual o setor financeiro adquire proeminência

(diferente de autonomia) ²². Este momento de substituição das frações burguesas no comando do processo de acumulação é um ponto que demarca, a nosso ver, uma inflexão no processo de mercantilização do ensino superior. Trata-se da tendência de crescente controle do setor de serviços educacionais, a partir do ensino superior, monopolizado pelos fundos de investimentos, cujos capitais são estrangeiros.

Chesnais (2003) já destaca a “pressão ‘impessoal’” dos investidores no processo de reestruturação e reengenharia administrativa dos grupos industriais que adquire controle, sugerindo que a mundialização da concorrência, a flexibilização do trabalho e as tecnologias da informação e comunicação são ferramentas que permitem às empresas responder as exigências dos investidores, tentando impor a produção à liquidez própria da esfera das finanças. Segundo Iamamoto (2012) este processo relaciona-se com a característica da mundialização financeira que tem sido a dimensão especulativa no mercado de ações da extração de mais-valia, tanto no tempo presente quanto no futuro, que, para ampliar a acumulação do capital, que impõe outros mecanismos de exploração dos trabalhadores, através de novos modelos organizacionais, enxugamento da mão-de-obra, intensificação, precarização e flexibilização do trabalho, entre outros.

Sauviat (2005), ao analisar a natureza do poder acionário, também concorda com a tese de que a concentração de poder nas mãos dos investidores só foi possível mediante as reformas que liberalizaram as finanças – especialmente a desintermediação financeira, criando condições e prerrogativas que possibilitaram maior rentabilidade e retorno sobre as aplicações das empresas, tornando-se uma força poderosa na tentativa de retomada das taxas de lucro e retorno do capital, cujo corolário tem sido demissões e intensificação do trabalho.

Um balanço histórico da experiência da mundialização do capital, expressa através do que costumam chamar de políticas neoliberais²³, expressa na liberalização,

²² Sauviat (2005) indica que nos Estados Unidos o número da participação dos acionistas individuais, no período de 1965-1985, por exemplo, caiu de 84% para 49%, enquanto os investidores tiveram crescimento de 14 para 45%. Duménil e Levy (2003) são contundentes ao afirmar que, apesar de nostalgias, não haverá o retorno ao capitalismo de padrões individuais, indicando que o caminho para outras alternativas depende da correlação de forças da luta de classes.

²³ A categoria neoliberalismo ainda é chave para explicar a orientação de um conjunto de políticas sociais e econômicas que orientam a reforma do Estado em diversos países, a partir do processo de globalização da economia. Entretanto, optamos por não dar centralidade nesta categoria por entender que ela faz parte de um movimento maior que é o da mundialização do capital, expressa na tendência de financeirização da economia. Porém, fazemos a opção no texto em alguns momentos de usar o termo políticas neoliberais para situar parte das tratativas do processo de mundialização.

desregulamentação e privatizações em vários formatos, nos conduz a reconhecer que as promessas de crescimento e bem-estar, no mínimo, fracassaram.

Trata-se de entender o que foram o conjunto de reformas estruturais desenvolvidas principalmente nos países da periferia do capitalismo foram extremamente draconianas para o chamado “bem-estar social”, que na verdade tinham por objetivo reafirmar o poder das classes dominantes (HARVEY, 2011), alimentando a concentração da riqueza nas mãos da fração dominante da sociedade, realizando seu objetivo de revolução conservadora (CHESNAIS, 2005).

Se o problema da economia mundial era o seu esgotamento expresso na crise que tem referência nos anos 1970 e elaborou-se outra estratégia de acumulação do capital, o balanço do crescimento nos anos 1990 também foi questionável. Chesnais (2005) considera que neste período a economia mundial apresentou crescimento em apenas dois lugares do globo²⁴: os Estados Unidos e o sudeste asiático. Nos Estados Unidos este processo estava ligado à retomada dos investimentos, que possibilitou a estrutura de formação da chamada “nova economia”²⁵, especialmente com o emprego de tecnologias que permitiram aumento da produtividade. O autor afirma que o outro lugar do globo onde houve crescimento econômico foi nos países do sudeste da Ásia, que experimentaram ciclos expansivos por meio da produção destinada à exportação, com a vantagem comparativa e competitiva de isenção fiscal e farta mão-de-obra barata, que se somou ao incentivo para o afluxo de capitais estrangeiros que chegavam em busca de rentabilidade maior.

A crise econômica atual também pode ser considerada o estopim de um sistema que já vinha convulsionado, com efeitos sociais perversos, degradantes e que tem empurrado as classes menos favorecidas em direção ao abismo das desigualdades sociais sob a sua forma financeira. Chesnais (2005) pondera que, no limite, temos o efeito devastador das políticas de liberalização e desregulamentação financeira, que tem

²⁴ Este balanço, segundo o autor, fundamenta-se no fato de que a taxa de crescimento do produto mundial não superou a barreira de 2%, contra 2,4% do período 1973-1980 e 1,2% de 1980-1993.

²⁵ Chesnais (2005) afirma que os Estados Unidos foram o único país que o regime de acumulação financeira comandado pelo capital portador de juros experimentou um regime de crescimento. Analisando a criação do termo “nova economia”, que vinculava-se diretamente com o crescimento econômico dos Estados Unidos nos anos 1990, a partir do uso intensificado de tecnologias da informação e comunicação (TIC's) e da retomada da produtividade no trabalho, ensejou o termo “nova economia”, Chesnais (2003) indica um uso bastante ideológico da expressão, exatamente na proporção em que a ilusão que os Estados Unidos e aquela forma particular de capitalismo, que em pouco tempo mostrou sinal de esgotamento, que deveria ser o caminho a seguir, dando uma tranquilidade sobre a situação econômica do mundo.

sido o acúmulo de outras crises que ocorrem há algum tempo. A crise mexicana de 1995; a crise da Argentina que começa em 1999, produto das políticas de desindustrialização e ultraliberalíssimo; a crise dos países do sudeste asiático ou da bacia do Pacífico, como a Tailândia, Indonésia e Filipinas; entre outros, são expoentes do que o autor considera como o ponto de partida, que são as exigências do capital portador de juros, que tem como eixo fundamental a desvalorização das moedas locais, mediante o déficit comercial, a retirada de capitais estrangeiros destes países, tal qual o montante de reservas que os bancos centrais destes países tinham que manter para apresentar situações de solvência, entre outros.

Chesnais (2005), mesmo antes do estouro da crise econômica mundial, já sugeria que a dinâmica do capital portador de juros de exigir mais rentabilidade da economia do que ela poderia produzir seria uma consequência da perspectiva assumida de exterioridade da finança em relação à produção, sendo parte da mola que incentiva a desregulamentação do trabalho e as privatizações. Dito de outro modo, podemos afirmar que a crise, diferente do que propugnam alguns apologetas, tem como base a economia real, tendo picos no setor financeiro.

Qual a relação da mundialização com o que procuramos estudar? Qual a relação da mundialização com o controle do mercado de ensino superior no Brasil? Qual a relação das privatizações e da orientação do fundo público a serviço do capital portador de juros? Procuramos trazer esta discussão no próximo capítulo sobre o interesse dos fundos de investimentos no chamado “setor de serviços”, com destaque para a educação. Trata-se de perceber, ainda que exaustivamente, o movimento feito pelo capital para entender suas ações no campo educacional, a estruturação do capital portador de juros neste setor, entre outros.

Chesnais (2005) ao afirmar que as privatizações das empresas de serviço público, aquelas privatizações na sua forma mais visível ou perceptível, e as privatizações dos sistemas de saúde e previdência constituíram a coluna vertebral das políticas de sustentação dos mercados financeiros, na medida em que são os melhores investimentos para o capital portador de juros em busca de rentabilidade, o que pode nos ajudar a entender a entrada no setor de serviços possibilita ganhos consideráveis em um setor como a educação, que vem se constituindo como um espaço de valorização do capital.

Leher (2010) oferece contribuições para pensarmos a crise econômica atual, destacando que, na história do capitalismo, o sistema do capital procura operar ações que recuperem e aumentem as taxas de lucro. Entretanto, é preciso afirmar que a crise foi e é produto da lógica destrutiva do capital. O autor pondera que as dimensões da crise estão interligadas. A primeira, que considero mais importante pelos propósitos deste trabalho, considera que temos uma crise econômica com picos no setor financeiro, mas que está diretamente ligada à economia real, ou seja, um ponto de vista com o qual concordo, indicando que não estamos diante de uma crise do capitalismo financeiro apartado do capitalismo produtivo. A segunda dimensão é a crise climática e ambiental, resultante de uma lógica destrutiva do capital como desdobramento do seu padrão de acumulação; e a crise da produção e distribuição de alimentos.

Leher (2010) considera que esta crise econômica estrutura-se a partir de três movimentos consideráveis. O primeiro é o caso da liberalização das finanças, do comércio e dos investimentos que desestruturou as formações capitalistas com bases nacionais, dilacerando os resquícios do nacional-desenvolvimentismo sob a retórica da integração através da globalização, cujos intelectuais coletivos foram principalmente os organismos internacionais como o Banco Mundial, o FMI e OMC. Trata-se de um movimento que não foi organizado pelo que o discurso neoliberal chama de “mão invisível do Estado”, mas feito sob a anuência e supervisão do próprio Estado, especialmente a governança hegemônica mundial, o que nos remete às discussões sobre imperialismo, que transformou em serviços os direitos sociais que antes eram oferecidos através do serviço público, transformados em mais uma fronteira de valorização do capital. Concomitante a este processo temos o aumento espetacular do capital fictício, especialmente sob a forma de títulos e papéis, que equivalem, segundo o autor, a mais de vinte vezes o Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

O terceiro aspecto que Leher (2010) destaca se relaciona com a crise liga-se à ampliação sem paralelos da disponibilidade de força-de-trabalho disponível, especialmente a partir dos anos 1990 com a incorporação de espaços que antes não eram ligados diretamente a ordem capitalista, o antigo bloco soviético e a China, o que levou a transferência de plantas produtivas para a Ásia. Especialmente neste aspecto, Chesnais (2005) parece concordar com o argumento defendido por Leher (2010) ao destacar que a configuração do capitalismo permitiu que os grupos industriais deslocalizassem a produção, com a estruturação de vastos sistemas de subcontratação do trabalho (*global*

production network), que permitiu ao capital a exploração de mão-de-obra qualificada, e às vezes muito qualificada, contratada com salários muito baixos, em países com pouca tradição de organização sindical, isto é, a compra da força de trabalho e mão-de-obra a preços baixos sem a oposição sindical e organização dos trabalhadores que ajudam o capital no seu movimento de valorização.

Quando falamos “questão social”, partimos das reflexões de Leher (2010) sobre a problemática. Novamente estruturando a argumentação sob três aspectos, o autor considera que a questão social está diretamente ligada ao aumento da expropriação, que se torna dramática na medida em que se diminui a proteção social. A experiência regressiva que os trabalhadores têm a partir do que se chama de pragmática neoliberal caminhou neste sentido, contribuindo para o que autores como Soares (2001) chamam de desastre social. Leher (op. Cit.) elencou como segunda problemática da questão social o problema do exército industrial de reserva, que adquire maior relevância com o atual fechamento de postos de trabalho, que não serão ocupados por nenhum trabalhador a curto e médio prazo. Outro problema que assume maior relevo na discussão da questão social é a pobreza, como categoria e a organização da política de alívio à pobreza.

1.3 A valorização do capital em outras áreas – o caso da educação

Como consequência da reestruturação da esfera produtiva e a perda da centralidade da indústria, e o setor de serviços assumindo conseqüentemente e a representação da maior fatia da produção econômica, houve os processos de reorganização da gestão do trabalho, com processos de contrarreforma que tem indicado a precarização das relações de labor e intensificação do trabalho. Nos países da periferia do capitalismo, parte relevante do crescimento econômico é impulsionado pelo setor de serviços.

É neste contexto, de proeminência do setor de serviços, numa conjuntura de crise do capitalismo, de mundialização do capital e da financeirização da economia, que assistimos nos anos 1990 a constituição de tratados de livre-comércio entre as nações, com a finalidade de eliminação progressiva de quaisquer impeditivos para o comércio e os serviços em escala planetária.

É neste marco da mundialização do capital, de aparente predomínio das finanças e do setor de serviços como um espaço de acumulação do capital que abrimos a discussão sobre a interpenetração dessas duas variáveis com a educação. A exemplo de diversos outros setores que acumulam mais valia e espaços de inversão por transferência de renda do trabalho, dentro do que conceitua-se como os serviços, a educação passa a ser alvo de disputas e de valorização do capital, discutida e debatida em fóruns econômicos de organismos internacionais, cristalizando um caráter de mercadorização a partir da OMC.

Entendemos ser importante apresentar a discussão sobre o ensino superior contextualizada com a financeirização da economia e desta proeminência do setor de serviços, todos articulados à crise estrutural do capitalismo, para dar densidade à discussão, poste que este segmento torna-se objeto de especulação financeira nas bolsas de valores e atrativo ao capital fictício, através do capital portador de juros no Brasil, pressuposto pelo qual defendemos a hipótese de estar havendo uma mercantilização de novo tipo.

O setor de serviços tem assumido, nas transformações recentes da era mundializada do capital, maior importância na economia e na geração de emprego, com peso considerável mediante várias razões, dentre as quais se destaca a complexidade e reorganização da economia que impulsiona a expansão deste setor e concomitantemente a tendência de especialização das empresas (CHESNAIS, 1996).

A revolução tecnológica, a reestruturação produtiva e inicialmente a globalização (anterior à etapa de predomínio das finanças) podem ser consideradas gênese de uma metamorfose que tem dado importância cada vez maior ao setor de serviços, mediante o discurso de perda de produtividade no setor secundário.

A importância do setor de serviços explica-se mediante a crise do capitalismo que tem gênese nos anos 1970, no qual a produtividade da indústria e a reorganização do modelo de acumulação do capital foram centrais. Se a passagem do regime fordista-taylorista, de produção em série e em massa para consumo em massa entrou em colapso, fazendo surgir propostas diversas de reorganização da produção, ganhou destaque a forma flexível de acumulação, que propunha a substituição crescente do trabalho vivo pelo trabalho morto, a flexibilidade nas relações de produção e de organização do trabalho, ensejando desemprego estrutural. O deslocamento da acumulação do capital

para o setor de serviços articulado com a crescente financeirização da economia, o torna alvo de disputas e de estratégias concorrenciais para a valorização do capital.

Lacerda (2002) comunga da opinião de que nesta etapa do capitalismo, denominado financeiro, para o qual prefiro a utilização da terminologia “forma capital”, e reivindicando o conceito de mundialização do capital, quando o setor de serviços ganha uma nova dimensão, seja através das trocas comerciais nas exportações ou pelo seu papel na formação de formas de produção de valor.

O setor de serviços tem sido um dos principais nichos de exploração do capital financeiro, e adquire proeminência com a criação da OMC em 1995. Harvey (2011) em referência à livre circulação do capital, do qual podemos fazer inferência sobre os propósitos da OMC, afirma que o projeto do capital foi de redução das barreiras artificiais do comércio, e criação de uma “arquitetura financeira global foi criada para facilitar a circulação do fluxo-internacional do capital-dinheiro líquido para onde fosse usado de modo mais rentável” (p. 22).

Em meados dos anos 2000 a entrada do capital financeiro, em suas diversas expressões, no setor de serviços educacionais torna-se considerável, especialmente na educação superior, elemento fundamental para dar sentido à (nova) lógica privatista que está ocorrendo na educação superior brasileira, engendrando uma mercantilização diferente do que acontecera nas décadas de 1990 e início dos anos 2000.

O fenômeno da transnacionalização da educação está, desta forma, inserido no projeto global do capital de eliminação de fronteiras para o mercado educacional, envolvendo neste caso o livre-comércio de serviços educativos, no qual o movimento do capital tem engendrado os oligopólios educacionais no Brasil, envolvendo também pela aquisição de instituições menores por um conglomerado que utiliza o capital rentista, através dos fundos de investimentos. Consequentemente, encontramos nesta nova conjuntura uma tendência de eliminar barreiras para o livre-comércio dos serviços educativos, dos quais se destaca o estabelecimento de filiais de universidades estrangeiras, venda de franquias acadêmicas, educação à distância, entre outros (PEIXOTO, 2010), que acrescentamos também o processo de aquisições e fusões no ensino superior.

Entretanto, por que falar em mundialização do capital, capital rentista, fundos de investimento para situar uma análise sobre a mercantilização da educação superior brasileira? Por que um recuo à economia política para o entendimento das políticas educacionais? Esta análise precisa ser feita para a discussão da mercantilização da

educação não ser apartada do movimento que o capital, mundializado, tem feito e para análise poder embasar-se no materialismo histórico e dialético, numa análise que deve ser feita chegando até a economia para o entendimento da concretude das políticas educacionais, referenciado nos princípios de mediação, contradição e totalidade.

Esta análise certamente precisa levar em conta as discussões acerca do capitalismo brasileiro, de caráter dependente, conforme salienta Florestan Fernandes (1975), que pode nos fazer pensar também em um ensino superior dependente, que opera atualmente combinado com a face do capital fictício, através do capital portador de juros, e seus nexos e desdobramentos na educação superior brasileira.

Ora, Chaves (2010) já aponta que, com faturamento de aproximadamente 55 bilhões de reais em 2008, os lucros auferidos no segmento privado de educação superior já podem ser comparáveis a empresas de grande porte como Vale do Rio Doce, Petrobras, Gerdau, etc., o que nos impõe refletir sobre a educação dentro do marco de acumulação do capital.

Partimos da discussão acerca da expansão da educação superior no Brasil do consenso da primazia do setor privado sobre o setor público, que pode ser comprovado em uma rápida visita aos indicadores dos Censos da Educação Superior, realizados pelo INEP. Vários estudos têm indicado que a expansão do ensino superior no Brasil, sobretudo no período pós-LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 1996, ocorreu no setor particular e com modelos de organização acadêmica de instituições não universitárias, ou seja, em centros universitários, faculdades e escolas de ensino superior. Argumentarei nos próximos parágrafos acerca desta expansão no segmento privado, para situar a natureza da mercantilização, que defendo ser diferente da mercantilização atual, que defendo ser de novo tipo.

Destacamos a influência das recomendações dos organismos internacionais, sobretudo, inicialmente, o Banco Mundial, como direção intelectual e moral do processo de reformas nas políticas educacionais brasileiras, como porta-voz do que pensa o capital para a periferia do sistema capitalista, cujo processo traduziu o incentivo à expansão do setor privado, à busca de fontes alternativas de financiamento, o discurso da eficiência em mecanismos de gestão, a criação de um sistema avaliativo da qualidade do ensino e a diversificação das instituições de ensino (MANCEBO, 2010). Estas orientações referendaram a tese do anacronismo do modelo de universidade de ensino-pesquisa-extensão, considerado custoso e antagônico à nova racionalidade de economia de recursos do pensamento neoliberal.

No Brasil, o aporte dos fundos de investimentos e o controle do capital fictício pelo segmento educacional no ensino superior privado só tem sentido mediante a garantia da segurança de lucro, o que é viabilizada através do apoio dado pelo Estado através do fundo público, seja através do FIES ou do Prouni ou recentemente do BNDES, o que denota o caráter particularista do Estado brasileiro, na transferência do fundo público para o setor privado.

Entretanto, a expansão que se verificou no segmento privado chegou a um limite, conforme demonstra estudo de Amaral (2006), no qual a renda das famílias já não era mais suficiente para cobrir despesas com educação, gerando certa saturação. Ou seja, a expansão da educação superior privada produziu muitas vagas “ociosas”. Argumentamos nossa dúvida sobre a natureza da ociosidade de vagas, defendendo a hipótese de uma ociosidade de natureza contábil.

Desta forma, a tendência de esgotamento do segmento particular através da “ociosidade de vagas” foi para Carvalho (2006) o contexto político no qual o Programa Universidade Para Todos (Prouni²⁶) foi criado, no ano de 2004, por meio do qual o governo federal promoveu a expansão da educação superior por meio de uma política de renúncia fiscal e transferência de recursos públicos para o setor privado²⁷, engendrando o marco regulatório no qual se confirmam tendências de regulação transnacional de expansão da educação superior, através da iniciativa privada, com a transferência de recursos públicos.

A EaD (Educação à Distância) elogiada por organismos internacionais como um dos métodos mais eficientes de aprendizagem constituiu uma das principais estratégias utilizadas para a expansão da educação superior no Brasil. E se caracteriza, segundo Castro e Cabral Neto (2009), pela não necessidade da presença física do professor e aluno no mesmo espaço, o que é possibilitado pela mediação das TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação) no processo de aprendizagem, relativizando noções e fronteiras de espaço e tempo, permitindo ampliação da oferta, cobertura para maiores contingentes e redução dos custos. Os autores defendem que estamos num momento do uso das TIC's que resultaram na expansão da educação a distância, no contexto de

²⁶ O Prouni foi criado primeiramente pelo Decreto Presidencial 5.245/2004 e, posteriormente, regulamentado pela Lei 11.096/2005.

²⁷ Importante, também, destacar as diversas alterações que o projeto inicial do Prouni sofreu, por pressão do segmento particular, por meio de suas entidades, com o Projeto de Lei original recebendo aproximadamente 292 emendas, a maioria beneficiando as mantenedoras das instituições particulares, conforme atesta estudos de Catani, Gilioli e Hey (2006). De acordo com Leher (2005), o projeto inicial as IES privadas deveriam destinar cerca de 25% das vagas para bolsas integrais, e a versão final votada foi de 4,25%, com extensão de benefícios para todas as IES, independente de vagas disponibilizadas.

reformas educativas que objetivavam a expansão do acesso ao ensino superior. A regulação da EaD esteve expressa no artigo 80 da LDB 9.394/96, que permitiu seu uso em todas as modalidades de ensino. Posteriormente, a EaD foi regulamentada pelo Decreto 2.494/1998, que clarificou o seu objetivo, e fez alterações nas regras para autorização e reconhecimento cursos. A EaD, por ser uma questão fundamental na estratégia de expansão do ensino superior, presente na OMC e nos documentos da OCDE, o que impõe a necessidade de mapeamento do uso dessa modalidade nas organizações sob controle dos fundos de investimentos.

O último instrumento normativo ou regulador para o uso do EaD veio a partir do Decreto 5.622/2005, que buscava incentivar maior participação ou interação dos professores no processo de ensino-aprendizagem e estabelecer, por conseguinte, um número maior de momentos presenciais. Segundo dados oficiais, o número de IES que ofereciam educação à distância passou de 25 para 97 no período de 2002 a 2007, o número de cursos saltou de 46 para 408 e as vagas aumentaram de aproximadamente 24 mil para cerca de 1,5 milhão (INEP, 2007).

Portanto, o que se observa é que o período que denominamos pós-LDB 1996, particularizado sobre a expansão da educação superior, esteve influenciado pela redefinição do papel do Estado, pela disputa por projetos hegemônicos, no qual projeto o neoliberalismo foi vencedor²⁸. Desta forma o projeto educacional gestado no período, que transferiu a responsabilidade da oferta educacional para o setor privado, operado politicamente com franco apoio do Estado brasileiro e das frações burguesas, é consoante ao novo modelo de acumulação do capital, flexível, e que tem na forma do ajuste neoliberal na educação um de seus expoentes máximos, restringindo a concepção de cidadania, minimizando as referências de público e evoluindo para a mercantilização dos direitos sociais.

Neste contexto de expansão da educação superior, pela via do segmento privado, e tendo em vista a crise que se instaura junto ao mesmo, começam a surgir, mais recentemente, uma mercantilização de novo tipo. Chaves (2010) aponta que o processo de expansão da educação superior no Brasil, com fortes traços mercantis, a partir de 2007, inaugurou uma nova tendência de monopolização no segmento privado, no qual se constatou um processo de compra e venda de instituições, com fusões que têm

²⁸ Harvey (2011) pontua que o neoliberalismo não pode ser entendido como uma ação em abstrato, e sim como um projeto de classe surgido nos anos 1970, assentado sob a retórica da liberdade individual, responsabilidades individuais, autonomia, livre-comércio e livre-mercado, que possibilitou políticas draconianas que restauraram e consolidaram o poder das classes dominantes.

formado oligopólios educacionais, ou seja, com uma tendência à formação de número menor de grandes empresas que atuam num nicho mercadológico, no caso o educacional, e que passam a ter um controle de parte cada vez maior do mercado da educação superior.

Leher (2010) também parte do mesmo ponto de vista, afirmando que a natureza da mercantilização da educação se torna diferenciado a partir de 2005, mas é em 2008 que se torna problemático, na medida em que ocorre controle de IES por fundos de investimentos (*private equity*), momento em que ocorre a abertura do capital das IES e se reconfigura o processo de mercantilização da educação superior, um processo que ainda não foi estudado com profundidade, engendrando uma mercantilização de novo tipo, agora sob o domínio do capital rentista, operado por frações da burguesia que procuram novos nichos no setor de serviços, com mudanças de inéditas velocidade e intensidade.

Desta forma não podemos deixar de perceber que este mercado educacional em potencial, ainda que com crises, é amparado por um Estado salvaguardista em termos de políticas que fomento à expansão, com políticas de incentivo. Concomitantemente tempo um Estado que não realizou reformas de cunho universais, no contexto do capitalismo dependente, o que engendra um ambiente propício aos negócios, objeto de disputa do capital rentista que motiva fundos de investimentos a investir nos negócios educacionais, trazendo consigo a problemática da financeirização da educação superior.

Analisaremos nos próximos capítulos a questão do Estado e da educação, faremos uma discussão da economia política recente no Brasil e focaremos os fundos de investimentos e a nova configuração do ensino superior privado no Brasil.

CAPÍTULO 2

ESTADO, NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: CONFORMANDO O ENSINO SUPERIOR NOS ANOS 1990

Iniciaremos este capítulo com uma breve apresentação sobre alguns nortes teóricos que utilizamos para a compreensão das políticas educacionais em curso e especialmente para entender a hipótese que apresentamos, de estar em curso de mercantilização de novo tipo. Para dar densidade à discussão utilizamos o conceito de capitalismo dependente, tomando a obra de Florestan Fernandes como referência para entender as particularidades do capitalismo no Brasil. Discutimos também a questão do neoliberalismo do Estado brasileiro, especialmente a partir da chamada “transição democrática” e do neoliberalismo, para adentrar a particularidade da questão educacional. Posteriormente faremos uma discussão especial sobre duas políticas específicas (FIES e PROUNI) que tem forjado maior controle mercantil sobre a conformação do ensino superior.

2.1 ALGUMAS QUESTÕES SOBRE O CAPITALISMO DEPENDENTE, ESTADO E NEOLIBERALISMO

Não podemos problematizar a agenda da política educacional brasileira, sua dinâmica e suas transformações, sem estabelecer nexos com a forma particular de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Trata-se de um esforço, referenciado na perspectiva do materialismo histórico-dialético e do seu componente de totalidade, para refletir sobre a natureza das políticas educacionais sem separá-las das dinâmicas da economia e do padrão de acumulação do capital.

Acreditamos que seja importante resgatar e abordar rapidamente o processo de constituição do capitalismo no Brasil, para situar o referencial teórico que preside a dissertação. Encontramos em Florestan Fernandes (1975) uma grande contribuição, com as suas discussões sobre a natureza do capitalismo brasileiro, com o seu caráter dependente, ao apontar, numa análise histórica que problematiza o colonialismo e, em seguida, o imperialismo, um papel dependente no sistema capitalista internacional, que dificultou a possibilidade de ocorrência de revoluções burguesas “clássicas”, de tipo jacobino, a exemplo da Revolução Francesa e da Revolução Estadunidense que pudessem ampliar direitos sociais, na perspectiva da universalização. Distintamente, no

Brasil, as frações de classe da grande burguesia brasileira tenham tomaram o caminho de aliar-se às frações burguesas dominantes em nível mundial, notadamente no setor agro-mineral, operando de modo articulado com “velhas” classes dominantes e, quando necessário, com os militares, implodindo a ampliação da cidadania e impondo um novo pacto social pelo alto que continuou excluindo a classe trabalhadora do acesso aos direitos sociais.

O período ditatorial, que também marca a subordinação do Brasil ao novo quadro do capitalismo em crise mundial pós-1973²⁹, também foi, para Florestan Fernandes (1975), desde 1964, uma “contrarrevolução preventiva”, da qual a autocracia burguesa, com o objetivo de evitar grandes mobilizações sociais ante um temor de que as reformas de base criassem obstáculos ao capitalismo monopolista, se utilizaram do discurso da guerra fria como se no Brasil estivesse em questão a disjuntiva capitalismo *versus* comunismo. Em nome desse anticomunismo, mas mirando o aprofundamento do capitalismo monopolista, essas frações burguesas dominantes, em articulação com militares que por diversos motivos optaram pelo golpe, entre os quais, os mais estreitamente subordinados aos EUA, empreenderam o golpe de 1964 e iniciaram uma ditadura feroz que operacionalizou o modelo econômico concentrador que ficou conhecido como a modernização conservadora³⁰.

O que deve presidir a investigação das contribuições de Florestan Fernandes para entender o que impossibilitou a universalização da educação pública, gratuita, laica e unitária no Brasil é a reflexão sobre a formação social brasileira e as classes sociais (LEHER, 2012). Isto que dizer que, na investigação da tese florestaniana:

O corolário dessa forma de interpretação da realidade brasileira é que as frações burguesas dominantes, por terem se associado às frações burguesas hegemônicas, no contexto do capitalismo monopolista, não podem empolgar projetos capazes de configurar uma revolução burguesa clássica, anti-imperialista, para assegurar um projeto de nação autopropelido. Ao se adequarem às relações de classe características do capitalismo dependente, os setores dominantes

²⁹ A referência é a crise do capitalismo que eclode a partir dos anos 1970, que marca a substituição do modelo keynesiano-fordista que construiu nos países centrais um Estado de Bem Estar Social para o paradigma de acumulação flexível, expresso também na forma do neoliberalismo, cujas referências estão nas propostas de Hayek, mas que só pode ser pavimentado politicamente no contexto da crise de acumulação dos anos 1970, e que torna-se hegemônico com a virada conservadora do capitalismo com a eleição de Margareth Thatcher na Inglaterra em 1979 e Ronald Reagan em 1980 nos Estados Unidos.

³⁰ O termo modernização conservadora foi utilizado primeiramente por Moore Jr. (1975) quando analisou a particularidade das revoluções burguesas ocorridas na Alemanha e no Japão, posto que, diferente do modelo de revolução clássico que ocorrera na França, Inglaterra ou Estados Unidos, nestes não houve a destruição significativa das estruturas sociais do Antigo Regime.

naturalizam o *modus operandi* da repressão, da cooptação e do constrangimento sobre os trabalhadores para que estes se conformem com níveis elevados de exploração do trabalho e com direitos sociais minimalistas. (LEHER, 2012, p. 1161).

Portanto, segundo Florestan (apud Leher, 2012) a “tese da demora cultural” é problematizada na relação que teria com a temporalidade histórica da revolução burguesa em relação a sua particularidade com as experiências clássicas (europeia e norte-americana), sendo questionada com o conceito de capitalismo dependente, que explica a heteronomia econômica, política, social, ideológica e moral, permitindo que o “velho e o novo” se complementam e se retroalimentam, que possibilitou e permitiu o capitalismo competitivo e, posteriormente, o monopolista

Este é o recorte teórico que orienta nossa análise do capitalismo brasileiro em diálogo constante com as discussões atuais sobre a financeirização da economia. Trata-se de um esforço para articular as duas discussões e conseguir, por meio do método materialista, oferecer contribuições para entender os pressupostos da mercantilização em curso no ensino superior privado, nosso objeto de estudo.

Tal como assinalamos no capítulo anterior, o período de crise dos anos 1970 que provoca o *débâcle* do golpe acabou assinalando a proeminência das frações financeiras, robustecidas pelos circuitos da dívida. Em decorrência disto, no final dos anos 1990 estas frações assumem lugar proeminente e central no bloco de poder, ampliando sua influência sobre o conjunto da economia e, cada vez mais, sobre o conjunto da sociedade, em claro processo hegemônico.

A mundialização do capital em curso, responsável por processos de reformas administrativas, reestruturações produtivas, flexibilização, liberalizações, entre outros, que tem sido sintetizado no consenso do que se chama de “agenda neoliberal”, incidiu na reforma e na reconfiguração da gestão de diversos segmentos que deveriam ser mantidos pelo Estado, como a saúde, educação, previdência, entre outros. Se por um lado é forçoso reconhecer que algumas importantes disputas no marco das lutas sociais por projetos de sociedade foram vencidas pelo projeto do capital no paradigma neoliberal, por outro lado também é preciso um recuo histórico breve para entender como este processo não surge abruptamente e tem uma referência temporal que está relacionada às lutas na redemocratização e ao significado do Estado como ator político.

É necessário fazer um breve resgate temporal para situar as discussões sobre neoliberalismo, capitalismo dependente, mundialização do capital e a tese que sustentamos de mercantilização de novo tipo. Assim, começamos este debate orientado com a reflexão crítica sobre a transição da ditadura civil-militar para o que se conhece como redemocratização.

Para entendermos melhor a pavimentação do neoliberalismo no Brasil devemos considerar que parte das disputas políticas e ideológicas, que guarda relação com a materialidade do sistema capitalista, pela redemocratização imputaram um jogo de opostos: polarizou-se de um lado o negativo discurso do Estado autoritário *versus* a sociedade civil democrática³¹ e engajada, esta sim o grande arauto da democracia, que trouxe grandes repercussões nas disputas acerca do referencial de público a ser aplicado em um conjunto de políticas públicas/sociais no período seguinte, especialmente a partir da Constituição Federal (CF) de 1988 e das disputas nos anos 1990. É este o pressuposto da análise de Fontes (2006) sobre a polarização Estado x sociedade civil:

Uma das contraposições mais recorrentes tornou-se a que opunha “civil” a “militar”. Sendo uma acepção corriqueira, uma vez que o termo civil é dicionarizado como o que “não é militar, nem eclesiástico ou religioso”, o senso comum passou a designar, de forma equivalente, “regime militar” e “Estado militar” e a contrapor, portanto, a essa ditadura, um regime civil (p. 214).³²

Diante de uma crise do sistema capitalismo mundial, que começa nos anos 1970 e que na década de 1980 já estava em processo acelerado no Brasil a ideologia vencedora foi a liberal, de uma sociedade civil que era vista como a antípoda do Estado autoritário, retomando um conceito liberal de cidadania, cuja esfera limitou-se à dimensão civil e política, não contemplando a esfera social, perdendo, desta forma, os vínculos com os referenciais de um projeto de poder voltado para a classe trabalhadora. Fontes (2006), analisando a década de 1980, destacou a “subalternização dos setores

³¹ Sobre sociedade civil, reivindicamos a conceituação de Fontes (2006), que a entende a partir do conceito de Gramsci, como um conjunto de aparelhos privados de hegemonia e espaço da luta de classes nas sociedades capitalistas modernas.

³² Segundo Fontes (2006), contribuiu para a confusão do estatuto teórico – e prático – que a sociedade civil alguns fenômenos internacionais como o movimento negro norte-americano lutando por direitos civis, a fragmentação dos partidos comunistas nos países ocidentais no pós-Maio de 1968, ou a expansão da luta feminista afirmando mais uma vez igualdade e direitos civis.

rebeldes, fazendo-os tolerar a dominação de classes” (p. 201), cuja consequência mais explícita foi o apassivamento das lutas.

Leher (2005) demonstra que o neoliberalismo ganha força justamente porque a concepção de público passava por uma crise de legitimidade, por meio da qual existia uma ideologia que apontava a sociedade civil como o espaço da democracia e da liberdade, em contraposição ao Estado autoritário, militar e burocrático. Este é, sem dúvida, um elemento que se torna importante para a compreensão do neoliberalismo no Brasil, fundamentando-se na perspectiva da “positividade do privado e a negatividade do público”, no qual “os efeitos concretos desses deslocamentos e ressignificações entre o público e o privado recaíram violentamente contra a educação pública, que se encontra brutalmente degradada na maior parte do país” (LEHER, 2005, p. 2). Desta forma, “na década de 1980, o Brasil vive a transição da autocracia burguesa, materializada no regime militar, para a democracia liberal” (CISLAGHI, 2012, p. 266).

Quando examinamos os anos 1990, década referência para os processos de ajuste fiscal e que fez da América Latina um grande laboratório de experiências neoliberais, observamos a constituição de um bloco de poder francamente alinhado ao capital, ainda que tenha sido ao custo da produção de um desastre social, conforme aponta Soares (2001). Paulani (2006) considera que:

O discurso neoliberal começou a se afirmar e a fincar raízes nas eleições presidenciais de 1989. Ainda atolado num problema inflacionário que parecia insolúvel, mas ao mesmo tempo esperançado com as conquistas expressadas na nova Constituição que fora elaborada um ano antes, o país ficou dividido entre o discurso liberal-social de Collor e o discurso popular e democrático de Lula e do Partido dos Trabalhadores. Collor vence as eleições e dita, para o próximo período, a agenda que ele pouco concretizaria (p. 88).

Sendo assim, o problema da estabilização da economia e o controle da superinflação que assustavam a sociedade brasileira parecia ter sido solucionado com o Plano Real³³, conduzido por Fernando Henrique Cardoso (FHC)³⁴, então ministro da

³³ Segundo Paulani (2006) o Plano Real foi muito além de um plano de estabilização econômica, que atacou e pareceu resolver os problemas que são decorrentes da alta inflacionária. Segundo a autora o plano resolveu o problema que impedia o funcionamento do país como plataforma de valorização

Fazenda, que posteriormente disputa e vence duas eleições presidenciais e em cujas gestões estão sincronizadas as políticas neoliberais que começam a organizar a economia brasileira. A partir do estabelecimento da orientação neoliberal nas políticas sociais e nas reformas do Estado é que chegaremos a um ponto chave para pensarmos as políticas em geral que possibilitaram um crescimento significativo do segmento privado de ensino superior, no que concerne a contrarreforma do ensino superior em curso, que tem privilegiado o segmento privado como eixo da expansão deste nível de ensino.

Os anos 1990, que marcam a entrada tardia do Brasil no circuito neoliberal, são, sem dúvida, a referência de uma década cujo núcleo das políticas e das ações do Estado esteve estruturado a partir do tripé das recomendações do Consenso de Washington – superávit primário, metas inflacionárias e cambio flutuante³⁵, que se torna elemento basilar para reformas do Estado sob os auspícios da ideologia do livre-mercado, da privatização e da mercantilização de direitos sociais, orientadas em grande parte por organismos internacionais, considerados intelectuais coletivos do grande capital.

Autores como Carvalho (2006) consideram, por exemplo, que a influência da agenda neoliberal conferiu especificidade à década de 1990, pela abrangência da natureza das políticas sociais e econômicas regidas pelo neoliberalismo.

É nesta conjuntura que situamos os mandatos de FHC à frente da presidência da República (1995-2002), que organiza um grande ciclo de reformas que, sob a retórica da retomada do desenvolvimento, do discurso único de inserção do Brasil na nova etapa competitiva do capitalismo transnacional, determinam mudanças estruturais no interior do aparelho do Estado brasileiro sob a pragmática neoliberal e no curso da mundialização do capital.

Ao abordarmos essas contrarreformas implementadas no Brasil, cuja referência temporal é a década de 1990, certamente, precisaríamos de mais páginas para uma análise com maior profundidade. Contudo, não obstante as limitações colocadas por um

financeira internacional, mesmo com a abertura financeira já operada e com as operações da área externa do Banco Central para internacionalizar o mercado brasileiro de títulos públicos e securitizar a dívida externa. Na prática isso significou a entrada do Brasil no modelo neoliberal internacional. As políticas impostas a seguir, ainda que draconianas do ponto de vista social, como a abertura econômica, privatizações, elevação das taxas de juros, entre outros, passaram a ser feitas em nome da preservação da estabilidade econômica do país construída pelo Plano Real.

³⁴ A experiência da hiperinflação e a crise econômica e social do fim do governo Sarney determinou o desespero popular que acabou permitindo a entrada da hegemonia neoliberal operada inicialmente por Collor, mas apenas estabelecida com êxito nos governos de FHC.

³⁵ O Consenso de Washington representou a preocupação dos países centrais com a segurança do pagamento da dívida pública pelos países periféricos.

trabalho desta natureza, iremos abordar, ainda que sinteticamente, a questão referente ao Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE) de 1995, gerenciada pelo então ministro Bresser Pereira, no âmbito do Ministério da Administração Federal e Reformas do Estado (MARE), que precisa ser vista como uma nova forma de organização do Estado Brasileiro no contexto da lógica internacional ou transnacional da flexibilidade, e que foi implantada em um conjunto de países latino-americanos, acompanhando ciclos de reformas neoliberais (TAVARES; MAUÉS, 2012).

Inserido em um cenário de grave crise fiscal, o Estado era apontado como burocrático e, à luz das teses da flexibilização, deveria ser modernizado. Com a matriz ideológica de políticas neoliberais, a reforma do aparelho do Estado brasileiro consistiu na reestruturação da esfera administrativa, reformulando responsabilidades e diminuindo o seu tamanho. Nesta lógica, estabeleceu o que seriam os serviços exclusivos do Estado, como a legislação, o judiciário, e o que seriam os serviços não exclusivos do Estado, que poderiam ser, nessa lógica, compartilhados com a iniciativa privada, entre eles estão a educação, a saúde e a previdência. Um referencial importante foi o paradigma gerencial, que propunha modelos de gestões eficientes e eficazes³⁶ na máquina pública.

A referência ao capitalismo dependente e à forma de negatividade do público no âmbito do Estado pela sociedade civil contém elementos importantes para situar a etapa de desenvolvimento capitalista e a forma diferenciada da inserção da economia brasileira na globalização internacional e para percebermos as particularidades que geraram respostas à crise do capitalismo, considerando a entrada tardia e desigual do Brasil no âmbito do neoliberalismo e das orientações dos organismos internacionais na virada dos anos 1990.

Leher (1999) entende que a participação e o protagonismo dos organismos internacionais nos processos de aberturas, liberalizações e reformas das economias periféricas não empreendem tantas controvérsias, na medida em que as contradições da crise estrutural do capitalismo já não permitiam atuações discretas. O autor também considera que os países que resistiram ao neoliberalismo nos anos 1980, na década seguinte têm de submeterem-se às exigências dos “novos senhores do mundo”, como foi o caso do Brasil, especialmente com os governos de Collor e FHC, que implementaram

³⁶ Os conceitos de eficiência e eficácia eram fundados na suposta tese da morte do Estado, apontado como ineficiente e burocrático, em contraste e contraposição com dita eficiência e agilidade que se encontra no setor privado e no livre-mercado.

um ajuste que desmontou o já precário Estado Social, feito em nome de um projeto em curso inexorável e irresistível – a globalização, cujas consequências foram o aumento do desemprego, privatizações, crises cambiais, aumento das taxas de juros e destruição dos direitos sociais.

Especialmente a partir deste ponto procuramos estabelecer o ponto de partida das discussões iniciais sobre a educação e o ensino superior, sem desvencilhá-los da análise da economia política.

2.2 Forjando o controle mercantil sobre a educação superior

A renegociação da dívida pública, talvez o principal elemento que pressionou por reformas estruturais e ajustes fiscais nos países de capitalismo dependente no contexto de mundialização do capital, traduziu, segundo Leher (2007), “um processo complexo que redefiniu a força relativa das frações de classe no bloco de poder dos países latino-americanos, em favor das frações locais mais internacionalizadas” (p.2), o que fortaleceu aqueles setores mais internacionalizados, como o financeiro, o agronegócio e os *commodities*.

Desde os anos 1990 que o Banco Mundial, ante a sua importância no papel de renegociação das dívidas, recomendou (e as impôs como condicionalidades) reformas em diversos setores da economia e também naqueles sustentados, pelo menos parcialmente, pelo Estado, como é o caso do setor educacional, cuja racionalidade da reforma consistia na perspectiva da gestão da pobreza, com a construção de políticas que priorizassem a educação primária (no caso do Brasil, com foco no Ensino Fundamental); otimização na gestão dos recursos escolares; maior eficácia e eficiência; descentralização, entre outros.

Leher (1999) assinala que a postura do Banco Mundial sobre os assuntos da política educacional sofrem uma inflexão importante. O autor destaca que a partir de 1963-1968, num contexto de forte disputa ideológica da sociedade, a questão da pobreza faz a educação ter outro lugar nas prioridades do banco. Entretanto, a partir dos anos 1990 esta preocupação reveste-se de outros significados, quando o Banco entende que a situação de pobreza poderia gerar um “clima desfavorável aos negócios”.

Em outra análise, Leher (1998) conclui que o deslocamento prático das atribuições da UNESCO para o Banco Mundial, e a saída dos Estados Unidos da estrutura da UNESCO no ano de 1994, tornou a educação um assunto de negócios,

banqueiros e estratégia de disputa política. Por outro lado, esta preocupação também está inserida no contexto de disputa pela hegemonia na sociedade, no qual o autor entende que, num contexto de globalização e de democracia de livre-mercado, as disputas ideológicas na sociedade redesenham a teoria do capital humano, indicando que o conhecimento torna-se também um fator de produção, no contexto de uma (falsa) sociedade e economia do conhecimento.

Para Figueiredo (2009), a preocupação do Banco Mundial com questões sobre saúde e educação na verdade esconde o interesse e o objetivo de “manter a pobreza em níveis suportáveis”, contribuindo para criar as condições de coesão social para que o Estado promova e implemente políticas de ajuste econômico. A autora indica, por exemplo, que a educação brasileira nos 1990 contou com aproximadamente US\$ 1 bilhão de dólares de financiamento combinado para projetos “que visavam apoiar as estratégias e prioridades do Banco Mundial para o setor”. Entretanto, a autora chama atenção para que sejam evitadas duas simplificações costumeiras nas análises sobre os organismos internacionais e as políticas educacionais. A primeira que supõe um alinhamento incondicional entre as orientações dos organismos internacionais e a implementação das políticas educacionais. Isto obviamente implica numa análise empobrecida da realidade ao perder de vista a noção de mediação no materialismo histórico e ao mesmo tempo deixando em abstrato o ente que implementa esta política (Estado) e seu caráter particularista. A segunda são as contradições no contexto de negociações das orientações de reformas educacionais.

Acerca desta nova conjuntura para a educação, Leher (1999) entende que:

Desde o final da década de 1980 uma forte prioridade é conferida ao ensino fundamental ‘minimalista’ e à formação profissional ‘aligeirada’, orientações que são encaminhadas por meio de descentralização administrativo financeira, que estão redesenhando as atribuições da União, dos Estados e dos municípios. Enquanto a primeira canaliza os seus recursos aos ricos e aos investidores estrangeiros, os dois últimos são forçados a assumir os encargos necessários para manter as pessoas vivas e trabalhando, ainda que numa situação próxima da indigência (p. 10).

Aqui uma reflexão parece ser importante, acerca especialmente do “estado educador” do capital³⁷. A partir da nova pedagogia da hegemonia o Estado teria como uma das suas funções educativas o alívio da pobreza, permitindo mobilidade social entre frações ou segmentos da classe trabalhadora, mas sem comprometer os mecanismos de exploração do capital. Neves (2005) entende que estas funções educativas do Estado têm por finalidade manter o nível de consciência dos subalternos nos níveis primários, formando uma educação para o consenso e para a o apassivamento das lutas.

O documento *La Enseñanza Superior: Las lecciones derivadas de la experiencia*³⁸, de 1995, publicado pelo Banco Mundial, foi a principal referência que orientou processos de reformas educativas para o ensino superior em um conjunto de países, entre os quais o Brasil. Dentre as recomendações desse documento podemos destacar o incentivo à expansão do setor privado, a busca de fontes alternativas de financiamento, o discurso da eficiência em mecanismos de gestão, a criação de um sistema avaliativo da qualidade do ensino e a diversificação das instituições de ensino (MANCEBO, 2010; CHAVES, 2010).

Segundo Leher (1999) trata-se de um documento paradigmático para as reformas no ensino superior brasileiro, entendendo a crise do ensino superior como produto de uma crise fiscal. Defende como medida de reforma uma diferenciação no ensino superior, com distinção das universidades das instituições não universitárias, defendendo também a redefinição do conceito, sempre polêmico, de autonomia universitária nos moldes do neoliberalismo, diminuindo a participação do Estado no financiamento da educação, confirmando a redefinição do papel do Estado, que se afasta e confirma o desmonte do precário Estado Social.

Estas orientações referendaram a tese do anacronismo do modelo de universidade de ensino-pesquisa-extensão, considerado custoso e em antagonismo à nova racionalidade de economia de recursos do pensamento neoliberal, cuja saída deveria ser a maior diversificação institucional, com a criação de um ensino superior

³⁷ Encontramos as contribuições acerca do “Estado Educador” nos debates acerca da filosofia da práxis de Gramsci, na medida em que o Estado ampliado, através seus aparelhos privados de hegemonia, procura a obtenção do consenso e do conformismo social. Gramsci (2000) considera que o Estado assume a função de educador, fazendo da sociedade civil a arena das disputas pela hegemonia. O autor entende que “O Estado deve ser concebido como um ‘educador’ na medida em que pretende criar um novo tipo ou nível de civilização” (p.29).

³⁸ As lições derivam da experiência chilena de privatizações e minimização do Estado, que foi o primeiro país latino-americano a fazer experiências neoliberais, a partir do golpe que levou o general Augusto Pinochet ao poder.

não universitário e o aumento do número de instituições privadas. Nota-se que, por detrás do argumento do anacronismo, encontramos um apelo de aumento do acesso ao ensino superior, a “democratização às avessas” através do setor privado, na medida em que propõe outro modelo de ensino, que prescinde da pesquisa e da extensão, para aumentar o acesso dos mais pobres ao ensino superior.

Leher (1999) aponta que:

Também as diretrizes para o ensino superior são coerentes com o conjunto das proposições econômicas do Banco. Se o país submetido às orientações do Banco deve abdicar da construção de um projeto de nação independente, um sistema de ensino superior dotado de autonomia relativa frente ao Estado e às instituições privadas soa mesmo anacrônico (p. 12).

Carvalho (2006) pontua que o governo FHC, a partir da influência do Banco Mundial, criticava uma suposta ineficiência da universidade pública e sua dificuldade/inadequação ao mercado de trabalho, assimilando as recomendações destes organismos que procuravam dar racionalidade e eficiência ao sistema, introduzindo na agenda de reformas temas como avaliação, ressignificação da autonomia, diversificação, diferenciação, privatização, entre outros.

Carvalho (2010) reitera que as tratativas do PDRAE, no caso das universidades públicas, indicou a transformação do status jurídico das universidades, e, portanto, de seu *ethos*, que se tornariam organizações sociais, regidas por um contrato de gestão, organizadas por metas, fundamentadas a partir do modelo gerencial de gestão orientada para resultados, incentivo às parcerias da universidade com o segmento privado, com a disseminação de cursos pagos e fundações privadas, entre outros. A mobilização da comunidade acadêmica, com protagonismo do sindicalismo e do movimento estudantil, foi capaz de derrotar esta proposta.

Entretanto, conforme aponta Carvalho (2006), não podemos falar na influência do Banco Mundial em abstrato sem pontuar, pois esta instituição não consegue impor-se sobre a agenda de cada país sem o protagonismo do governo e sem a operação de frações da burguesia local.

Acerca deste período, segundo Leher (2005), o governo FHC disputou e venceu as duas grandes disputas e embates com vistas à redefinição dos marcos normativos da educação superior, quais sejam: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

(LDB) – 1996 - e o Plano Nacional de Educação (PNE) - 2001³⁹. Segundo o autor, o governo FHC tinha clareza de que a proposta em tramitação no Legislativo não era compatível com seu projeto mais amplo de educação, devendo reforçar estruturas fragmentadas e descentralizadas, mantendo a obrigatoriedade e gratuidade restrita ao ensino fundamental, como preconizado pelos organismos internacionais, com reflexos em todos os níveis de ensino.

O período posterior à implementação da LDB é marcado por um conjunto de contrarreformas, instituídas paulatinamente e de forma fragmentada, que confirmam a opção do governo brasileiro pela expansão da educação superior brasileira através da iniciativa privada, regulada por vários instrumentos normativos oficiais (decretos, leis, medidas provisórias, entre outros) que vêm favorecendo o segmento privado.

A LDB aprovada permitiu a “coexistência pacífica” entre as instituições públicas e privadas. Entretanto, esta relação pacífica foi bombardeada pela violência do livre-mercado educacional⁴⁰, voraz por maiores lucros e alimentada por um Estado particularista que foi generoso em oferecer subsídios e transferindo fundo público para o crescimento robusto do segmento privado.

No que se refere à educação no período de FHC, observamos uma política que produziu sucateamento e precarização das universidades públicas, com a redução em níveis draconianos no orçamento das instituições públicas, que acabaram comprimidas em termos de salários e orçamentos e com perdas significativas de docentes e servidores

³⁹ O PNE fora aprovado com nove vetos presidenciais por FHC, entre os quais destacam-se a meta de 40% das vagas de ensino superior no setor público; criação do Fundo de Manutenção do Ensino Superior; ampliação dos recursos para pesquisas científicas com a meta de triplicá-los num período de dez anos; elevação dos gastos do PIB com educação; exclusão de despesas com aposentados do quadro orçamentário das IES, entre outros. Do que fora aprovado destaca-se a meta de ampliação de vagas no ensino superior para alcançar 30% de jovens entre 18 e 24 anos em 2011..

⁴⁰ Alguns autores como Whitty (1998) utilizam o conceito “quase-mercado” educacional para se referir a processos que propugnam princípios do campo do mercado para o setor público, sob o argumento indução de melhorias de gestão e eficiência. Contudo, Os dados que recolhemos no decorrer da pesquisa sustentam que a ação do setor privado no campo educacional tem indicado uma relação de livre-mercado, com o capital buscando valorização, perdendo a mediação que antes encontrava no que chamavam de quase-mercado. Corrobora para esta hipótese o fato da entidade representativa do setor empresarial de ensino superior, a ABMES (Associação Brasileira de Entidades Mantenedoras), ter liderado esforços que acabaram criando o Fórum Nacional da Livre-Iniciativa na Educação, a partir de 2000, que congrega, além da própria ABMES, outras entidades alinhadas ao pensamento do livre mercado, como a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC), Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE), Associação Nacional de Universidades Particulares (ANUC), Associação Nacional dos Centros Universitários (ANACEU), Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEM) e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Rodrigues (2007) entende que este braço corporativo no âmbito da sociedade civil brasileira disputou e fez uma intervenção de classe, a partir das frações burguesas, no marco do anteprojeto de ensino superior que vinha tramitando e sendo debatido no Congresso Nacional, proposto pelo governo a partir do seu Grupo de Trabalho da reforma universitária.

técnico-administrativos. A autonomia universitária, reclamação e utopia nos movimentos que projetam outro modelo de sociabilidade, esteve reduzida ao aspecto financeiro, fato que preside o gerenciamento e captação de receitas e recursos no setor empresarial e nos contratos de gestão firmados com o Estado, com avaliação por produtividade e eficiência. Tal cenário produziu também processos de privatização por dentro da universidade pública, expresso com as parcerias com as fundações privadas de apoio à pesquisa, que serviu para abrir a universidade ao diálogo com o setor empresarial, que determinou a heteronomia da política de ciência e tecnologia, substituída gradualmente pela pesquisa e desenvolvimento⁴¹.

Leher (2007) sustenta que em consequência do ajuste, estrutural operado pelo FMI, pelo Banco Mundial e posteriormente pelo Plano Brady, há repercussões intensas nas universidades públicas, produzindo “efeitos tectônicos nos espaços públicos de produção de conhecimento” (p. 9). Assim, as universidades foram alteradas em todas as suas dimensões, da “docência à pesquisa, do financiamento à avaliação, dos currículos à carreira acadêmica, movendo as fronteiras entre o público e o privado, no que se refere tanto à oferta de educação quanto ao cotidiano das mesmas” (p.9).

Um dos pontos de inflexão deste processo de reforma na educação refere-se ao Decreto 2.306/1997⁴² que consagrou a diversificação institucional no ensino superior, estabelecendo a oferta de ensino superior em universidades, centros universitários, faculdades, institutos e escolas superiores, regulando a expansão da educação superior pela via não universitária. Esta nova regulação da educação superior foi uma das principais vias que levaram ao robusto processo de mercantilização do ensino superior.

Esse modelo de expansão que favoreceu a heteronomia, com a diferenciação institucional, possibilitou um amplo crescimento do setor privado. Sguissardi (2009) realizou um estudo em que demonstra que, no período de 1994 a 2000, o setor privado cresceu 86%, em contraste com o crescimento de 28% do setor público, e nas Instituições de Ensino Superior (IES) não universitárias o crescimento no número de matrículas foi de 53%.

⁴¹ Leher (2007) sustenta que se trata de recomendação do próprio Banco Mundial o uso de mecanismos e caminhos alternativos de privatização das universidades, como é o caso das Fundações, diante a forte resistência e contundência das lutas contra a privatização, cujo grande exemplo pode ser a greve estudantil na Universidade Autônoma do México em 1999.

⁴²Esse Decreto revogou o de número 2.207 de 15 de abril de 1997, que, por sua vez, foi revogado pelo Decreto 3.860 de 09 de julho de 2001, que veio a ser substituído pelo Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2010 aproximadamente 85% das 2378 instituições de ensino superior (IES) eram faculdades ou escolas superiores; 5,3% eram centros universitários; 1,5% eram institutos tecnológicos que ofereciam ensino superior; e apenas 7,9% são universidades, tornando evidente que o modelo de organização acadêmica é majoritariamente não universitário. Analisando a categoria administrativa na educação presencial chegamos a números que não deixam dúvidas acerca do processo de mercantilização dos direitos sociais, no caso a educação: 73% das matrículas eram em IES privadas, com distintas naturezas (com fins lucrativos, confessionais, etc.).

Contribuiu na década de 1990 para favorecer o crescimento do segmento privado a redefinição do antigo Crédito Educativo (CREDUC). O antigo Crédito Educativo foi criado no contexto da ditadura civil-militar e tratava-se de um empréstimo bancário operado pela Caixa Econômica Federal para manutenção dos alunos no ensino superior. Diferentemente do FIES atual ou do Prouni, destinava-se a alunos da rede privada de ensino superior, mas também do setor público, para pagamento das mensalidades e para os cursos de permanência nos setores privado e público, respectivamente. Tratava-se de um contrato que reservava um prazo de carência para o pagamento após o curso com taxa de juros de 12% ao ano e mais 3% de título de fundo de risco, embora sem exigir garantias de fiador contra a inadimplência. Segundo Vale (2011), o crédito educativo é criado como programa a partir dos anos 1970 quando o chamado “milagre econômico” apresentou sinais de esgotamento e era preciso criar mecanismos para manutenção dos estudantes do ensino superior privado. A autora sustenta que este programa chegou aos anos 1990 com um saldo devedor à época de R\$ 450 milhões, sendo substituído pelo Fundo de Financiamento do Ensino Superior – FIES.

O FIES foi criado/regulamentado em 1999. Trata-se, segundo Davies (2002), de mais um mecanismo de financiamento das instituições privadas de ensino superior e que corrobora para o empresariamento deste segmento. O autor destaca os mecanismos indiretos de financiamento, como as isenções tributárias (fiscais e previdenciárias); a isenção da contribuição previdenciária patronal das filantrópicas e a isenção do salário-educação; e as fontes diretas como os subsídios, bolsas, subvenções, empréstimos e o antigo crédito-educativo e o FIES.

O FIES substitui o antigo CREDUC com a Medida Provisória n. 1827/99, que foi reeditada vinte e cinco vezes até transformar-se na Lei 10260/01. Esta Lei, e estamos

nos referindo ao projeto da época, fora criado para compensar a perda da isenção previdenciária das instituições filantrópicas e previa o financiamento de até 70% dos encargos educacionais de estudantes nas IES privadas.

A redefinição do antigo Crédito Educativo (CREDUC), denominado, a partir do governo FHC de Fundo de Financiamento ao Estudante (FIES), e revisto no governo Lula da Silva por meio do Decreto 12.202 de 14 de janeiro de 2010, é um dado importante, na medida em que expressa o anseio de atender a recomendação do Banco Mundial de diversificação das fontes de financiamento, com um empréstimo bancário realizado com taxas de juros menores que aquelas praticadas no mercado. Desse modo, por exemplo, segundo Roberto Leher (2005), o aumento das despesas implícitas do Tesouro Federal com o FIES, no período de 2004 a 2007, foi de mais de 100 milhões de reais. Importante assinalar que a retórica das reformas educacionais promovidas sempre está ligada à democratização e à justiça social. Destacaremos no próximo capítulo as diferenças importantes no FIES entre o governo FHC e Lula.

Contudo, a expansão que se verificou no segmento privado aparentemente havia chegado a um limite, conforme demonstra estudo de Amaral (2006), no qual a renda das famílias já não era mais suficiente para cobrir despesas com educação, gerando certa saturação. Ou seja, a expansão da educação superior privada produziu muitas vagas ociosas⁴³.

Corbucci (2002) também alertava para os limites estruturais que a clientela do setor privado encontrou diante da expansão do segmento, especialmente quando se leva em consideração a ofensiva do capital contra o trabalho que nos anos 1990 esteve expressa com o desemprego e a renda média das famílias. Os níveis de desemprego, aumento das desigualdades sociais e o empobrecimento haviam comprometido a capacidade das famílias em seguir financiando os estudos dos filhos/dependentes no setor privado, posto que o valor das mensalidades segue aumentando.

Segundo Carvalho (2006) o esgotamento no segmento privado pode ser observado pelo número de vagas ociosas. Segundo a autora, em 1998 a proporção de vagas não preenchidas era de aproximadamente 20% em relação ao total das vagas ofertadas. No ano de 2002 este número aumenta para 37%. Interpretando de outra forma, pode-se dizer que o problema do ensino superior não estaria relacionado à

⁴³ Estas vagas ociosas relacionam-se ao numerário contábil, ou seja, não trata-se de vagas efetivamente ociosas.

questão das vagas “excedentes às avessas” (p. 5), mas sim com a escassez de vagas públicas e gratuitas.

Desta forma, a tendência de esgotamento do segmento particular, defendida por Carvalho (2006), foi o contexto político no qual o Programa Universidade Para Todos (Prouni) foi criado, no ano de 2004, já num governo do PT, através do qual o governo federal promoveu a expansão da educação superior por meio de uma política de renúncia fiscal e transferência de recursos públicos para o setor privado⁴⁴, engendrando o marco regulatório no qual se confirmam tendências de regulação transnacional de expansão da educação superior, através da iniciativa privada, com a transferência de recursos públicos. Por uma questão metodológica, de entendimento do setor privado, citamos o Prouni neste capítulo, mas o analisaremos em termos de mercantilização do ensino superior e também de monetarização de políticas sociais e o sentido das mudanças no FIES no próximo capítulo.

No que se refere à organização acadêmica das instituições de ensino na qual os estudantes do Prouni estão matriculados, cerca de 75% das instituições são faculdades e 8% são institutos superiores, confirmando uma tendência de expansão do ensino superior não universitário. Atualmente, o FIES tem sido um instrumento de complementação para as bolsas do Prouni (LEHER, 2010).

A Educação a Distância (EaD) também constituiu uma das estratégias utilizadas para a expansão da educação superior no Brasil. E se caracteriza, segundo Castro e Cabral Neto (2009), pela não necessidade da presença física do professor e aluno no mesmo espaço, o que é possibilitado pela mediação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) no processo de aprendizagem, relativizando noções e fronteiras de espaço e tempo, permitindo ampliação da oferta, cobertura para maiores contingentes e redução dos custos. Os autores defendem que estamos num terceiro momento, ou uma terceira fase¹, do uso das TIC's que resultaram na expansão da educação a distância, no contexto de reformas educativas que objetivavam a ampliação do acesso ao ensino superior. A regulação da EaD está expressa no artigo 80 da LDB 9.394/96, que permitiu seu uso em todos os níveis de ensino. Posteriormente, a EaD foi

⁴⁴ Outro elemento também importante é destacar as diversas alterações que o projeto inicial do Prouni sofre, por pressão do segmento privado, por meio das suas entidades, com o Projeto de Lei recebendo aproximadamente 292 emendas, a maioria beneficiando as mantenedoras das instituições particulares, conforme indica estudos de Catani, Gilioli e Hey (2006). De acordo com Leher (2005), o projeto inicial indicava que as IES privadas deveriam destinar cerca de 25% das vagas para bolsas integrais, e a versão final votada foi de 4,5%, com a extensão de benefícios para todas as IES, independente de vagas disponibilizadas.

regulamentada pelo Decreto 2.494/1998, que clarificou o seu objetivo, e fez alterações nas regras para autorização e reconhecimento de cursos.

O último instrumento normativo ou regulador para o uso do EaD veio a partir do Decreto 5.622/2005, que visa incentivar maior participação ou interação dos professores no processo de ensino-aprendizagem e estabelece, por conseguinte, um número maior de momentos presenciais. Segundo dados oficiais do Censo da Educação Superior de 2010 na educação a distância havia aproximadamente 930 mil matrículas, do qual 80% eram preenchidas no setor privado, mesmo sendo oferecidas 1,6 milhões de vagas.

Portanto, o que se observa é que o período que denominamos pós-LDB 1996, particularizado sobre a expansão da educação superior, esteve influenciado pela redefinição do papel do Estado, pela disputa por projetos hegemônicos, no qual projeto do neoliberalismo foi vencedor, sob o argumento da democratização do acesso ao ensino superior, reforçando o neoconservadorismo. Desta forma, o projeto educacional gestado no período, sob responsabilidade da iniciativa privada e com franco apoio do Estado brasileiro, está consoante ao novo modelo de acumulação do capital flexível, e que tem na forma do ajuste neoliberal na educação um de seus expoentes máximos, restringindo a concepção de cidadania, minimizando as referências de público e evoluindo para a mercantilização dos direitos sociais.

CAPÍTULO 3 - OS ANOS LULA E O NOVO QUADRO DO ENSINO SUPERIOR

3.1 O PT e a reorganização do bloco de poder no Brasil

Iniciamos este capítulo com grandes desafios. Pretendemos situar o marco atual do ensino superior privado no escopo da tese que orienta a presente dissertação: a de que está em curso uma mercantilização de novo tipo. Esta proposição exige a consideração dos nexos entre financeirização e Estado no Brasil. As contribuições acerca da relação entre neoliberalismo e educação são importantes, mas o exame das atuais políticas educacionais não pode estar apartado das discussões relacionadas com as metamorfoses recentes da economia brasileira na qual sobressai o setor financeiro, com novas determinações demandadas pela atuação dos fundos de investimentos.

Optamos metodologicamente por entender a atual configuração do ensino superior tomando como ponto de referência a recomposição do bloco de poder que sucede FHC e reorganiza o capital. No Brasil trata-se de uma leitura que não pode desconsiderar o setor financeiro como líder desta recomposição, por ser a fração burguesa dominante mais influente e poderosa na configuração do capitalismo atualmente.

Consideramos que o ponto de partida da reflexão que procuramos desenvolver é que esta recomposição do bloco de poder tem como ponto fundamental a assunção de Luís Inácio da Silva, o Lula, do PT, à presidência da República (2003-2010). Não que no período de FHC o setor financeiro fosse um setor secundário, ao contrário, no plano econômico indubitavelmente já era dominante, mas a sua força hegemônica ainda não estava completa, pois um largo setor da sociedade, sob influência do PT, ainda impunha resistências localizadas e, a despeito das aproximações via dos fundos de pensão, o PT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) se afirmavam como oposição ao bloco de poder operado por FHC. Com o governo Lula – e com o seu “transformismo”⁴⁵ – um

⁴⁵ O conceito de transformismo foi utilizado com base na obra de Antonio Gramsci (2002), quando o relaciona com o problema da “revolução passiva”, ou seja, das determinações para entradas não clássicas no capitalismo. No caso do Risorgimento o autor identifica um tipo de transformismo inicial, molecular, quando dirigentes dos partidos de oposição ingressam na classe política da ordem. Isto, é o transformismo molecular ocorre quando as forças dominantes operam um movimento de cooptação sobre os intelectuais orgânicos das classes subalternas, o que implica sua anulação como sujeito político revolucionário. Existe também o chamado transformismo ampliado, que se articula com a revolução passiva e que redefine a práxis política das forças subalternas. Trata-se de um conceito polêmico, mas que utilizaremos como ponto de referência. Partimos desta contribuição teórica para analisar a trajetória do PT no que se refere ao seu transformismo, à sua “adaptação à ordem”.

novo ciclo é inaugurado. As suas especificidades também são importantes para análise das políticas econômicas e das políticas educacionais.

É importante observar, antes da análise do PT e do bloco de poder dominante, dois aspectos cruciais. Em primeiro lugar, como nos lembra Boron (2010), que o capitalismo e suas experiências têm particularidades na América Latina e que os seus principais países e economias (Brasil, Argentina, México e Chile) continuam lutando contra os velhos problemas peculiares ao “subdesenvolvimento”, como a pobreza, “exclusão social”, desigualdades e que são as eternas promessas de desenvolvimento, dos quais o Brasil e Argentina seriam, nas palavras do próprio autor, as “terras do futuro” do qual haveria um porvir luminoso, daí a ideia do mito do desenvolvimento do capitalismo no continente⁴⁶.

Um segundo aspecto a considerar é que a experiência neoliberal pareceu, num primeiro momento, ter encerrado a esperança de salto de desenvolvimento com a globalização prometeu para esses países.

Mesmo sendo hegemônica como princípio que orientou um conjunto de políticas e contrarreformas, foi na América Latina que a resistência ao neoliberalismo foi mais contundente. Leher (2005) entende que as veias latino-americanas pulsam e cita Perry Anderson e Luciano Vasapollo para compreender que a “América Latina tem sido a região de maior vitalidade – e alcance – das lutas anticapitalistas e o lugar em que os intelectuais-militantes estão mais ativos” (p. 11). O autor cita as políticas de ajuste estrutural dos organismos internacionais como Banco Mundial e FMI que produziram mais pobreza e elegeram o continente o campeão em termos de desigualdades sociais. É este o pano de fundo que encontramos para tomar a reflexão sobre a experiência do PT e da (falsa) alternativa ao neoliberalismo apresentada pelos governos deste partido – Lula da Silva e Dilma Rouseff.

Fazendo um breve balanço da recomposição do bloco de poder dominante, encontramos significativas contribuições nas discussões de Castelo (2012), ao sustentar que o projeto do neoliberalismo, na sua forma mais ortodoxa, começou a apresentar sinais de esgotamento, resultado dos danos sociais provocados pelo ajuste e políticas de reestruturação e abertura econômica nos anos 1990 que, em países como Brasil, México e Argentina, foi sentida com o desmonte dos parques produtivos e desnacionalização da economia. O conseqüente desempenho macroeconômico foi contundente e pífio: baixo

⁴⁶ Outros autores como Celso Furtado (2004) e Cardoso (1972) também oferecem contribuições valiosíssimas para entendermos a lógica ou a ideologia do desenvolvimento.

crescimento econômico, desequilíbrio nas balanças de pagamento com graves crises cambiais, déficits públicos e aumento da dívida. Como Soares (2001) defende, estávamos chegando próximo do desastre social, com o desemprego em escala estrutural, desmonte dos já debilitados sistemas de proteção social.

Segundo Castelo (2012) os sinais de esgotamento do projeto neoliberal na sua forma pura ensejou um movimento de reorganização do bloco de poder dominante, no qual as frações da burguesia readéquam seu projeto, passando a incorporar a chamada “questão social”, a partir do conceito que o autor utiliza de social-liberalismo, o que explica a assunção de governos que nas eleições pactuaram compromissos anti-neoliberais, apesar de não haver indicação de rupturas significativas nas análises que venhamos desenvolver.

Assim, o compromisso histórico que o PT⁴⁷, na figura de Lula, assumiu foi de romper com a lógica neoliberal e construir uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. Este foi o sentimento que levou mais de cinquenta milhões de brasileiros a depositarem esperanças num projeto de futuro renovado depois da longa noite de pesadelo neoliberal que produziu na Brasil e na América Latina um modelo perverso de exclusão social, pobreza e violência.

Boron (2010) entende que a vitória de Lula foi um marco histórico com poucos antecedentes na primeira metade século XX. O autor destaca outros acontecimentos que se igualam em importância, como foi a Revolução Cubana em 1959, a vitória de Salvador Allende no Chile em 1970, a experiência dos sandinistas em 1979 e dos zapatistas no México, em 1994. Recentemente aproximam-se em importância as vitórias de Evo Morales e Rafael Correa, na Bolívia e Equador, respectivamente, e o significado do socialismo do século XXI proposto pelo falecido presidente Hugo Chávez, da Venezuela. A vitória de Lula pareceu a muitos como um momento de ruptura com o modelo neoliberal que promoveu o desemprego, possibilitando a reversão, ainda que parcial, do ciclo favorável ao capital desde o Consenso de Washington. Tratava-se de viabilizar o sonho de três em cada quatro brasileiros que ansiavam por uma alternativa ao modelo político e econômico implementado por FHC e representado naquele momento pela candidatura de José Serra. Entretanto, Borón logo constatou que “tudo

⁴⁷ Este compromisso histórico apresenta-se aqui sob uma evidente contradição. Por um lado o PT havia se construído como a principal organização de resistência às reformas neoliberais no octênio FHC, de outro já estava em gestação desde os anos 1990 o transformismo, conceito gramsciano, que marcou a conquista de prefeituras importantes e especialmente a Carta ao Povo Brasileiro, paradigmática da contradição que não se equaciona entre a ruptura e a continuidade do neoliberalismo nos governos do PT.

indica que nesse país (Brasil) se produz uma inexplicável rendição incondicional de Lula e do PT frente ao poderio dos mercados” (p. 85).

Paulani (2008) talvez consiga dar uma explicação palatável às expectativas iniciais de Borón, nosso companheiro de batalha das ideias, quando explicita as justificativas que levaram o novo governo dar continuidade a política macroeconômica. A autora afirma que sob o argumento de uma “herança maldita” e o iminente colapso do país o governo Lula faria no início o “jogo dos mercados” para, posteriormente, recuperada a confiança e a credibilidade, colocar em prática a sua “verdadeira política”. Trata-se de uma lógica mecanicista, anti-materialista, que presidiu a adaptação do projeto do PT à lógica do mercado financeiro, que já vinha expresso desde a Carta do Povo Brasileiro⁴⁸.

A análise do PT à frente do governo brasileiro na gestão de bloco de poder, num processo que já se aproxima de 12 anos ininterruptos, nos faz concluir que o Estado maior do capital coadunou as principais frações burguesas, com a hegemonia dos setores financeiros, como fração mais poderosa da burguesia atualmente. Resulta disto um bloco de poder comprometido com a garantia de lucros imensos no setor financeiro, pactuado com os anseios dos setores do agronegócio, mineral e serviços, entre os quais os das grandes empreiteiras, bem como energia, educação, saúde, previdência etc.

O apoio do governo federal às frações da burguesia, em detrimento da agenda social historicamente defendida pelo PT, é justificado pela chamada tese “neodesenvolvimentista”, que requer a associação do Estado com o grande capital monopolista, como veremos adiante. Tal aliança possibilitaria inaugurar outro ciclo histórico que agregaria crescimento econômico, geração de emprego e inclusão social, aderindo, mas também ressignificando, a tese neoliberal do triunfo do livre-mercado, com a entrada do Estado em associação com o capital, que seria a inauguração também de outro tempo histórico, um controverso pós-neoliberalismo.

É a partir deste argumento que autores como Pochmann (2010), intelectual ligado ao bloco de poder dominante, afirmam que o governo do PT estaria inaugurando

⁴⁸ A Carta do Povo Brasileiro foi um documento datado de Julho de 2002, período de véspera da eleição presidencial que levou Lula à presidência da República, que destacava compromissos em caso de vitória eleitoral, dos quais é importante destacar a governabilidade via coalização, pagamento da dívida pública, respeito aos contratos e obrigações do país, controle inflacionário, superávit primário, austeridade e equilíbrio fiscal, o que significa, na prática, a continuidade da política macroeconômica paradigmática do governo FHC e dificuldade de reformas estruturais em áreas-chaves como educação, previdência, saúde, entre outros.

uma nova etapa de desenvolvimento, conceituado pelo autor como social-desenvolvimentismo, criando um novo padrão de acumulação que romperia com a financeirização e estaria criando um Estado de Bem-Estar Social no Brasil. Ambas as categorias serão retomadas a posteriori quando analisarmos o novo curso que o ensino superior vem tomando.

Entretanto, Alves (2012) apresenta outra perspectiva, quando considera que o PT inaugura uma nova temporalidade histórica nos marcos do projeto do capital, com um reordenamento do bloco de poder dominante, no qual se inicia um projeto burguês de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo, denominado neodesenvolvimentismo⁴⁹, com um novo bloco histórico de hegemonia burguesa, mantendo as diretrizes gerais da macroeconomia (superávit primário, metas inflacionárias e cambio flutuante).

Este novo ciclo histórico que vem sendo denominado neodesenvolvimentista envolve a constituição de um Estado capaz de financiar e constituir grandes corporações de capital privado nacional com capacidade competitiva no mercado mundial, um Estado que investe na construção de grandes obras de infraestrutura capaz de atender as demandas do grande capital, cuja maior expressão foi o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, o que indicaria a reorganização do capitalismo com um apelo social, conjugando paralelamente a isto um vasto programa de transferência de renda para os mais pobres, o que também acumula as orientações e preocupações dos organismos internacionais com a questão do alívio da pobreza, feita a partir de um balanço das experiências neoliberais dos anos 1990.

Este neodesenvolvimentismo estaria engendrado também a partir da oferta de crédito, via bancos, criando novos nichos de mercado para o setor financeiro, que incentivaria o consumo, fornecendo bases para a miragem de constituição de uma nova classe média.

⁴⁹ Sampaio Jr. (2012) considera que o desenvolvimentismo foi a resposta do pensamento crítico sobre a alternativa das economias latino-americanas no contexto da dependência e do subdesenvolvimento, propondo o desenvolvimento das forças produtivas associados à solução dos grandes problemas da população. Apoia-se na ruptura com a noção de subdesenvolvimento, numa crítica ao imperialismo com um forte apelo nacional, tornando as frações da burguesia nacional protagonistas de um projeto alternativo, propondo mudanças estruturais que equacionassem o problema do subdesenvolvimento. A gênese e declínio desta utopia está relacionado a industrialização e a substituição de importações, encerrando-se com o ciclo de golpes militares que instauraram ditaduras do grande capital que determinaram a configuração da revolução burguesa no continente como contrarrevoluções permanentes, consolidando o capitalismo dependente e tornando desigual a correlação de forças entre o capital e o trabalho.

Alves (2012) destaca também a constituição dos BRICS, o bloco dos chamados países emergentes, que tem reorganizado a dinâmica de acumulação do capitalismo, através dos mercados emergentes como uma nova fronteira de acumulação do capital num contexto de crise estrutural do capitalismo.

Os BRICs referem-se aos países emergentes, notadamente Brasil, Rússia, Índia e China, e, mais recentemente, a África do Sul, que por suposto terão peso na economia mundial num futuro próximo. Segundo Magalhães (2010), o Brasil possivelmente foi incluído neste grupo mais pelas potencialidades que pelos resultados obtidos. De acordo com o autor, a China em vinte anos cresceu a uma taxa anual de 9%, a Índia em quinze anos registrou crescimento médio do PIB de 7%, mesma taxa da Rússia num período de dez anos, enquanto o Brasil em trinta anos cresceu apenas 2,5%, com pico de 4% no período de 2006 a 2010, o que denota certa euforia com a interpretação dos números do crescimento brasileiro, e considerando que o PIB brasileiro registrou recessão no ano de 2009.

Sampaio Jr (2012) salienta que o neodesenvolvimentismo está ligado especialmente ao segundo mandato do governo Lula, no qual o crescimento econômico, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário, a ligeira melhoria na distribuição de renda, o consumo das famílias pelo acesso ao crédito e através do endividamento, tal qual a aparente distância do país da crise econômica mundial, constituiriam as bases da ilusão de que o Brasil estaria vivendo um novo ciclo de desenvolvimento. Este novo desenvolvimentismo estaria conjugando a retomada/manutenção de alguns elementos basilares dos princípios neoliberais (estabilidade da moeda, austeridade fiscal, competitividade internacional e eliminação das barreiras ao capital internacional), ao mesmo tempo em que se retomam princípios que eram fundamentais ao desenvolvimentismo, como o compromisso com o crescimento, industrialização, papel regulador do Estado, entre outros, num esforço que o autor conceitua como um “hibridismo acrítico”, tratando-se de uma “terceira via” travestida de uma face humana com ajuste fiscal na economia brasileira, sob os imperativos do capital financeiro.

Este novo desenvolvimentismo, que se apresenta como a imagem de um “bom capitalismo”, produtivo, que gera emprego, em contraposição à sanha de um capitalismo predatório, especulativo, envolve a manutenção da estrutura macroeconômica do bloco de poder cuja gênese remete ao governo FHC, a saber a abertura econômica, as privatizações e a desregulamentação. Exatamente neste ponto que encontramos a

entrada dos fundos de investimentos na economia brasileira, que atuarão sobre o nosso “mercado emergente” em diversos setores, entre os quais a educação.

Os intelectuais orgânicos deste novo bloco de poder se apressaram em divulgar que estaríamos vivendo uma etapa inédita do desenvolvimento do capitalismo em terras tupiniquins, que estaria combinando a um só tempo crescimento econômico e justiça social, indicando a ruptura com o neoliberalismo e colocando o Brasil no grupo das potências mundiais, ainda que emergentes.

Segundo o discurso oficial, essa nova etapa do capitalismo brasileiro estaria determinada pela retomada do papel do Estado no processo econômico (como se em algum momento ele estivesse ausente); melhor distribuição de renda, com maior participação do mercado interno no crescimento econômico, aliado à ampliação da oferta creditícia e aumento do salário mínimo real; e reorientação da política externa, que permitiria a ampliação e diversificação das exportações brasileira. Por outro lado, há quem identifique que este processo teria sido resultado das reformas neoliberais implementadas na década de 1990 e da reorientação econômica após a crise cambial de 1999, que teria tornado o capitalismo brasileiro mais competitivo. Outra hipótese aventada seria o crescimento cíclico da economia mundial entre 2002 e 2008, que teria dado “sorte” a Lula (FILGUEIRAS et al, 2010). Neste aspecto algumas leituras acerca do ciclo virtuoso de inserção da China seriam importantes, mas os limites e objetivos deste trabalho não permitiram esta problematização.

Acreditamos que cabem sobre o referido período algumas reflexões. A primeira dela repousa na contradição do que seria o fortalecimento de um sistema produtivo nacional em relação ao capital internacional. Em primeiro lugar, trata-se de uma contradição aparente, que não possui bases sólidas. Não se trata, de maneira alguma, de uma ruptura com as bases do projeto do capital para a sociedade brasileira, quando se percebe que muitas bases que foram lançadas sobre a economia brasileira não conseguiram se efetivar no governo FHC e foram pavimentadas pelo bloco de poder comandado pelo PT, em muitos casos sendo aprovadas na esteira do lastro social e da força que aquele governo dispunha à época.

Leher (2013) afirma que é nos governos do PT que se opera uma desnacionalização acelerada da economia, que torna o Brasil o quarto maior destino de investimentos no mundo (atrás somente dos Estados Unidos, China e Hong Kong) e que resulta deste fluxo e deslocamento de capitais os processos de incorporação e aquisições de empresas nacionais por bancos ou fundos de investimentos, o que aumenta a remessa

de lucros para fora do país. Sobre os bancos o autor considera que mesmo com a redução da taxa básica de juros ainda é no Brasil que o setor financeiro encontra lucros estratosféricos.

Encontramos em Filgueiras et all (2010) uma explicação que se associa ao pensamento crítico e que achamos importante socializar neste trabalho, como forma de explicar em parte a dinâmica de acumulação do capital no Brasil recentemente. Para estes autores existe uma linha de continuidade entre os governos de FHC e Lula, sendo que este último encontrou uma conjuntura internacional favorável que permitiu a flexibilização da política macroeconômica, com redução das taxas de juros, ampliação do crédito e maiores investimentos estatais, o que permitiu maior taxa de crescimento da economia e ampliação do mercado interno, reduzindo-se os níveis mais dramáticos de pobreza, o que nos volta a questão social, levantada em outras discussões. Essa flexibilização vem acompanhada da presença do Estado através de empresas públicas – como a Petrobras e os bancos oficiais – e fundos de pensão dirigidos pela burocracia sindical, o que acaba fortalecendo o modelo político-vigente, o que acaba por lançar, sob novas bases, o tripé capital internacional – Estado – capital nacional, sob a hegemonia do capital financeiro como fração mais poderosa do capitalismo mundial e que, tal como o velho desenvolvimentismo, só pode operar politicamente a partir do apaziguamento e apassivamento da classe trabalhadora.

Para Filgueiras et all (2010) é preciso levar em consideração na euforia do que se apresenta como neodesenvolvimentismo que “não houve alteração na correlação de forças entre o capital e o trabalho. Por isso não se verificou qualquer ruptura no processo de precarização” (p. 53). Em que pese a recuperação do emprego através da pequena melhora do salário real ocorrida a partir de 2006, como desdobramento do crescimento econômico, os autores sustentam que sequer houve um retorno às taxas de desemprego anteriores aos anos 1980.

Entretanto, é preciso pontuar elementos concretos da realidade ao nos referirmos ao bloco de poder dominante no Brasil, que reorganizou o capital sob a gerência do PT. Acredito que acerca da capacidade de mobilização da classe trabalhadora é preciso lembrar que as mobilizações, por fora dos aparatos sindicais, têm empreendido lutas que, a partir de 2011, tem contribuído para uma alteração da correlação de forças em favor dos trabalhadores, vide as grandes mobilizações pela tarifa de transporte coletivo ou as inúmeras greves que aconteceram, com destaque para os servidores do funcionalismo público federal (2012), professores das redes estaduais (especialmente no

período 2009-2013), bombeiros (2011) e os garis (2014), que foram expoentes de uma grande derrota de um prefeito aliado ao projeto do PT no Rio de Janeiro, Eduardo Paes, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Mas é importante lembrar que a burocracia sindical ainda possui enorme influência sobre o conjunto da classe trabalhadora e que a mesma foi incorporada ao bloco de poder dominante, operando principalmente fundos de pensão, num sequestro dos movimentos sociais pelo Estado, que procura o apassivamento da classe trabalhadora.

Sader (2004), em texto produzido no imediato período em que mais houve lutas contrárias à natureza das contrarreformas implementadas pelo PT no início de seu primeiro governo, reconhece a continuação econômico-financeira, o que fez o governo Lula deslocar-se para o centro e até para a direita. O autor reconhece que a única oposição às contrarreformas não estava na direita clássica, associada (no Brasil) ao antigo PFL (Partido da Frente Liberal, hoje DEM – Democratas) e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), que estava interessada em discutir “temas fragmentários e questões periféricas”, e sim de um grupo minoritário da esquerda, representada à época por três parlamentares, que viriam a fundar o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

Segundo Leher (2010) a (contra) reforma da previdência dos trabalhadores do setor público, em 2003, propugnava “conjugar os regimes de capitalização e distribuição e preparar o terreno para que os novos servidores fossem deslocados basicamente para o regime de capitalização” (p. 377), que demarcou o primeiro conflito entre os trabalhadores e o novo governo, com uma longa greve contra a medida, com destaque para os trabalhadores da educação.

Outro aspecto importante da reorganização do bloco de poder no Brasil tem a ver com o papel do Estado na economia. O governo Lula promoveu um retorno do Estado à centralidade da macroeconomia, embora este nunca estivesse ausente, inaugurando outra temporalidade histórica no marco do capital. Segundo Filgueiras et al (2010), daí decorre o papel que o Estado cumpriu para fortalecer e impulsionar o processo de concentração e centralização de capitais com os grandes grupos econômicos nacionais, que se fortalecem e passam atuar internacionalmente.

É neste, e somente a partir deste, contexto que conseguimos entender como o bloco de poder dominante foi capaz de colocar novos atores em cena que não promoveram rupturas significativas com a agenda do capital para a sociedade brasileira e que na verdade representou a continuação e aprofundamento de um modelo capitalista

dependente, agora sob novas injunções e dinâmicas, que daremos continuidade mais à frente. A tese florestaniana que envolve a particularidade da revolução burguesa no Brasil (1975) envolve a formação do capitalismo brasileiro; a relação entre as classes e as frações de classes e o núcleo central do capitalismo e o problema do desenvolvimento autônomo. Dito de outra forma, podemos sintetizar o capitalismo dependente a partir da lei geral de acumulação e desenvolvimento do capitalismo e as especificidades que encontra na formação social e econômica brasileira. Embora este capítulo não pretenda ou tenha por objetivo responder isto, podemos afirmar que nenhuma dessas questões parece ter sido equacionada, sobretudo em relação ao imperialismo, o que acentua um capitalismo dependente.

A análise macroeconômica brasileira indica que a vulnerabilidade estrutural da economia brasileira se sustenta na política das exportações centradas em *commodities* e em produtos de baixa tecnologia e, por outro, lado através da abertura financeira e de capitais. Especialmente nisto não houve durante o governo Lula nenhuma ação para diversificar o perfil de exportações, que eram direcionadas especialmente à China, que coordena um novo espaço geoeconômico e geopolítico de acumulação de capital, principalmente com produtos de baixo valor agregado.

No que se refere à livre movimentação de capitais percebemos ações contrárias, medidas que facilitaram a liberalização e a livre-circulação de capitais. Exemplo contundente disto é a Medida Provisória de n. 281, de 2006, que sanciona concessão de incentivos fiscais para investimentos estrangeiros na compra/aquisição de títulos da dívida pública brasileira; ou anteriormente, em 2005, decisão do Banco Central que extingue a Conta de Não-Residentes (CC5), que regulamenta e facilita a liberalização da remessa de divisas para o exterior de pessoas físicas ou jurídicas, acentuando a desintermediação; a unificação dos mercados cambiais, entre outros. Na prática criam-se condições para operações de investimentos estrangeiros comandados pelo capital portador de juros para acumulação de capital no Brasil, que vem a ser operado pelos fundos de investimentos, como veremos no próximo capítulo, analisando o caso especial da atuação dos fundos no ensino superior brasileiro.

Sustentamos que o processo de privatizações e mercantilizações que demarca o período neoliberal só pode ser entendido atualmente a partir das complexas formas de transferência do fundo público do Estado para o capital/setor privado, num apoio que varia conforme as diversas frações e setores do capital. Esta relação é mais explícita em alguns casos no setor produtivo, especialmente os grandes conglomerados da

mineração, siderurgia, commodities, construção civil, entre outros, que dependem do financiamento estatal. No setor de serviços, especialmente no caso da educação, depende-se em grande parte da atuação salva-guardista do Estado que socorre o setor privado a partir do fundo público, com o FIES e Prouni.

Outro indicativo que confirma a hipótese de financeirização e do capitalismo dependente refere-se à atuação do BNDES na reorganização do capitalismo brasileiro, aprofundando o padrão de acumulação que é coerente com a mundialização do capital⁵⁰. Se o capitalismo brasileiro sempre dependeu fortemente do Estado, estamos agora diante de outra inflexão. Sendo coerente com a hipótese de que a internacionalização da economia se aprofunda no governo Lula através das liberalizações, o papel do BNDES também se reorienta, com o Banco financiando empresas de capital estrangeiro e colocando novamente o fundo público a serviço do grande capital (TAUTZ; SISTON; PINTO, BADIN, 2010)⁵¹. Discutiremos no próximo capítulo como o BNDES atuou no segmento privado de ensino superior.

3.2 Lula e a economia política da mercantilização da educação e do fundo público

É preciso destacar em poucas linhas um balanço da educação no governo Lula da Silva, em conformidade com o bloco de poder dominante. Partimos da compreensão elaborada por Leher (2010), no qual a análise de um governo torna-se tarefa complicada, evitando comparações estruturadas no binômio avanço *versus* retrocesso. Trata-se de uma linha avaliativa que acaba aceitando a lógica que presidiu a política anterior. O autor sustenta que de fato o governo FHC foi absolutamente contra a educação pública, tendo êxito na implementação de classe pró-sistêmica na política educacional. Contudo, não houve ruptura com os princípios que presidiam esta ordem – neoliberal, o que significa dizer que a adequação e “transformismo” do PT à ordem significou ao mesmo tempo o abandono de um projeto popular e universal, adotando o mercado como a sociabilidade possível. Diante disso, comparações são na verdade um

⁵⁰ Segundo os autores citados posteriormente, o investimento do BNDES, como banco que se propõe a financiar o desenvolvimento, já supera o do BID e Banco Mundial na América Latina.

⁵¹ Os autores, sobre o privilégio do financiamento do BNDES às empresas nacionais, também chamam atenção para o fato de que não há garantias do caráter nacional das empresas brasileiras, argumentando que as mesmas podem ser controladas por empresas de capital estrangeiro, que inicialmente tornam-se acionistas minoritárias e, diante da rentabilidade, operam o controle majoritário das empresas. Exemplo disso é o controle belga sobre a Ambev, a compra da Santa Elisa pelo capital francês ou a Cosan que foi controlada pela Shell.

método atrofiado que servem para obscurecer um horizonte mais amplo, perdendo o protagonismo da classe e o projeto popular, sob o argumento dos “avanços democráticos”.

Nesta análise precisamos lembrar que importantes políticas banco-mundialistas e da pedagogia do capital não se efetivaram plenamente no governo FHC, crédito que deve ser dado à resistência de setores da sociedade que se opunham ao modelo neoliberal. Entretanto, muitas dessas políticas foram realizadas e implementadas no governo do PT, no processo de reorganização do bloco de poder e coadunação de frações da burguesia ao governo, pavimentando contrarreformas em diversos setores, implementando o ajuste e alinhamento ao projeto hegemônico do capital.

A contrarreforma da educação no governo Lula é conduzida de forma fragmentada; é estruturada tendo o mercado como sociabilidade única, expresso nas parcerias público-privada na educação, que advoga, como foi o caso da Lei de inovação tecnológica, estabelecida através da Lei 10.973/2004, sobre as medidas de incentivo à inovação e pesquisa no primeiro mandato de Lula. Esta legislação estabelecia a institucionalização de “uma universidade prestadora de serviços, fundamentada e dependente do capital privado, com traços produtivistas e pragmáticos, perdendo a autonomia do saber, subordinando a pesquisa aos interesses do mercado” (TAVARES, 2009, p. 8), corroborando a tese de Sguissardi (2009) da concretização do imediatismo empresarial no campo da ciência e tecnologia.

Acerca deste imediatismo empresarial, Leher (2010) entende que esta lei permitiu às empresas investirem diretamente na pesquisa e inovação, através das Instituições de Ciência e Tecnologia, com verba pública, regulada por um órgão específico, o Conselho de Desenvolvimento Industrial, que tem em seu conselho o compartilhamento entre o governo federal e os empresários.

Reificando um capitalismo acadêmico, não podemos deixar de situar a regulamentação das fundações privadas de apoio à pesquisa nas universidades públicas, também em 2004, através do Decreto 5205, flexibilizando a legislação, em especial no tocante às licitações e a contratação de pessoal, utilizada como argumento que justifica a “urgência” de sua aprovação. Tudo isso demonstra que nesse contexto das lutas das frações burguesas pelo controle da educação é preciso ter clareza que as classes dominantes se movimentam e buscam organizar-se, buscando aliados para conformar o Estado em seu favor.

Depois da reorganização do bloco de poder com o setor financeiro sendo a fração burguesa mais poderosa, é preciso pontuar que a principal intervenção das frações dominantes na educação se dá por meio do *Movimento Todos pela Educação* (MTP), como uma intervenção de classe organizada. Para Leher (2010), se trata de definir que o interlocutor do governo em matéria educacional é o empresariado, demarcando uma inflexão importantíssima em termos de progressiva expansão da mercantilização da educação, com expressão em todos os níveis de ensino, visto que naturaliza a pertinência e a legitimidade do setor mercantil nos assuntos educacionais.

Em outro estudo, Evangelista e Leher (2012) entendem que os grupos econômicos estão preocupados em fazer uma intervenção de classe nas políticas educacionais através de uma coalização de grupos econômicos organizados no MTP, dirigido pelo setor financeiro, liderado pelo Itaú, articulado com o setor de *commodities*, no caso o siderúrgico, além de outras frações do capital como a indústria. Surgiu diante do entendimento do setor financeiro, fração burguesa mais poderosa, de que existiam iniciativas isoladas de projetos educacionais e era preciso unificá-los como uma intervenção do setor dominante. Seu elo com o Estado é orgânico, está expresso nas políticas desenvolvidas pelo Ministério da Educação, como foi o caso, por exemplo, do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Isto coloca a nu a relação entre a sociedade civil (empresarial) e o Estado, demonstrando que Gramsci pode estar certo quando entende que o Estado-maior intelectual do bloco histórico não necessariamente se organiza num partido formal (sigla), podendo atuar de diversas formas para cumprir seu objetivo.

Entretanto, por questões de objeto de estudo nos interessa prestar atenção nos movimentos que definiram novos contornos e outras determinações no segmento privado de ensino superior. Neste caso precisamos perceber o ensino superior no contexto da mundialização do capital e do setor de serviço como fronteira de acumulação de capital. Destacamos a seguir o Programa Universidade para Todos (Prouni), que já mencionamos no capítulo anterior, mas para o qual nossa atenção e a análise requerem neste capítulo mais densidade (adiante abordaremos o FIES).

3.2.1 Programa Universidade para Todos

O Prouni, criado em 2004, reafirmou a política de expansão do ensino superior que era gestada desde o governo FHC⁵². É desta forma que no governo Lula a opção política foi a continuidade e aprofundamento da expansão do ensino superior tendo como eixo o setor privado, especialmente aquele de natureza empresarial, perdendo os nexos que mediavam a relação entre o Estado e instituições filantrópicas ou confessionais através das mudanças no FIES (que veremos adiante) e do Prouni, que foi estabelecido como política pública por meio das isenções tributárias.

Segundo Leher (2010), a isenção tributária é um mecanismo mais opaco ao controle social, ao mesmo tempo em que aprofunda a dimensão mercantil da educação ao permitir que instituições com fins lucrativos, portanto empresariais, tenham acesso aos recursos públicos. O autor indica que aproximadamente 75% das IES privadas seriam particulares, ou seja, empresariais-mercantis. O argumento principal dirigido pelo governo para justificar o Prouni seria justamente a “ociosidade de vagas”, portanto, um quantitativo de vagas, de natureza contábil, que estariam disponíveis nas IES privadas. Segundo o autor, as vagas ociosas não seriam ociosas de fato, na verdade são parte das vagas hiperdimensionadas que foram proclamadas em editais. Contrariando o argumento oficial, o autor questiona o argumento fundamental, das vagas ociosas, demonstrando que o numerário da ociosidade aumentou com o Prouni, de 2003 até 2006, de 42% para 50%. Parece confirmar a hipótese defendida pelo autor o fato do número de vagas abertas no segmento privado serem maior que o próprio número de concluintes do ensino médio.

Acerca do acesso às isenções fiscais do Prouni, as IES deveriam oferecer 25% de bolsas integrais, segundo o projeto original apresentado na forma da MP 213, apresentada em 2004. Entretanto, na versão final do projeto, através da Lei 11.006/2005, aprovada depois de negociações e modificações, o número de bolsas integrais diminuiria para 4,25% e todas as IES teriam acesso às isenções tributárias, independente de quantas bolsas integrais ofertassem. Para Leher (2010), tratou-se de uma medida compensadora para as IES privadas, uma vez que teriam acesso integral às isenções. Por outro lado, é preciso destacar o perfil das instituições, notadamente não universitárias. Acerca do argumento da democratização do acesso ao ensino superior, o autor argumenta sob dois pontos de vistas. O primeiro é sobre a permanência no ensino

⁵² Conforme pontuamos, o governo FHC, por múltiplas determinações, não concluiu as contrarreformas para liberalizar o mercado, privatizar áreas sociais estratégicas e mercantilizar segmentos inteiros da sociedade.

superior, considerando que o índice de evasão beira os 20%. E o segundo se refere à oferta do produto-mercadoria educação superior, que, mediante os cursos aligeirados e sequenciais com peso significativo, seria mais correto o uso de “educação terciária”.

Ora, a educação “terciária” já era um anseio do Banco Mundial desde 2003, na esteira do debate sobre a sociedade do conhecimento, associando o ensino ao “objetivo da redução da pobreza, através do aumento da produtividade dos países, capacitando força de trabalho local, gerando novos conhecimentos” (CISLAGHI, 2010, p. 268).

Novamente podemos articular a preocupação com a chamada “questão social”, que em certa forma reorganiza o bloco de poder dominante, que passa a incorporar sob sua agenda política alguns pontos de políticas sociais focalizadas. Não creio que o Prouni esteja apartado destas injunções, principalmente quando se considera que é construído sob o argumento de acesso ao ensino superior por segmentos que antes não vislumbravam no horizonte, especialmente os estudantes que estavam na reserva de vagas e de baixa renda.

Ora, se FHC havia aberto uma estrada para a mercantilização da educação, Lula tratou de pavimentar e oferecer um caminho mais seguro e estável ao movimento do capital na educação. Se havia o financiamento estudantil na forma creditícia, Lula constrói um mecanismo de transferência do fundo público para o capital de forma ímpar.

Cislaghi (2012) esclarece acerca do impacto da renúncia fiscal. No ano de 2007 a dívida das instituições privadas era de aproximadamente R\$ 12 bilhões. Fora exigido na implementação do Prouni que as instituições que aderissem ao programa deveriam apresentar certidões negativas de débito dos tributos federais do ano anterior. O quadro de dívidas do setor foi tal que o governo sucessivamente, ano a ano, estendeu o prazo de comprovação de adimplência, o que confirma o caráter particularista do Estado. No ano de 2007, por exemplo, através da Lei 11.552, o governo possibilita que as IES parcelassem em até 120 vezes suas dívidas, sem a necessidade de apresentar garantias de pagamento.

3.2.2 Fundo de Financiamento Estudantil

Outra forma de subsídio público ao setor privado-mercantil é o FIES, já mencionado no capítulo anterior. Foi criado como política no governo FHC para substituir o antigo crédito educativo, contudo, desde o governo Lula o FIES tem sido

utilizado como forma de complementar as bolsas parciais do Prouni. Trata-se de uma medida que já era recorrente, mas desarticulada. Em 2013, a Portaria Normativa n. 23, editada em Novembro, regulamentou a lei do FIES para estudantes que possuem bolsas de 50% do Prouni.

Parece comprovar a hipótese de que o governo Lula aprofundou o processo de mercantilização em curso, pois o fato no período FHC o FIES possuir aproximadamente 200 mil contratos. A partir de 2010 o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passa a ser o operador do FIES, resultando em aumentos contundentes no número de contratos, aproximando-se de 1,16 milhões de contratos. Esta mudança só foi exequível porque as bases do FIES foram reestruturadas devido, especialmente, ao Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), operado pelo FNDE, que dispensa exigência de fiador para o acesso ao financiamento. Segundo Portaria Normativa n. 3 de 2014, a partir de Fevereiro todas as mantenedoras teriam que aderir ao FGEDUC, com o Estado se comprometendo a cobrir riscos, conforme destaca o parágrafo primeiro do terceiro artigo da referida portaria. A redução da taxa de juros, neste caso, foi contundente: de 6.5% para 3.4% ao ano, tal qual o prolongamento do crédito e a definição de parcelas fixas. A única exigência para renovação do contrato, que vem através da portaria n. 20 de 2013, seria o pagamento pelo estudante das parcelas trimestrais de juros. Ocorre que o Estado brasileiro utiliza o fundo público para cobrir os juros diminuídos, novamente num processo de transferência do fundo público para o capital, no caso os bancos.

Sobre o FIES e Prouni, novamente precisamos tirar conclusões importantes. A primeira delas refere-se aquilo que Leher (2010) diz estar em incoerência, numa antípoda, com os valores históricos da esquerda socialista, que acaba sustentando a educação como um serviço ou mercadoria, objeto de especulação e lucratividade e que acabam legitimando a opção política do governo na expansão do ensino superior através do mercado educacional.

A segunda reflexão tem relação com a financeirização e monetarização das políticas sociais. Segundo Cislighi (2012), a particularidade do período atual envolve a continuidade da política privatizante e o aprofundamento da privatização do fundo público, especialmente com a transferência de fundo público para o setor privado através do Prouni, não somente remunerando os empresários do setor privado, mas também conformando a transferência do fundo público para o setor financeiro, através de bancos como a Caixa Econômica que monetarizam a política educacional.

Quando analisamos do capital portador de juros na educação, operando com o rentismo e a especulação, podemos abrir um diálogo com outras políticas sociais para entender o contexto mais amplo do capital. Neste caso recorreremos a Silva (2012) que, analisando os programas de transferência de renda desenvolvidos recentemente, especialmente o Programa Bolsa-Família, um dos mais festejados pelo bloco de poder gerenciado pelo Partido dos Trabalhadores, conclui que se trata de programas que contribuem para a contrarreforma do Estado através da focalização de políticas sociais⁵³, que expõe a monetarização das mesmas políticas sociais como contra-face do capital portador de juros. Esta análise não pode estar apartada do entendimento de mundialização do capital em curso, colocando o fundo público⁵⁴ a serviço da valorização do capital. Isto se expressa de forma contundente na análise que a autora realiza sobre a relação do capital portador de juros nas políticas sociais através do repasse de recursos para a remuneração dos “agentes pagadores”, ou seja, a remuneração das instituições bancárias para realização de operações⁵⁵, ao mesmo tempo em que as “bolsas promovem a inserção de camadas mais pobres no processo de circulação de mercadorias, ou seja, de realização de valor, e garantem a reprodução da acumulação capitalista” (p. 232).

No caso do Programa Bolsa-Família – PBF o quantitativo de recursos destinados ao pagamento do agente pagador foi de quase 1,7 bilhão de reais entre os anos de 2006 e 2010. Ainda que o agente pagador seja a Caixa Econômica Federal⁵⁶, uma instituição pública, trata-se de operações com o capital financeiro e cujo recurso servirá ao rentismo e a especulação, o que faz do PBF um dos maiores remuneradores do capital portador de juros.

No caso do ensino superior privado percebemos uma nova dinâmica que vem sendo operada e construída através da reorientação das políticas sociais, que não

⁵³ Importante ressaltar aqui que a preocupação com as políticas sociais, especialmente com a pobreza, tem relação, segundo a autora, com a forma de organização do capitalismo global, que enseja contrarreformas através do projeto da classe dominante de atuar de forma focalizada sobre frações da classe trabalhadora, realçando novamente a preocupação com a “questão social”.

⁵⁴ A tributação regressiva faz com que, segundo a autora, o fundo público seja constituído majoritariamente pelas contribuições e impostos da classe trabalhadora, uma vez que incide diretamente sobre o consumo.

⁵⁵ No caso de outros programas de transferência de renda como o Benefício de Prestação Continuada e o Renda Mensal Vitalícia, por exemplo, os benefícios não são pagos diretamente na Caixa Econômica, o que confirma que o capital portador de juros, nos bancos privados, utiliza-se destes programas como forma de valorização com o fundo público, com aproximadamente R\$ 62 milhões de reais de execuções destinadas ao pagamento de instituições bancárias no ano de 2010.

⁵⁶ Contribui para a compreensão do capital portador de juros o volume de R\$ 15 bilhões destinado à CEF no ano de 2010 para o repasse de valores de políticas de transferência de renda, o que parece confirmar a hipótese defendida pela autora de monetarização das políticas sociais.

rompem com o modelo neoliberal, pelo contrário, o aprofundam, mas estabelece um corte social, colocando em relevo novamente a preocupação com a “questão social”. Trata-se novamente de medidas que colocam o fundo público a serviço da valorização do capital, especialmente na esfera financeira.

É este o contexto que redefine a mercantilização do ensino superior, que discutiremos em seção específica, aprofundando a noção de educação como serviço e operada não mais por frações da burguesia local, mas por corporações que concentram e centralizam capitais, como os fundos de investimentos, mas que só podem ser viabilizadas através da participação do Estado. Acreditamos que tem havido uma disputa pelo fundo público pelo capital para buscar sua reprodução através do Estado por meio de subsídios e pela participação no mercado financeiro. Nesta disputa o capital tem se apropriado cada vez mais do fundo.

Apesar da categoria de análise da monetarização das políticas sociais apontada por Silva (2012) ser entendida no contexto dos programas de transferência de renda, podemos observar também este apelo no tocante às políticas educacionais.

Granemann (2012) entende que as políticas sociais no tempo presente tem se constituído na mediação central de transferência da riqueza social para o capital. Segundo a autora, esta riqueza social encontra-se sob a forma do fundo público e é operada pelo Estado capitalista⁵⁷, que assume a responsabilidade da transferência, operando através de empréstimos com subsídios, contratos de gestão e parcerias público-privadas, privatizações, organizações subsidiárias e outros, que são, na verdade, “os espaços para inversão, diversificação e expansão dos negócios por meio de novas mercadorias ou mercados” (p. 230). É através da compreensão deste referencial que o desenvolvimento de políticas educacionais que expandem o segmento privado com o aporte do Estado, através do FIES e Prouni, que entendemos estar em curso uma mercantilização de novo tipo no segmento privado.

⁵⁷ Tivemos a oportunidade de escrever sobre o Estado em vários momentos do texto, porém, julgamos conveniente a partir desta etapa do trabalho indicar uma classificação teórica sobre o Estado, a partir dos desafios que o presente trabalho terá a partir dos próximos capítulos. Desta forma não podemos perder a concepção presente na teoria de Marx sobre o Estado como a instituição chave que assegura e conserva a dominação e a sociedade de classes. Optamos, porém, em reconhecer a validade da leitura presente na Ideologia Alemã, entretanto entendemos que parece indicar uma visão simplificada do Estado, na concepção difundida no senso comum de um comitê de gestão dos negócios da burguesia. A leitura acerca do Estado já estava presente na crítica que Marx faz a Hegel desde a crítica construída contra a compreensão idealista do Estado como o defensor do interesse geral. Discordando de Hegel, Marx entende o Estado como o defensor dos interesses da propriedade e de uma classe particular. Certamente outras produções de Marx ajudam a esclarecer o conceito de Estado, que não poderemos, infelizmente, explicitar e aprofundar aqui.

3.3 A financeirização, o setor de serviços e o ensino superior

Vencida uma etapa importante que foi a análise breve do significado do novo bloco de poder dominante para a supremacia do setor financeiro às expensas do Estado, operado pelo PT, daremos continuidade a relação entre a mundialização do capital e a sua relação com a educação, o que tem indicado nesta dissertação financeirização do ensino superior privado, objeto de estudo específico.

Considerando as mudanças recentes do capitalismo, que abordamos com ênfase no primeiro capítulo, daremos continuidade às discussões, particularizando as novas fronteiras de acumulação do capital, neste contexto de mundialização do capital e financeirização da economia, especialmente na relação do setor financeiro com o setor de serviços, com destaque para os fundos de investimentos e o ensino superior.

Apresentaremos inicialmente uma breve introdução desta discussão, para posteriormente aprofundarmos a análise das mudanças no ensino superior privado e examinar as tratativas do capital financeiro para controlar este nível de ensino. Utilizamos esta opção teórica e metodológica por entender que o ensino superior hoje é entendido a partir de múltiplas determinações, que não se encerram na díade neoliberalismo e reestruturação produtiva, exigindo o entendimento do problema da mundialização do capital e da financeirização da economia e seu lastro em diversos setores, entre os quais a educação e a forma particular como atua sobre o ensino superior privado. Trata-se de um esforço para uma análise cujo horizonte intelectual, o materialismo histórico-dialético, parta da noção de totalidade, para entender a mediação e a contradição que preside a reconfiguração do ensino superior, dentro da tese que defendemos de mercantilização de novo tipo a partir das promessas de um novo ou neo-desenvolvimentismo.

É nesse contexto de financeirização do setor de serviços que o setor educacional será compreendido como uma fronteira promissora de exploração do capital. Segundo Feldfeber (2009), nesta nova governança mundial, conduzida pelo capital financeiro, “a estrutura do poder internacional, com clara hegemonia do capital financeiro, consta de umas 200 megacorporações que tem um volume de vendas superior ao PNB de todos os países do mundo, com exceção dos nove maiores” (p. 165).

O setor de serviços tem sido uma das principais fronteiras de exploração do capital, comandado atualmente pelo setor financeiro, e adquire proeminência com a

criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995. Harvey (2011), em referência à livre circulação do capital, do qual podemos fazer inferência sobre os propósitos da OMC, afirma que o projeto do capital foi de redução das barreiras artificiais do comércio, no qual uma “arquitetura financeira global foi criada para facilitar a circulação do fluxo-internacional do capital-dinheiro líquido para onde fosse usado de modo mais rentável” (p. 22).

A análise do setor de serviços não pode estar apartada das discussões sobre a mundialização do capital e financeirização da economia que estão balizados pelos processos de liberalização e desregulamentação, de abertura dos mercados financeiros nacionais e da desintermediação financeira, que permitiu a atuação dos grupos financeiros não convencionais (fundos de pensão, fundos de investimentos), consolidando a hipertrofia financeira. Especialmente o capital que porta juros estará regendo as ações de grupos econômicos ou fundos de investimentos no setor de serviços.

Segundo Feldfeber (2009) a comercialização de serviços insere-se no aspecto novo dos tratados de livre-comércio, sendo definidos como mercadorias intangíveis, “aprofundando tendências privatizadoras que orientaram os processos de reforma do Estado a partir das crises da década de 1970 no contexto de aplicação de políticas de ajuste estrutural” (p. 169).

Segundo Lima (2002), a OMC, criada em 1995, tinha como objetivo reduzir as barreiras ao comércio mundial, garantindo e fiscalizando a liberalização dos serviços, e a consequente abertura das economias nacionais ao capital estrangeiro, no qual a Conferência de Cingapura (1996) foi um marco importante, pois nesta conferência a educação foi debatida como um serviço e mercadoria como outra qualquer, em que se aprofundam concepções de livre-mercado sobre o setor educacional, envolvendo discussões sobre a compra de pacotes educacionais de países centrais para países periféricos, concepção que é cristalizada a partir do documento “Serviços de Educação” de 1998, no qual a OMC apontou a educação como um nicho para investimentos privados, aprofundando a concepção de empresariamento da educação. Dentre os serviços de educação contidos no documento estão a educação primária, secundária, de jovens e adultos e a superior. Sobre a educação superior, o documento exalta a educação á distância, juntamente com a diversificação das instituições de ensino superior (HADDAD, 2008).

Barreto e Leher (2008) afirmam que a partir do momento em que a educação torna-se terciária, seguindo a lógica de mercadoria (*commodity*), opera-se uma reengenharia por organismos internacionais, neste caso a UNESCO e a OMC, com vistas a facilitar o comércio deste serviço, seja através das tecnologias da informação ou da oferta de condições para eliminação de obstáculos que pudessem impedir a oferta em países periféricos de educação terciária, no qual se adota, segundo Siqueira (2004), uma noção de países exportadores de serviços educacionais e países importadores de serviços educacionais.

Ainda segundo Feldfeber (2009), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE estima que o mercado de educação superior, entendido como um serviço nas categorias da OMC, está crescendo rapidamente a partir das liberalizações e pressões entre países interessados em explorar este nicho, que, em nossa análise, possui grande potencial para as injunções do capital.

No Brasil, a partir de meados dos anos 2000, e mais particularmente 2008, a entrada do capital financeiro no setor de serviços educacionais tornou-se considerável, especialmente na educação superior, um elemento que precisa ser analisado para dar sentido à (nova?!) lógica privatista que está ocorrendo na educação superior brasileira, engendrando uma mercantilização diferente do que acontecera nas décadas de 1990 e início dos anos 2000.

Partimos da defesa da hipótese de que a mercantilização do ensino superior brasileira assume confere novas determinações a partir de meados dos anos 2000, tal qual a nova dinâmica que opera na economia brasileira, em sintonia com o movimento do capital através dos fundos de investimentos (*private equity*), que passam a controlar uma parcela crescente das instituições de ensino superior.

Este processo está ligado à formação dos oligopólios e controle do mercado educacional por um pequeno número de IES, que foram adquiridas pelos fundos de investimentos de capital estrangeiro em sua maioria, nesta nova etapa/fase do ensino superior brasileiro. Alguns autores como Chaves (2010) têm iniciado esta discussão, apontando que o processo de expansão da educação superior no Brasil, com fortes traços mercantis, a partir de 2007 inaugura uma tendência de oligopolização no segmento privado, no qual se constatou um processo de compra e venda de instituições, com fusões que têm formado oligopólios educacionais, ou seja, com uma tendência à formação de número menor de grandes empresas que atuam num nicho mercadológico, no caso o educacional, e que passam a ter um controle de parte cada vez maior do “livre

– mercado”⁵⁸ da educação superior. Esta hipótese precisa ser examinada com mais cuidado, mas fizemos a citação pra realçar um ponto de vista que é construído sobre este processo.

Leher (2010) também parte do mesmo ponto de vista, ao entender que a dinâmica do setor privado de ensino superior começa a apresentar sinais de mudança de natureza, afirmando que a expansão da educação superior privada se torna diferenciado a partir de 2005, mas, é em 2008 que assume outros contornos, na medida em que passa a ocorrer um maior controle de IES por fundos de investimentos (*private equity*), com a abertura do capital das IES, reconfigurando-se o processo de mercantilização da educação superior em uma mercantilização de novo tipo, agora sob o domínio do capital rentista, operado por frações da burguesia que procuram novos nichos no setor de serviços, com mudanças de inédita velocidade e intensidade, na medida em que alteram a natureza da mercantilização em curso e aprofundam a proeminência do setor financeiro no controle do ensino superior.

As mudanças na natureza da mercantilização em curso demonstram uma ruptura substantiva em relação ao período anterior. Se até meados dos anos 2000, quando as IES, como instituições privado-mercantis, eram geridas por entidades mantedoras que se tratavam de organizações empresariais de natureza familiar, atualmente um número significativo e em crescente expansão passaram ao controle do setor financeiro, através dos fundos de investimentos.

Outro elemento importante que interessa para nossa análise, que coloca um ponto de interrogação sobre o interesse do setor financeiro, através do capital rentista, pela educação superior privada no Brasil, refere-se à oferta de vagas em instituições no setor privado. Esta oferta sempre foi maior do que as vagas preenchidas, conforme atestam os Censos da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, que, mediante o contexto de expansão do ensino privado no Brasil, ocasionou um quadro de saturação⁵⁹ no segmento privado, que foi analisado com profundidade por Amaral (2006). Por que num momento de crise do

⁵⁸ Durante a pesquisa formulamos a hipótese que utilizamos no decorrer deste texto de que o ensino superior brasileiro, pela dinâmica que vem apresentando, não pode mais ser classificado dentro da categoria de quase-mercado educacional, conforme alguns autores utilizavam. Acreditamos que as mudanças recentes têm sido engendradas mediante a conformação de um livre-mercado de ensino superior, uma categoria que precisa ser trabalhada e melhor discutida.

⁵⁹ É importante observar que as vagas ociosas referem-se ao superdimensionamento de vagas disponíveis nos editais, resulta disto que existem hoje mais vagas no ensino superior do concluintes no ensino médio.

segmento privado de ensino superior o setor financeiro se interessa investir e neste imperativo constitui ações monopólicas neste segmento?

A atuação salva-guardista do Estado brasileiro em relação aos problemas do setor privado, com o aumento do gasto público com o financiamento deste segmento esteve expresso em políticas como o FIES e Prouni, pode explicar o interesse do setor financeiro a partir de meados dos anos 2000 pelo controle do mercado de ensino superior. Vale lembrar que o Estado (reafirmamos: este nunca esteve apartado das relações econômicas) “ressurge” ou se apresenta como o principal fiador que permite estabilidade e garantia de lucros e valorização do capital para o setor financeiro que se movimenta na educação, através da transferência de fundo público para o setor privado.

As aquisições e fusões de IES com os conglomerados educacionais, controlados pelos fundos de investimentos, podem indicar uma nova dinâmica de mercantilização no ensino superior, com a concentração e centralização de capitais⁶⁰. Alguns elementos que encontramos na dinâmica de mercantilização em curso parecem indicar um processo embrionário de atuação monopólica no ensino superior, com o predomínio do setor financeiro. Se Lênin (2003) já havia indicado os monopólios, no contexto da passagem do capitalismo livre-concorrencial para o capital monopolista, como uma dinâmica do capitalismo presente desde o século XIX, representado pelos grandes conglomerados e corporações, em relação com o capital financeiro, esta análise ainda parece ser útil para perceber como a forma capital atual tem incidido sobre o ensino superior privado como um espaço de acumulação e valorização do capital, agora sob os imperativos dos fundos de investimentos.

Dessa maneira a formação de oligopólios é produto da concentração e centralização de capitais⁶¹, no qual existe uma estrutura de mercado dominada por um número reduzido de empresas, um processo que necessariamente precisa ser lido a partir da ótica da formação de oligopólios e do capital financeiro (fusão do capital bancário e capital industrial) – a partir da leitura de Lênin (2003)⁶², que já trazia discussões acerca

⁶⁰ Acerca disso, Marx entende, na leitura presente no Livro III d'O Capital, apesar de anteriormente fazer esta discussão no Livro I, que o capital tem dois aspectos: o primeiro em relação ao processo de trabalho e ao comando dos trabalhadores e a segunda em relação ao capitalista, como uma parte da riqueza concentrada. Estes dois aspectos a rigor estão ligados ao processo crescente de acumulação que produz a concentração e a centralização que ocorre no processo de concorrência e crédito, do qual erige a centralização, sendo ambos fenômenos ligados a intensificação da concorrência que conduz ao oligopólio e ao monopólio.

⁶¹ Segundo a leitura que encontramos em Marx, no Livro III d'O Capital, a concentração e centralização de capitais surge das disputas concorrenciais e servem para aprofundá-la.

⁶² O conceito de capital financeiro foi talvez o único não teorizado por Marx com profundidade. Foi formulado inicialmente por Hilferding, que se notabiliza pela articulação entre a integração do capital de

da crise do capitalismo na passagem do século XIX pro XX, na transição do capitalismo livre e concorrencial e a assunção do capitalismo financeiro.

Segundo dados de pesquisa conduzida pela KPMG (2009), em referência ao ano de 2008, das 663 fusões e aquisições, o setor educacional foi responsável por aproximadamente 8% do total e ficando em terceiro lugar no ranking setorial das transações, à frente de setores como a mineração, ramo imobiliário, seguros, atrás somente do setor de tecnologia da informação e alimentos, bebidas e fumo. Examinaremos em seção específica as mudanças no ensino superior que determinam nossa hipótese de estar em curso uma mercantilização de novo tipo.

financiamento, com os bancos, e o capital industrial, e só pode se desenvolver em uma etapa específica do capitalismo, sendo parte integrante da assunção dos monopólios e do imperialismo. Lênin e Hilferding conseguiram observar nesta etapa uma etapa no qual os bancos controlam as indústrias. Entretanto, Lênin não entende o capital financeiro como uma nova etapa do capitalismo, mas a extensão do capitalismo monopolista e do imperialismo.

CAPÍTULO 4 FUNDOS NA EDUCAÇÃO

Este trabalho sustenta que o ensino superior privado brasileiro vem passando por constantes mudanças e transformações a partir especificamente de 2008. Defendemos que a mercantilização e exploração da educação como um serviço tem sofrido uma inflexão considerável, pois já não está no mesmo patamar do que fora no quadro inicial das contrarreformas, operadas tanto nos governos de FHC quanto por Lula da Silva.

Podemos sugerir que estamos numa outra fase, possivelmente a segunda, do processo de mercantilização. Entendemos ser segunda porque consideramos metodologicamente o atual quadro da mercantilização a partir dos anos 2000 como distinto daquele que fora verificado no período do neoliberalismo duro⁶³. Por isso, compreendemos que a opção política dos sucessivos governos (tucanos e petistas) de expansão da educação superior, através do segmento privado, fortaleceu políticas coerentes com a mercantilização, especialmente transferindo fundo público para sustentar este segmento.

Entretanto, a escala e disponibilidade em quantitativos maiores do aporte do fundo público para o capital, com políticas como FIES e Prouni, tal qual a desregulamentação que conduziu a heteronomia, criaram condições excepcionais para a chegada das corporações multinacionais e dos fundos de investimento no setor educacional, conformando o que a dissertação sustenta como uma “nova mercantilização do ensino superior privado”.

Procuramos nesta dissertação realçar os grandes grupos econômicos e as ações do Estado que têm fortalecido a financeirização da educação superior. Entretanto, destacamos os limites deste trabalho, considerando especialmente dois aspectos: o primeiro refere-se à dificuldade de obtenção de dados, mediante as ações subterrâneas do capital que dificultam identificação de suas operações, em alguns casos com movimentações que não se tornam de conhecimento público, através de dados ou divulgações. Investigando a natureza jurídica descobrimos que, no caso específico das fusões no ensino superior, denominadas *joint venture*, a análise de um estatuto jurídico

⁶³ Utilizamos a expressão neoliberalismo duro para fazer referência ao início do ciclo de contrarreformas empreendidos na entrada, tardia, do Brasil na pragmática neoliberal em escala mundial.

mostrou-se insuficiente para uma conceituação precisa da fusão, incorporação e cisão, o que dificultou nosso trabalho para precisar categorias conceituais. Por conta disso reiteramos que não há um banco de dados ou sistema de informações sobre os grandes grupos econômicos e os grupos educacionais. A partir disso fizemos esforços de levantamento de dados e informações no MEC, INEP, página dos fundos de investimentos, do setor empresarial de ensino, em revistas como *Exame*, *Isto é Dinheiro* e o jornal *Valor Econômico*.

Em segundo lugar o limite deste trabalho resulta também da dinâmica imposta pelas transformações rápidas e dinâmicas deste setor, o que reflete apenas uma fotografia do momento em que encerramos nossa coleta de dados. O ritmo feroz do mercado tem oferecido a cada dia novas informações e alterando o quadro do ensino superior.

Quando observamos no Brasil o número de transações econômicas distribuídas por setor, encontraremos dificuldades de identificar aquelas que envolvem a educação, especificamente. Entretanto, segundo os dados que identificamos no setor empresarial, a partir de 2008 até o primeiro trimestre de 2013 foram realizadas 138 fusões/incorporações no segmento de educação. O mais interessante é que o setor empresarial também considera a inflexão que sustentamos na dissertação, de um outro patamar da mercantilização. Em um balanço dividido por segmentos (tecnologia da informação; alimentos bebidas e fumo; telecomunicações e mídia; instituições financeiras, entre outros) desde o início do Plano Real (1994), a educação não estava categorizada especificamente. É a partir de 2008 que recebe especial atenção do setor empresarial, tornando-se uma categoria específica, saindo do grupo denominado “outros” (KPMG, 2013).

No ranking setorial de transações, é no ano de 2008 que a educação é responsável por 53 de um total de 663 incorporações e fusões, o que a tornou o terceiro setor mais dinâmico no Brasil, atrás somente do setor de tecnologia da informação e alimento e bebidas, mas à frente de setores que tem se apresentado bastante dinâmicos no Brasil, como o setor imobiliário, mineração, seguros, energia e mesmo das instituições financeiras.

O que levanta dúvidas e ajuda a imaginação e o pensamento crítico é: por que até 2007 a educação estava agrupada na categoria “outros” e no ano de 2008 a educação

é o terceiro setor mais dinâmico em fusões e incorporações? Não podemos fazer afirmações precipitadas, em nome dos protocolos acadêmicos e científicos, mas não seria demais imaginar que as transações já estavam acontecendo anteriormente, que apresentaram dinamismo e por isso tornou-se um segmento específico. (KPMG)

Sustentamos que estamos num outro patamar da mercantilização na medida em observamos a tendência de controle de IES por grandes grupos econômicos, principalmente aqueles ligados aos fundos de investimentos, acentuando o processo de financeirização na educação. Este processo tem referência a Anhanguera, grupo educacional paulista com diversas unidades, que em 2007, quando da abertura do seu capital e ações na Bolsa de Valores, dando início ao primeiro IPO (oferta inicial pública), movimentando aproximadamente R\$ 324 milhões em ações na bolsa de valores. Neste mesmo ano a Anhanguera adquire por R\$ 16 milhões o total de capital da UNIBERO (Centro Universitário Ibero Americano).

Por questões metodológicas, não podemos aprofundar análises sobre os grupos e os fundos controladores atualmente, apenas indicando suas atuações, que, no limite, parecem confirmar a hipóteses de que está em marcha uma mercantilização de novo tipo. Desta forma este capítulo discorre sobre três aspectos fundamentais: a tendência de financeirização do ensino superior, expressa através do controle de fundos de investimentos e do capital financeiro neste segmento, indicando os principais grupos, mas também movimentações de outros fundos para controlar e adquirir IES; apresentamos em seguida uma consequência do novo momento da mercantilização, que tem sido a formação de outros padrões de concorrência e de disputa no livre-mercado educacional, com as fusões que têm indicado outro patamar da financeirização; e por último, para não falar no livre-mercado educacional na forma pura, destacamos a participação do Estado brasileiro, dialogando novamente sobre o papel que o BNDES exerce na centralização e concentração de capitais, indicando novamente sua função na reorganização do capitalismo brasileiro recentemente.

4.1 OS GRUPOS EDUCACIONAIS FORJADOS NA MERCANTILIZAÇÃO DE NOVO TIPO

Indicaremos nesta parte do trabalho os principais grupos educacionais forjados nesta etapa da mercantilização do ensino superior, demarcado pela entrada dos fundos de investimentos e do capital financeiro no controle de uma parcela significativa de IES. O pontapé inicial ocorre pela abertura de capitais na Bolsa de Valores, que permitiu as IES adquirirem um montante de recursos que possibilitasse sua expansão e controle do segmento de ensino superior, através da compra/incorporação/fusão com outras IES menores inicialmente. As primeiras instituições a negociar seus capitais foram Anhanguera, Estácio, Kroton e Sistema Educacional Brasileiro (SEB), em 2007.

É conveniente fazer um breve parêntesis sobre os fundos de investimentos. Um fundo de investimento é uma forma de aplicação financeira, formada por vários investidores, com o objetivo de rentabilidade futura, atuando a partir do capital portador de juros, na esfera que Marx denominará de capital fictício. Trata-se da compreensão de uma forma capital que tem se tornado hegemônica a partir da posição que a fração ligada ao capital portador de juros tem assumido, indicando a concentração e centralização de capitais que são oriundos da esfera produtiva e colocados em processo de valorização fictícia em outras áreas, no caso a educação.

Dito de outra maneira, podemos novamente voltar ao Livro III d'O Capital, no contexto da mobilidade internacional de capitais e da desregulamentação para sua movimentação, quando o capital portador de juros se especializa em emprestar dinheiro para ser usado como capital. Entretanto, com a perda do monopólio da função crédito dos bancos, os fundos de investimentos adentram esta arena, investindo quantidades significativas de capitais que se valorizam em outras áreas procurando liquidez e rentabilidade. As ações negociadas na bolsa de valores, como a dívida pública ou as participações em empresas, são exemplos concretos de capital fictício.

Podemos situar alguns tipos de fundos de investimentos, conforme classificação da CVM Consultoria (Portaria 409/2004), no qual temos os Fundos de Curto Prazo – cuja rentabilidade está relacionada com as taxas SELIC e costumam serem mais conservadores quanto aos riscos; Fundos Referenciados – que acompanha a variação de desempenho definida no objetivo; Fundos de Renda Fixa – que aplica 80% de seu montante de capital em títulos de renda fixa e tem como principal fator de risco a variação da taxa de juros e/ou índice de preços; Fundos de Ações – são os fundos de renda variável, que decorrem do investimento em ações na bolsa de valores, dependem

da engenharia administrativa para conferir rentabilidade aos investimentos, é aqui o tipo de fundo que opera nos grupos educacionais. Há também os Fundos Cambiais, que investem ativos na compra de moedas estrangeiras; os Fundos de Dívida Externa, que investem 80% de seus ativos na compra de títulos da dívida, relacionando-se de forma concreta com o capital portador de juros e o capital fictício; e os Fundos de Multimercado, que apresentam investimentos com fatores de riscos e sem atuação específica em um único segmento, atuam com relativa liberdade de gestão e procuram níveis de rentabilidade mais elevados. Aqui também encontramos fundos que investem em educação.

Defendemos a hipótese da financeirização do ensino superior na medida em que quatro dos cinco maiores grupos educacionais são controlados por fundos de investimentos ligados ao setor financeiro – no caso a Estácio, Unip (Universidade Paulista), Anhanguera, Kroton e Laureate. A Estácio era controlada pelo fundo GP Investimentos, a Anhanguera pelo Banco Pátria, a Kroton pela *Advent International*, e a Laureate pelo fundo KKY. Além desses também identificamos o *Cartesian Group* na Faculdade Mauricio de Nassau e o banco americano *Best Associates*, do Texas, na UNIJORGE (Centro Universitário Jorge Amado).

Entretanto, alguns grupos de consultoria especializados no mercado de ensino superior brasileiro, como é o caso da *Hoper Educação*, identificam a entrada do capital estrangeiro na venda da Universidade Anhembí Morumbi para a norte-americana Laureate, começando a se intensificar em 2007, com outros processos de incorporação. A Laureate passa a controlar também a Universidade Potiguar/RN, Faculdade Potiguar/PB, Faculdade dos Guararapes/PE, UNINORTE (Centro Universitário do Norte/AM), IBMR (Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação/RJ), entre outras instituições.

Entre estes grupos educacionais forjados nesta nova etapa da mercantilização também destacamos a Estácio de Sá Participações. Neste ponto recuperamos a colaboração da tese de Vale (2011), estudando especialmente a transformação da Universidade Estácio de Sá num conglomerado do setor financeiro com atuação no setor educacional. Segundo a autora, foi com a capitalização de recursos na Bolsa de Valores que a Estácio Participações começou sua aquisição e incorporação de outras IES.

A partir de 2008 a Estácio Participações vendeu 20% de suas ações para o grupo Moena Participações, controlada pelo fundo *GP Investments*⁶⁴. Assim, o *GP Investments* seria formado por quatro outros fundos, de investimentos diretos e indiretos, atuando em diversas áreas como a prestação de serviços para shoppings centers (BR Malls), energia (Companhia de Energia do Maranhão), serviços alimentícios (rede de churrascarias Fogo no Chão), marcas e patentes (Hypermarcas), setor imobiliário, entre outros. A partir de 2010 as ações da Estácio Participações ficam pulverizadas, com reorientação e reestruturação administrativa, incorporando as orientações grupo GP.

Vale (2011) chama atenção à trajetória desta instituição, que se torna universidade em 1988, conquistando autonomia para abrir e fechar cursos, e que nos anos 1990 experimenta extraordinário crescimento, expandindo-se para a região metropolitana do Rio de Janeiro e, a partir de 1998, para outros Estados. Segundo a autora a expansão ocorreu incorporando algumas faculdades, sem alterá-las no modelo de organização acadêmica (universidade, centro universitário, institutos, faculdades ou escolas superiores).

Entretanto, considerando a hipótese de mercantilização de novo tipo, podemos considerar que a principal referência na Estácio foi a abertura de seu capital na Bolsa de Valores, ocorrido em Julho de 2007. Para preparar o terreno de sua entrada no setor financeiro alterou-se o estatuto jurídico com a criação da Estácio Participações S.A., uma sociedade anônima controladora de mantenedoras no setor educacional, cujos objetivos seriam a expansão das atividades, aumento no número de matrículas, abertura e aquisição de novas unidades e inovação na oferta de cursos (especialmente cursos sequenciais).

Para Vale (2011) tem destaque neste processo os cursos sequenciais. Segundo a autora, especialmente o ensino tecnológico-sequencial foi apontado pela Estácio Participações S.A. como o pólo capaz de atender “as demandas imediatas do mercado, agindo no desenvolvimento de habilidades e competências, e teria como público aqueles que já estão no mercado de trabalho e querem se qualificar e aprimorar sua empregabilidade” (p. 220), realçando um aspecto estritamente pragmático da lógica que

⁶⁴ Segundo Vale (2011) o grupo GP Investments teria ligação com o Banco Garantia, que havia sido adquirido em 1998, na esteira da crise asiática, pelo Credit Suisse.

preside a prioridade dos cursos, no caso sua capacidade de retorno financeiro. Entretanto, o que mais importa aqui é que no processo de abertura do capital na Bolsa de Valores o aumento de capitais negociáveis só foi possível mediante a contabilidade do Prouni como parte do patrimônio líquido da empresa. A Educação a distância tem sido utilizada como uma das formas de valorização dos capitais investidos. Vale (2011) já destaca que este foi um dos segmentos que reestruturou administrativamente o grupo Estácio de Sá, permitindo que diversas disciplinas fossem ofertadas nesta modalidade.

Entendemos que as participações do Prouni e do FIES sustentam o e estruturam garantias ao capital para investir e explorar o livre-mercado educacional, cristalizando a estreita relação do Estado com o setor privado. Foi com esta plataforma que o grupo Estácio de Sá atuou no mercado educacional em um duplo movimento. Por um lado, esse instrumental de incentivos do Estado permitia ao grupo Estácio de Sá oferecer garantias de rentabilidade e para investidores e, por outro, atuar no mercado de ações para valorizar-se, operando o capital fictício, numa relação que tem mais a ver com a possibilidade futura de rendimentos e de remuneração do capital.

Segundo dados da CM Consultoria (2013) em 2008 temos transações entre os grupos de capital aberto, que se somam ao grupo Cruzeiro do Sul, IUNI e *GP Investments*. O grupo *GP Investments* também é outro fundo que precisa ser considerado na análise do setor educacional. Trata-se de um fundo que autodeclarado das Bermudas, cujos setores pretendidos são diversificados, tem foco em *private equity* e *asset management*, que abriu seu capital em 2006, captando U\$\$ 308 milhões de dólares, operando investimentos em bancos, fundos de pensão, instituições multilaterais, planos de capitalização, entre outros. Salientamos, entretanto, que o fundo *GP Investments* possui atuação no ensino superior em outros países latino-americanos, como o Paraguai, na compra da Universidad de la Integracion de las Americas, e o Uruguai, com a Escuela de Informática.

Importante declarar que o fundo *GP Investments* anunciou no fim de Setembro de 2013 que estava saindo da empresa Estácio Participações. Segundo informação da *Revista Exame* a venda gerou um ativo de U\$\$ 179 milhões de dólares para o fundo, dos quais R\$ 56,5 milhões seriam o lucro.

A Anhanguera, outro gigante do mercado educacional brasileiro, com quase 500 mil matriculas, preço de mercado estimado em R\$ 5,8 bilhões e com faturamento de R\$

1,6 bilhões, era anteriormente um grupo de faculdades isoladas de São Paulo, que estavam espalhadas na rodovia de mesmo nome, sendo posteriormente adquirida pelo Banco Pátria, que assume, a partir de 2007, o controle das faculdades isoladas ligadas ao grupo, mas também de outras instituições como a Unifec (União para Formação e Cultura no ABC), que controla a Universidade do Grande ABC, na região metropolitana de São Paulo. Este banco é especializado em gestão de ativos alternativos e em assessoria corporativa em fusões, aquisições e reestruturações de empresas. A área de gestão engloba os segmentos de *private equity*, *real estate*, infraestrutura e *capital management*. Seus investidores são bancos, fundos de pensão, empresas privadas, pessoas físicas, jurídicas e seguradoras. Encontramos em seu portfolio, além da Anhanguera Educacional, a conhecida Casa do Pão de Queijo, Diagnósticos da América (DASA), Casa Cor.

Apostando na expansão através da incorporação de outras IES, um passo significativo foi dado pela Anhanguera, em 2011, ao adquirir a UNIBAN (Universidade Bandeirante de São Paulo), numa transação de aproximadamente R\$ 510 milhões, o que a fortaleceu no segmento, formando à época um conglomerado de mais de 400 mil alunos espalhados pelo país (CM CONSULTORIA, 2013).

No ano de 2009 entra no mercado educacional brasileiro o fundo norte-americano *Advent*, ao comprar 50% do grupo Kroton Educacional. A Kroton inicialmente atendia pelo nome de Pitágoras e depois se fundiu com o Iuni Educacional, formando apenas o grupo Kroton. O grupo *Advent* inicia suas atividades na América Latina em 1996, possuindo três escritórios próprios em São Paulo, Cidade do México e Buenos Aires, principal cidade e capitais das economias mais dinâmicas do continente latino-americano, respectivamente, investindo em fundos de pensão, empresas privadas e no ramo de seguros. O fundo *Advent* administra instituições como Uniasselvi (Centro Universitário Leonardo da Vinci), Uniron don (Centro Universitário Candido Rondon), Uniminas (Centro Universitário de Minas Gerais), Faculdade de Tecnologia de Londrina, UNIME (União Metropolitana de Educação e Cultura), Centro Universitário Metropolitano, FAMA (Faculdade Montessoriana de Salvador/BA), FAMA (Faculdade Atenas Maranhense), Sistema Positivo e a UNOPAR (Universidade Norte do Paraná), líder no segmento de ensino à distância, esta última comprada pelo valor de R\$ 1,35 bilhão, a maior movimentação financeira no ensino superior no ano de 2011.

No ano de 2010 houve a compra da SBS pelo Grupo *Pearson*, adquirindo a propriedade de instituições como COC (Sistema COC de Educação e Cultura, antigo Osvaldo Cruz), Pueri e Dom Bosco e também a Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte. Trata-se de um grupo britânico, conhecido por ser o maior grupo editorial do mundo, proprietário do conhecido jornal *Financial Times*, que anunciou o Brasil como prioridade de investimentos. É importante destacar que 80% do faturamento deste grupo vêm do segmento de educação, estando presente em mais de 70 países, onde estabelece negócios educacionais, que variam de softwares a consultorias especializadas. John Fallon, presidente do grupo, em entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo*, reconhece que é a maior empresa educacional do mundo e que o Brasil é um dos mercados mais importantes para o grupo, começando os investimentos na educação básica, tendo como meta chegar a um milhão de alunos no grupo SBS, mas indicando que pode haver investimentos e aquisições no ensino superior. Nos últimos anos o grupo destinou aproximadamente R\$ 1 bilhão para aquisições no Brasil, Índia e China, os conhecidos mercados emergentes.

No ano de 2010 a Universidade Gama Filho - UGF passou a ser controlada pelo Banco Mercantil, através do Grupo Galileo de Administração Educacional. No ano seguinte, 2011, outra fusão importante a ser destacada foi da UGF e do Centro Universitário da Cidade – UniverCidade, que criou um conglomerado com mais de 34 mil alunos no Rio de Janeiro, tornando-se o maior do Estado. Este processo contou com R\$ 5 milhões de aporte do Banco Mercantil e passou a ser controlado pelo Grupo Galileo (CM CONSULTORIA, 2013).

Voltando a 2010 também temos outro fundo de investimento estrangeiro, desta vez norte-americano, adentrando o mercado educacional brasileiro: trata-se do Capital Goup, adquirindo inicialmente participações minoritárias das Faculdades Veris e IBMEC, envolvendo uma transação inicial de R\$ 130 milhões de reais. Segundo informações divulgadas na revista *Exame* (2013), o aporte inicial fora utilizado para expansão dos *campi* da IBMEC no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte tal qual para auxiliar o setor de ensino a distância. No caso da Veris (antiga MetroCamp), o recurso seria utilizado para expansão de cursos novos, como Engenharia e Direito. É preciso salientar que o grupo IBMEC em 2009 havia fechado o ano com um faturamento de R\$ 160 milhões, tendo experimentado crescimento de 36% da receita bruta, fruto de investimentos pretéritos que já tinham incluído a incorporação da Veris, formando

posteriormente o Grupo IBMEC, que controla também o IBTA (Instituto Brasileiro de Tecnologia avançada), em Campinas.

Segundo os dados levantados pela CM Consultoria (2013) no ano de 2010 as transações movimentaram R\$ 2,7 bilhões.

No ano de 2012 a Estácio pretendia investir R\$ 320 milhões em para expandir-se nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Neste ano a Kroton adquire a Unirondon e Uniasselvi, investindo aproximadamente R\$ 532 milhões e incorporando quase 92 mil novos alunos e matrículas à sua estrutura. O ano de 2012 por sua vez teve 133 instituições adquiridas, movimentando um valor próximo a R\$ 6,8 bilhões. Apenas os quatro maiores grupos que atuam no ensino superior no referido ano foram responsáveis por 79 destas 133 transações, quase 60 %, com a Anhanguera adquirindo individualmente 32 instituições, Kroton 19 e Estácio 18, Laureate outros dez. Entretanto, outros fundos como o Capital Internacional fez uma única incorporação, mas com um valor considerável, de R\$ 130 milhões (CM CONSULTORIA, 2013).

Importante salientar que em 2011 o fundo *BR Educacional* incorporou-se à *Abril Educação*, adquirindo 24% de seu capital, com investimento de R\$ 226 milhões de reais, focando na área de material didático para o Movimento Brasileiro de Alfabetização, focando na educação básica e pré-universitária, já que controlava também o curso e Colégio PH, o grupo ETB (Escolas Técnicas do Brasil) e aos cursos e colégios Anglo. Entretanto, sua área de atuação não se restringiu, associando-se ao grupo *Anima Educação*, que controlava a UNA (Centro Universitário de Ciências Gerenciais), UNIBH (Centro Universitário de Belo Horizonte) e UNIMONTE (Centro Universitário Monte Serrat); tal qual a *HS Educação AS*, que controla o grupo Mackenzie, Universidade Municipal de São Caetano, FAESA, entre outros.

No ano de 2012, o fundo britânico *Actis* adquire participação minoritária no Grupo Cruzeiro do Sul, investindo aproximadamente R\$ 180 milhões de reais (CM CONSULTORIA, 2013).

Em Agosto de 2013 o fundo Laureate fechou uma das maiores compras de instituições no Brasil, incorporando a FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas), em São Paulo, por aproximadamente R\$ 1 bilhão de reais. Trata-se da segunda maior transação individual de compra de instituições, ficando atrás apenas da compra da

UNOPAR pelo grupo Kroton, por R\$ 1,3 bilhão em 2011. A FMU detinha à época 90 mil alunos e faturamento próximo de R\$ 450 milhões. Segundo informações do jornal Estadão, a FMU foi criada para atender um segmento específico, das classes A e B, oferecendo principalmente formação no curso de Direito. Depois da crise no ensino superior reduziu suas mensalidades em até 25% para incorporar o segmento da classe C. Existe uma reorientação no perfil da sua cobertura no mercado educacional. Se antes sua disputa no mercado paulista era com instituições como PUC (Pontifícia Universidade Católica) e Mackenzie, agora disputa a concorrência dos alunos com instituições como a Anhanguera. Esta incorporação também significou a anexação da FMU, Faculdades Metropolitanas Unidas, da FISP (Faculdades Integradas de São Paulo) e FIAM (Fundação Centro Universitário). A sua incorporação fortaleceu o grupo Laureate, que passa a controlar aproximadamente 200 mil matrículas. Com esta aquisição, segundo o jornal Valor Econômico, o fundo conclui R\$ 2 bilhões em investimentos no Brasil, consolidando-se como o quinto maior grupo educacional no Brasil, presente em oito Estados brasileiros (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013).

Em entrevista à Revista *Isto é Dinheiro* (2013), o presidente da Estácio Participações, numa encruzilhada do avanço dos maiores fundos econômicos no controle do ensino superior, declarou que a política de compras do grupo iria se reorientar, considerando que vinha incorporando instituições pequenas, sugerindo uma inflexão que seria a incorporação de grandes instituições.

Aqui é importante demarcar uma inflexão no processo de mercantilização em curso. Se por um lado havia a tendência inicial de incorporação e fusão de IES pequenas e médias pelos grupos educacionais consolidados, podemos situar o ano de 2013 como paradigmático, na medida em que demarca uma mudança na correlação de forças na perspectiva de disputa pelo mercado educacional. Do momento em que as grandes corporações já haviam se consolidado, ocorre outro momento que é a fusão de grandes grupos, que, mesmo na dependência de autorização, do CADE, já há mudanças de inédita velocidade que determina níveis jamais comparados de concentração e centralização de capitais. Concorre para isto o papel do Estado sob o argumento da coerência com o novo bloco de poder. O Estado tem operado ações que fortalecem em grande medida o setor financeiro. Desde o Prouni que aumentou a margem de lucro das instituições empresariais, convertendo o gasto com impostos e contribuições em

isenções. Ao mesmo tempo o FIES, ao converter o fundo público, com juro subsidiado e em níveis maiores, também colabora para o processo de mercantilização em curso.

4.2 AS FUSÕES E O CADE

Em Abril de 2013 foi anunciada a fusão de dois grandes grupos do ensino superior brasileiro: Kroton Educacional S.A. e a Anhanguera Educacional, que fariam uma transação de R\$ 14 bilhões de reais. A unificação destes grupos significaria, à época, mais de 800 unidades de ensino superior e outras 810 escolas privadas, formando o maior conglomerado educacional do mundo, que controlaria aproximadamente 14% das matrículas do ensino superior brasileiro. Este anúncio, recebido com festa e preocupação, apesar de ainda não ter se concretizado, pois ainda não foi autorizado pelo Conselho de Administração de Desenvolvimento Econômico (CADE), órgão deliberativo sobre fusões e incorporação da Presidência da República, já demonstrou outros aspectos que servem para comprovar a hipótese de financeirização.

Desta forma, uma das dimensões da financeirização da educação refere-se às ações na bolsa de valores, o que confirma o aspecto rentista que está sendo operando com a especulação financeira através do ensino superior. Após o anúncio da fusão, mesmo na dependência da autorização do CADE, as ações na Bolsa de Valores da Kroton tiveram alta de 11,33% e da Anhanguera aumento de 9,52 % no dia, segundo o que coletamos na Folha de São Paulo (2013), que na mesma reportagem indica a tendência da Kroton de aquisição de instituições de grande porte do ensino presencial, o que, por suposto, nos faz inferir uma ação voraz no sentido da conquista do monopólio.

Do ponto de vista geográfico, da localização das matrículas, esta fusão significou o controle por um fundo de investimento de matrículas em Estados como Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina, Paraná (controlados pela Kroton), São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Se analisados por um ponto de vista de renda socioeconômica, estes Estados possuem o maior poder aquisitivo do Brasil, o que também pode explicar uma ação monopólica no ensino superior privado na medida em que a concorrência será cada vez menor.

Entretanto, após o anúncio a especulação em torno das ações de cada uma das instituições percorreu caminhos contrários. Segundo informações colhidas na *Revista Exame*, apesar da valorização e da especulação sobre ambas, os caminhos foram

diferentes. A Kroton registrou crescimento de 61% de suas ações, enquanto a Anhanguera conseguiu apenas 9%. Em Fevereiro de 2014 a Kroton valia o dobro da sua concorrente. O acordo de fusão inicial, depois deste fato, tornou-se alvo de polêmica, pois a associação nasceria com a Kroton sendo acionista de 57% e a Anhanguera de 43%, produzindo questionamento entre os acionistas. Depois da mudança no jogo de forças especulativo, os acionistas da Kroton questionaram seu tamanho, pois não consideravam 57% justo. Até o fechamento da dissertação, a situação não havia sido solucionada, mas a multa por desistência da fusão é de R\$ 250 milhões. A indecisão do CADE sobre a unificação, somado a outros elementos, têm produzido queda nas ações de ambas na Bolsa de Valores. Enquanto a Kroton registra aumento de 11%, as ações da Anhanguera diminuíram aproximadamente 15%.

O lucro líquido de R\$ 137,8 milhões, divulgado pelo grupo *Kroton* no quarto trimestre de 2013, foi mais de 3,5 vezes maiores que o valor comparado no mesmo período de 2012, o que pode ser em parte confirmado pelo aspecto especulativo das suas ações na Bolsa de Valores.

Em 04 de Dezembro de 2013, a Superintendência-geral do CADE recomendou a impugnação da unificação dos grupos Kroton e Anhanguera, alegando preocupações concorrenciais. Entretanto, os mecanismos subterrâneos de incorporação já haviam sido acionados.

O entendimento da Superintendência é de que o acordo de associação entre as empresas, notificado sob a Lei 12.529/11, embora não suscite preocupações e em determinados cursos e localidades, gera concentração em alguns mercados de ensino superior. Na graduação presencial foram identificadas preocupações em três municípios. Na graduação á distância há problemas apontados em cursos, tanto em nível nacional quanto local, em pouco mais de 50 municípios. De acordo com o parecer as instituições não seriam capazes de oferecer, nestes mercados, rivalidade suficiente, pois Kroton e Anhanguera possuem vantagens importantes em termos de captação de alunos, escala, catálogo de cursos, capilaridade de instituições e polos de ensino, preços, marketing e outras variáveis. A Superintendência entendeu que o ato de concentração, se aprovado sem restrições, poderia gerar condições prejudiciais para os alunos do curso e municípios afetados, tais como elevação de preços, redução da oferta de serviços e queda na qualidade de ensino. Para sanar os efeitos anti-competitivos identificados, a Superintendência recomendou ao Tribunal do

CADE, responsável pela decisão final, que a aprovação da operação seja condicionada à aplicação de remédios concorrenciais (CADE, 2013).

Em Setembro de 2013 foi anunciada que a Estácio Participações estaria incorporando a Uniseb pelo valor de R\$ 615 milhões. Segundo a Revista Exame, tratou-se de uma operação que procurava o equilíbrio de forças no mercado educacional, sendo uma resposta à fusão entre a Kroton e a Anhanguera. A incorporação da Uniseb (Centro Universitário Interativo) demarcou também a entrada do grupo no mercado educacional de São Paulo, considerando que o grupo Estácio seria o líder do segmento no Estado do Rio de Janeiro.

Percebe-se que as novas determinações do mercado educacional têm imputado novas táticas que confirmam a educação como fronteira de acumulação do capital, perdendo cada vez mais a mediação que poderia ocorrer no setor privado, importando mais o fluxo de caixa, a rentabilidade e reforçando os papéis que os grupos econômicos, através dos fundos, vêm desempenhando.

O CADE, em Janeiro de 2014, também demonstrou preocupação em termos de concorrência com a fusão do grupo Estácio Participações com a Uniseb, entendido como um caso complexo, considerando a estrutura do mercado e recomendou medidas para solucionar o problema, especialmente com a educação à distância. Neste caso, o CADE publicou que:

A Superintendência considerou que a união entre Estácio e Uniseb pode gerar ganhos de escala nacional no mercado de educação à distância, o que pode ser concorrencialmente positivo, uma vez que essas empresas estarão em melhores condições de competir. Por outro lado, foi identificado que a operação pode gerar efeitos anti-competitivos nos mercados de graduação a distância em nove municípios brasileiros: Aracaju/SE, Salvador/BA, Natal/RN, Vitória/ES, Vila Velha/ES, Duque de Caxias/RJ, Ourinhos/MG e Juiz de Fora/MG. Nesses mercados, a Superintendência entendeu que rivais remanescentes e potenciais empresas entrantes não seriam capazes de contestar a posição da Estácio e Uniseb em alguns dos cursos oferecidos. Dessa forma o parecer da Superintendência-Geral recomenda ao Tribunal do CADE que avalie a aplicação de eventuais remédios que solucionem os problemas concorrenciais identificados (CADE, 2014).

Tanto no caso da fusão da Estácio com a Uniseb como no caso da Anhanguera Kroton fica claro que estamos num outro patamar do processo de mercantilização. Em ambos os casos a decisão final não cabe ao Ministério da Educação, órgão responsável pela elaboração das políticas públicas, avaliação, supervisão da educação. Agora, a decisão está fundamentada em termos de autorização com a questão da concorrência e do monopólio. Fica claro que, pela própria natureza da decisão do governo, através de um conselho econômico, a educação perde a mediação e está francamente incrustada no setor especulativo.

Entretanto, recentemente, no fim de Dezembro de 2013, o grupo adquiriu a VCCL Participações, holding do grupo Multi, que controla a rede de escolas de idiomas Wizard, Yazigi e Skill, em mais de 2600 unidades franqueadas espalhadas pelo país, por quase R\$ 2 bilhões de reais, entendendo que o suposto avanço da classe média, a baixa fluência idiomática e a expectativa dos grandes eventos pudessem lograr êxitos em termos de lucratividade. Apesar de ser um exemplo que aparentemente foge ao ensino superior precisamos considerar um ponto que é axial e, pra nós, divisor de águas: a aprovação com extrema rapidez pelo CADE da compra da VCCL Participações pelo grupo Pearson.

Seria irresponsável fazer ilações ou determinações simplistas, mas creio que a autorização do CADE para esta fusão pode ser um precedente importante para permitir outras fusões, entre as quais as que verificamos em processo acelerado no ensino superior.

4.3 O BNDES, A CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAIS E A REORGANIZAÇÃO DO SETOR PRIVADO DE ENSINO SUPERIOR

Sustentamos que a partir da segunda metade da última década o quadro do ensino superior altera-se, com mudanças que alteram a própria natureza da mercantilização. Também sustentamos a discussão teórica do fundo público, sendo colocado a serviço da valorização do capital. Contribui com esta análise teórica o acordo ou protocolo de cooperação criado em 2009, com prazo de validade de cinco

anos, para implantação Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Ensino Superior – Programa IES, que destinaria um orçamento de mais de R\$ 1 bilhão para suas finalidades.

Importante destacar que o acesso ao crédito será intermediado por agente financeiro credenciado, que encaminhará o projeto para posterior análise do BNDES.

Segundo o MEC (2009) as instituições teriam de cumprir certos requisitos acadêmicos para atender exigências de qualidade, cujos parâmetros são as avaliações conduzidas no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), deixando aberta a possibilidade do MEC avaliar o plano acadêmico apresentado pela IES. O MEC deveria estabelecer posteriormente metas de desempenho acadêmico. Especialmente neste ponto podemos fazer um paralelo com a implantação do paradigma gerencial na reforma do aparelho estatal em meados dos anos 1990, pois o indicador de desempenho seria mensurado com indicadores objetivos, que estariam destacados no contrato estabelecido entre o agente financeiro e a instituição de ensino, com monitoramento do MEC.

A análise que o BNDES faz do ensino superior também é interessante, sob um duplo aspecto: o primeiro é o entendimento de uma nova etapa da mercantilização, principalmente da reestruturação financeira de uma quantidade considerável de IES. O segundo é o fundo público a serviço da remuneração do capital, o que inevitavelmente confirma a hipótese levantada no outro capítulo de que o BNDES tem tido um papel fundamental na reorganização dos interesses imperialistas do capital no Brasil.

Segundo informações recolhidas a partir de 2009 no site do Fórum de Ensino Superior de São Paulo, página representante da entidade empresarial do setor, o plano apresentado pelo MEC contemplaria um pedido feito pelo setor empresarial de uma linha de financiamento do banco. Em artigo escrito no início de 2009, Hermes Ferreira Figueiredo, do Grupo Cruzeiro do Sul e presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP), reclamou uma linha de financiamento para o setor privado pelo BNDES, encaminhando projeto para o BNDES e MEC, argumentando que o setor era responsável por 1% do PIB nacional e por gerar, à época, quase 400 mil empregos diretos.

Aqui interessa perceber as disputas nas frações dominantes. O segmento empresarial já não estava no mesmo patamar que os anos 1990 e início de 2000, por isso o mesmo setor destaca que 82% das IES no Brasil são de pequeno e médio porte, que teriam capacidade para matricular no máximo dois mil alunos e que estas dependiam de um programa de financiamento próprio. É possível perceber, não tão claramente, as disputas dentro das frações burguesas, que neste caso a fração burguesa nacional estaria em luta contra a tendência de monopolização imposta pelos fundos de investimentos, pedindo socorro ao Estado, sustentando a necessidade de crédito para as pequenas e médias empresas educacionais.

Neste caso cabe analisar o papel que cumpriu o BNDES neste processo de reorganização do capitalismo e de mudanças na forma da mercantilização no ensino superior privado. O banco, ao lançar o Programa de Melhoria das Instituições de Ensino Superior, tinha o objetivo declarado de apoiar a melhoria da qualidade das IES, oferecendo financiamento para apoio de bens de capital, inovação e exportação com reduzidas taxas de juros. Os clientes seriam IES dos setores público e privado, sem distinção de organizações empresariais-mercantis ou sem fins lucrativos.

A análise do documento deixa claro que o Banco entende, reconhece e está ciente de que estamos em outro curso ou momento da mercantilização do ensino superior ao estabelecer como primeiro pré-requisito de acesso ao crédito, para instituições que estão passando por reestruturação financeira (no caso adquirido, incorporado, etc.), um plano de “sustentabilidade financeira” e um “diagnóstico da atual situação da IES e planos de ações, contendo a previsão de indicadores de resultados operacionais e financeiros que reflitam a evolução da melhoria pretendida” (BNDES, 2014).

Como forma de garantia financeira o Banco também exige que as IES que o pretendam tenham adesões ao FIES, FGEDUC e ao Prouni, o que denota que os clientes preferenciais devem ser aquelas ligadas ao setor privado. O prazo de financiamento também é discriminado, confirmando a hipótese que defendemos: instituições que passem por reestruturação financeira tem até seis anos para o pagamento, incluído um prazo de carência de um ano. No caso das demais IES o prazo pode ser de até dez anos, com dois de carência.

A taxa de juros cobrada envolve o custo financeiro, a remuneração básica do BNDES, a taxa de intermediação financeira e a remuneração da instituição financeira credenciada. Observamos a típica tendência de remuneração do capital portador de juros no processo de financeirização da economia. Parte da taxa de juro serve para remunerar outra instituição financeira menor, que participa da mediação, confirmando a complexificação dos nexos entre financeiras, bancos e fundos de investimentos. No item da remuneração básica do BNDES quando trata dos itens financiáveis a taxa de capital de giro para instituições em reestruturação financeira alcança 4% ao ano, enquanto os demais itens são financiados numa taxa de 0.9% ao ano.

Entretanto, no caso das IES que passam por reestruturação financeira, o BNDES pode ter participação máxima de até 100% das dívidas com fornecedores e bancos (quando procuramos o item das garantias, encontramos a parca definição de negociação entre a instituição financeira credenciada e o cliente), sendo permitida ainda a utilização do BNDES FGI – Fundo Garantidor de Investimento, um fundo complementar para garantia das empresas, tendo por objetivo aumentar as chances de aprovação do pedido de crédito.

Contudo, posteriormente encontramos reclamação do Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior de São Paulo (SEMESP), do mesmo setor que solicitou a ajuda do Estado, denunciando que, a partir dos critérios estabelecidos pelo MEC, aproximadamente 76% das IES não poderia solicitar financiamento do BNDES, pois resultaria em restrição de instituições que não tivessem 70% dos cursos iguais ou superiores a 3 no Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) ou no Conceito Preliminar do Curso (CPC). O setor reclamava que as IES que estavam com notas inferiores ao mínimo exigido pelo parâmetro acadêmico precisavam do recurso para reestruturar-se. O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular protocolaram no MEC pedidos para revisão do processo avaliativo.

A atuação do BNDES de financiamento no segmento privado de ensino superior não é uma novidade absoluta. Pelo contrário, o Banco já havia feito outra linha de financiamento ao segmento no período de 1997 a 2007. Porém, não a destacamos anteriormente porque a tendência de financeirização é mais recente e porque o quadro do ensino superior alterou-se, sendo consoante com a hipótese de financeirização do

ensino superior. Outrora o BNDES apoiou principalmente ampliação das instalações físicas, segundo documento de avaliação próprio, associando, a partir disso, a expansão do número de matrículas no ensino superior. Foi o acesso desta linha de crédito, no valor de R\$ 3,28 milhões, que o grupo Estácio, utilizou, por exemplo, para construção do campus de Medicina em Juazeiro, na Bahia, intermediado pelo Banco Santos. Na vigência do financiamento privilegiaram-se instituições de grande porte, no caso 36 de 48 instituições que tiveram acesso ao financiamento eram de grande porte.

CONCLUSÃO

As transformações recentes no capitalismo determinaram mudanças em todos os segmentos da sociedade, das relações de trabalho, passando pela função do Estado até chegar ao segmento privado. A mundialização do capital e a financeirização da economia atingiram amplas áreas sociais, entre as quais a educação, que, no contexto da hipertrofia do setor de serviços, tem sido explorada como um espaço de valorização do capital. Se por um lado já havia um processo de mercantilização em curso acentuado desde os anos 1990, atualmente encontramos outro patamar da mercantilização, agora em tutelada pelo capital financeiro, através dos fundos de investimentos, que redefinem o caráter da própria mercadorização da educação.

Entender o ensino superior atualmente torna-se tarefa complicada, ganhando a densidade necessária na medida em que se compreendem os nexos e tratativas do capital financeiro neste contexto de hegemonia da finança. Trata-se de um esforço para relacionar o ensino superior ao movimento que o capital tem empreendido, muitas vezes de forma subterrânea.

Compreendendo a crise estrutural do capitalismo no período pós-1970, fugindo do resumo analítico que confere centralidade ao neoliberalismo como um conceito síntese, tentamos perceber o processo que autonomizou a esfera financeira. Ora, se Lênin (2003) já havia analisado as transformações no início do século XX, desenvolvendo o conceito de capital financeiro, com os bancos adquirindo proeminência, atualmente Chesnais (2005) demonstra como os mesmo bancos perderam o comando da nau de acumulação do capital no setor financeiro, que começa com a desregulamentação ou liberalização financeira e monetária e chega ao processo de desintermediação, quando cede lugar às instituições não bancárias, como fundos de pensão, fundos mútuos, companhias de seguro e fundos de investimentos, que redefinem a própria configuração do capitalismo, com centralidade ao capital portador de juros, que se torna hegemônico na mesma medida em que se desenvolve a economia do endividamento, quando os títulos da dívida pública se tornam títulos ao portador (tutilização) e favorecem a especulação e a tendência ao rentismo.

As mudanças ocorridas no marco do regime de dominância financeira imputaram que os grandes grupos industriais se associassem ao capital financeiro, o que

deu grandes poderes aos investidores, num processo que tem como referência a abertura de seus capitais na Bolsa de Valores.

Se de um lado o capital financeiro incorporou grupos industriais, de outro observamos seu movimento por dentro do que se chama “setor de serviços”. Especialmente aqui encontramos sua relação com o problema da mercantilização da educação – que procuramos responder na dissertação. Antes, contudo, observamos que a educação tornou-se mais um espaço de valorização do capital, consagrado em fóruns econômicos mundiais e incorporado à agenda das organizações que procuram eliminar barreiras ao livre-mercado, no caso a OMC, que o entende como um serviço como outro qualquer.

É neste marco que examinamos a situação da mercantilização da educação superior, no contexto da mundialização do capital e financeirização da economia e das injunções de organismos internacionais. Este entendimento considera e problematiza, por óbvio, o marco do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990 com o governo FHC e as contrarreformas do Estado que desmontaram direitos sociais, entre os quais a educação, em nome de um ajuste fiscal que seria o caminho para entrada do Brasil na modernização e no processo de globalização.

É claro que a mercantilização deste segmento de ensino não começa no referido governo, mas o tomamos por ponto de partida por entender que a dinâmica neoliberal está diretamente ligada ao significado dos anos 1990. Entretanto, o entendimento do ensino superior abarca questões atualmente que estão além da díade neoliberalismo e reforma do Estado. É necessário um esforço para perceber como a reforma do Estado e o neoliberalismo são parte do processo de financeirização da economia e de mundialização do capital. Podemos perceber que as duas categorias iniciais podem muitas vezes ser resignificadas, se dotam o capital de maior capacidade de movimento e de valorização.

Foi a partir da crise do neoliberalismo na sua forma ortodoxa, conforme abordamos no terceiro capítulo, e das políticas de reforma do Estado que conduziram ao processo de privatização e mercantilização de diversas áreas sociais, que o capital entra em crise e encontra resistências contundentes no continente latino-americano. Dito de outra maneira, depois da avalanche neoliberal conduzida por FHC, a esperança da

renovação veio com a eleição de Lula à presidência, na expectativa de construção de uma nação com menor desigualdade e mais justiça social.

Para os militantes que sempre defenderam a educação pública, gratuita, laica e universal, a eleição de Lula poderia iniciar um ciclo de ruptura com o neoliberalismo na educação e iniciar a caminhada que afirmaria o setor público. Entretanto, o governo do PT reorganizou o bloco de poder dominante, privilegiando as frações mais poderosas do capital, no caso o setor financeiro em detrimento de um compromisso histórico de transformação social.

É somente entendendo o significado do governo Lula na reorganização do capitalismo, entendendo também o papel que cumpre o BNDES, tal qual a financeirização, que podemos entender a mercantilização em curso no ensino superior.

A principal mudança que demarca um processo de mercantilização de novo tipo refere-se ao controle do ensino superior. A mudança da natureza das IES, que passam de organizações empresariais familiares para o controle de fundos de investimentos, torna viável a hipótese de estar em curso a financeirização do ensino superior. Os fundos que atuam no ensino superior são organizados como investimentos do capital animados pela rentabilidade e liquidez imediata, buscam desempenho financeiro. No setor de serviços procuram a valorização do capital e tem incidido fortemente no ensino superior como uma nova fronteira. Infelizmente encontrou terreno fértil no Brasil, seja através da desregulamentação ou por meio da transferência do fundo público, que contribui para o processo de reprodução ampliada do capital, contando com a participação fundamental do Estado.

Este processo demarca profundas mudanças no ensino superior e apresenta como referência o protagonismo dos fundos de investimentos que compraram inicialmente IES pequenas. A dinâmica de financeirização, que favorece a concentração e centralização de capitais, torna a educação um dos ramos mais rentáveis no setor de serviços. Este novo quadro do ensino superior tem desconstruído a tese defendida por alguns autores de um quase-mercado educacional. As cifras que são movimentadas indicam o contrário, possibilitando ser razoável a hipótese de estar em curso um livre-mercado educacional.

Os dados coletados mostraram que inicialmente havia a tendência de compra de IES menores pelos grandes conglomerados e grupos financeiros. A partir de 2013 esta dinâmica altera-se com as fusões de gigantes do setor, como foi o caso da Anhanguera e Kroton ou da Estácio e Uniseb, o que evidencia a dimensão especulativa e rentista presente nas movimentações do setor.

As tratativas do setor financeiro no segmento privado não podem ser entendidas na forma como queriam os apologetas do neoliberalismo, com a mão invisível do Estado. Defendemos que a mercantilização em curso só foi possível mediante o papel que o Estado desempenhou e desempenha. A reorganização do bloco de poder com a preocupação com a questão social, com a “democratização às avessas” apresentada pela proposta de inclusão social com favorecimento ao segmento privado de ensino superior pavimentou esse caminho. O quantum de dinheiro destinado ao Prouni, mas especialmente ao FIES, permitiram a garantia que o capital precisava para a saúde financeira das instituições que foram adquiridas e incorporadas.

Por outro lado, sabemos que o bloco de poder dominante não é homogêneo. Diante da reclamação de uma linha de crédito bancária pelo Estado para socorrer os IES medias e pequenas, a resposta do Estado foi o aporte de recursos pelo BNDES. Entretanto, pelos critérios colocados, o Estado ofereceria recurso apenas às grandes instituições, controladas no caso pelo capital estrangeiro, o que reforça a natureza do capitalismo dependente no Brasil quando da associação do Estado, disponibilizando capital, para o setor privado, agora controlado por fundos estrangeiros.

Essas medidas, seja o Prouni, FIES ou a atuação do BNDES indicam que o fundo público no Brasil tem sido utilizado para a reprodução ampliada do capital e colocam novos desafios para o pensamento crítico.

Queremos concluir reafirmando nossa posição, de defesa de uma educação pública, gratuita, socialmente referenciada. Queremos pontuar, para fechar, que diferente do que nos faz crer a ideologia dominante, não se trata de um processo inexorável, para o qual não possamos estabelecer novos pontos de partida. Ratificamos que a mercantilização em curso não é algo irreversível, pelo contrario, depende da cumplicidade de governos e governantes. Mas também cremos na força dos movimentos sociais para reorganizar este quadro.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/20/neodesenvolvimentismo-e-precariozacao-do-trabalho-no-brasil-parte-i/>.
- AMARAL, Nelson Cardoso. **Limites à expansão do setor privado no Brasil: subsídios para análise do Censo de Educação Superior 2004**. Brasília: INEP, 2006.
- BARRETO, Raquel G.; LEHER, Roberto. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior emerge terciária. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 423-436, 2008.
- BORON, Atílio. **O socialismo no século XXI: há vida após o neoliberalismo?** São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ**. Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1972.
- CARVALHO, Cristiane. O Prouni no Governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 979-1000, out. 2006.
- CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política de Ensino Superior e Renúncia Fiscal: Da Reforma Universitária de 1968 ao PROUNI. In: ALMEIRA, Maria de Lourdes Pinto de; BONETO, Lindomar Wessler. (Org.). **Educação e cidadania no neoliberalismo: da experiência à análise crítica**. Campinas: Mercado das Letras, 2010.
- CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out/dez. 2012.
- CASTRO, Alda; CABRAL NETO, Antônio. Educação à distância como estratégia de expansão do ensino superior no Brasil. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CABRAL NETO, Antônio; NASCIMENTO, Ilma Vieira. **Políticas para a educação superior no Brasil: velhos temas e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2009.
- CATANI, Afrânio; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato. Prouni: democratização do acesso às instituições de ensino superior? **Educar em Revista**, v. 28, p. 125-140, 2006.
- CISLAGHI, Juliana Fiuza. Financiamento do ensino superior no Brasil: novos e antigos mecanismos de privatização do fundo público. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.
- CHAVES, Vera. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 481-500, 2010.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**: Instituto de Estudos Socialistas, n. 5, 2000.

CHESNAIS, François. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potencia econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François; DUMENIL, Gerard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel (orgs.). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François. As contradições e os antagonismos próprios ao capitalismo mundializado e suas ameaças para a humanidade. **Revista Outubro**, São Paulo, nº16, pp.11-34, 2007.

CM CONSULTORIA. **Fusões e aquisições no ensino superior**: cenário de 2007 a 2011. São Paulo, 2013, 5 p.

CORBUCCI, Paulo. Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para educação superior na década de 1990: ensino de graduação. **Texto para discussão n 869**, IPEA, mar. 2002.

COUTINHO, Luciano & BELUZZO, Luiz Gonzaga. “Financeirização” da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, p. 137-50, dez. 1998.

DAVIES, Nicholas. Mecanismos de financiamento: a privatização dos recursos públicos. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crise e novo capitalismo. In: CHESNAIS, François; DUMENIL, Gerard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel (orgs.). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. *Todos pela Educação* e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, ano 10, n. 15, 2002.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Grupo americano, dono da Anhembi-Morumbi, compra FMU por R\$ 1 bi**. Editora Abril, Agosto de 2013.

EXAME. **10 grupos de educação que movimentam as aquisições do setor**. Editora Abril, Agosto de 2013.

FELDFEBER, Myriam. Internacionalização da educação, tratados de livre comércio e políticas educativas na América Latina. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi &

OLIVEIRA, Dalila. **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Guanabara: 1975.

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. Os projetos financiados pelo Banco Mundial para o ensino fundamental no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 9, p. 1123-1138, set/dez, 2009.

FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida; FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo; BRUNO, Miguel; CARCANHOLO, Marcelo Dias; MINEIRO, Adhemar; GONÇALVES, Reinaldo; CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves; LESSA, Carlos; PADULA, Raphael; SANTOS, Gustavo; MAC DOWELL, Fernando; TAUTZ, Carlos; SISTON, Felipe; PINTO, João Roberto Lopes; BADIN, Luciana; OLIVEIRA, Ariovaldo; TONELLI, Flávio; QUEIROZ, Antônio Carlos; BAHIA, Ligia; LEHER, Roberto; DELGADO, Guilherme (orgs.). **Os anos Lula: contribuição para um balanço crítico**. Garamond: Rio de Janeiro, 2010.

FIUZA DE MELLO, Alex. Crise mundial e reestruturação produtiva: algumas questões de ordem teórica. **Novos Cadernos NAEA**, v. 7, n. 1, p. 5-30, jun. 2004.

FONTES, Virginia. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e lutas teóricas na década de 1980. In: LIMA, Júlio Cesar França; NEVES, Lucia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

FONTES, Virginia. Lênin, o imperialismo e os desafios contemporâneos. **Margem Esquerda**, v. n. 10, p. 54-61, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 33 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

GORZ, André. **Depois da queda: o futuro do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRANEMANN, Sara. Fundos de pensão e a metamorfose do “salário em capital”. In: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, David. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 5. ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2002.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social no tempo do capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 7. Edição, 2012.

ISTO É DINHEIRO. **A encruzilhada da Estácio**. Editora Abril, Agosto de 2013.

LACERDA, Antônio Correa. Globalização e o Brasil: riscos, oportunidades e desafios. **Revista de Economia Relações Internacionais**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 35-54, 2002.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1998.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

LEHER, Roberto. **Educação pública como expressão das lutas sociais**: dilemas nas lutas sindicais e dos movimentos sociais frente ao desmonte neoliberal da educação pública. *Revista Outro Brasil*, Vol. 1, p. 1 – 13, 2005.

LEHER, Roberto. Resgatar a tradição crítica para construir práticas necessariamente renovadas. In: LEHER, Roberto; SETUBAL, Mariana (orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

LEHER, Roberto. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida; FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo; BRUNO, Miguel; CARCANHOLO, Marcelo Dias; MINEIRO, Adhemar; GONÇALVES, Reinaldo; CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves; LESSA, Carlos; PADULA, Raphael; SANTOS, Gustavo; MAC DOWELL, Fernando; TAUTZ, Carlos; SISTON, Felipe; PINTO, João Roberto Lopes; BADIN, Luciana; OLIVEIRA, Ariovaldo; TONELLI, Flávio; QUEIROZ, Antônio Carlos; BAHIA, Ligia; LEHER, Roberto; DELGADO, Guilherme (orgs.). **Os anos Lula**: contribuição para um balanço crítico. Garamond: Rio de Janeiro, 2010.

LEHER, Roberto. Brasil: agravamento da crise, coesão do bloco dominante e novos horizontes para as lutas sociais. OSAL (Observatório Social da América Latina), CLACSO, 2007.

LEHER, Roberto. Crise do capital e questão social. **Estudos do Trabalho**, v. 6, p. 17-35, 2010.

LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a defesa da educação pública. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 121, p. 1157-1173, Out-Dez 2012.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauros, 2003.

LIMA, Katia. Organismos Internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley. **O empresariamento da educação - novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002.

LUKACS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Estratégias e modelos de desenvolvimento. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida; FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo; BRUNO, Miguel; CARCANHOLO, Marcelo Dias; MINEIRO, Adhemar; GONÇALVES, Reinaldo; CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves; LESSA, Carlos; PADULA, Raphael; SANTOS, Gustavo; MAC DOWELL, Fernando; TAUTZ, Carlos; SISTON, Felipe; PINTO, João Roberto Lopes; BADIN, Luciana; OLIVEIRA, Ariovaldo; TONELLI, Flávio; QUEIROZ, Antônio Carlos; BAHIA, Ligia; LEHER, Roberto; DELGADO, Guilherme (orgs.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. **Rev. Port. de Educação**, 2010, vol.23, n.º.2, p.73-91.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I, V. II**. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MELLO, Alex Fiuza de. Crise mundial e reestruturação produtiva: algumas questões de ordem teórica. **Novos Cadernos NAEA**, v. 7, n. 1, p. 5-30, jun. 2004.

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Rumos históricos da organização privatista. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). **O empresariamento da educação - novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio Cesar França; NEVES, Lucia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

PAULANI, Leda. **Brasil delivery**: servidão financeira e Estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Educação como bem público, internacionalização e as perspectivas para a educação superior brasileira. In: João Ferreira de Oliveira; Afrânio Mendes Catani; João dos Reis da Silva Júnior. (Org.). **Educação superior no Brasil: em tempos de internacionalização**. São Paulo: Xamã, 2010.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

PORTELLA FILHO, Petrônio. O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington. **Revista Lua Nova**, n. 32, São Paulo, Abril, 1994.

PRATES, Daniela Magalhaes. A abertura financeira dos países periféricos e os determinantes dos fluxos de capitais. **Revista de Economia Política**, vol. 19, n. 1 (73), Janeiro-Março, 1999.

RODRIGUES, José. Frações burguesas em disputa e a educação superior no Governo Lula. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, Jan/Abril 2007.

SADER, Emir. Política nacional. In: SOARES, Laura Tavares; SADER, Emir; GENTILI, Rafael; BENJAMIN, Cesar (orgs.). **Governo Lula: decifrando o enigma**. São Paulo: Viramundo, 2004.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out/dez. 2012.

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SGUISSARD, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI**: desafios do presente. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Giselle Souza. **Transferência de renda e capital portador de juros**: uma insidiosa captura. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

SILVA, Giselle Souza. Transferência de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SIQUEIRA, Angela. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, Maio/Junho/Julho/Agosto, 2004.

SOARES, Laura Tavares. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.

TAUTZ, Carlos; SISTON, Felipe; PINTO, João Roberto; BADIN, Luciana. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida; FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo; BRUNO, Miguel; CARCANHOLO, Marcelo Dias; MINEIRO, Adhemar; GONÇALVES, Reinaldo; CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves; LESSA, Carlos; PADULA, Raphael; SANTOS, Gustavo; MAC DOWELL, Fernando; TAUTZ, Carlos; SISTON, Felipe; PINTO, João Roberto Lopes; BADIN, Luciana; OLIVEIRA, Ariovaldo; TONELLI, Flávio; QUEIROZ, Antônio Carlos; BAHIA, Ligia; LEHER, Roberto; DELGADO, Guilherme. (orgs.) **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

TAVARES, Pedro Henrique. Cotidiano da universidade pública, trabalho docente e lei de inovação tecnológica. **Trabalho Necessário**, ano 8, n. 10, 2010.

TAVARES, Pedro Henrique; MAUÉS, Olgaíses. Expansão da educação superior pós-LDB de 1996 e constituição de oligopólios transnacionais no Estado do Pará. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 31-43, Jun. 2012.

VALE, Andréa Araújo do. **As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora**: a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado financeiro. Tese de Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana, Faculdade de Educação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

WHITTY, Geoff. Controle do currículo e quase-mercados: a recente reforma educacional na Inglaterra e País de Gales. I: WARDE, Mirian (org.). **Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas**. São Paulo: PUC, 1998.
